

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE FRANCISCO BELTRÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM GEOGRAFIA

EDINÉIA BRUNHERA GULARTE

A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TERRITÓRIO RURAL
SUDOESTE DO PARANÁ

FRANCISCO BELTRÃO

2013

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE FRANCISCO BELTRÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM GEOGRAFIA

EDINÉIA BRUNHERA GULARTE

**THE NATIONAL POLICY OF SUSTAINABLE DEVELOPMENT OF RURAL
TERRITORY SOUTHWESTERN PARANÁ**

FRANCISCO BELTRÃO

2013

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE FRANCISCO BELTRÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM GEOGRAFIA

EDINÉIA BRUNHERA GULARTE

A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TERRITÓRIO RURAL
SUDOESTE DO PARANÁ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia – área de concentração: Desenvolvimento Econômico e Dinâmicas Territoriais. Orientador: Prof. Dr. Marcos Aurélio Saquet.

FRANCISCO BELTRÃO

2013

Catálogo na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas - UNIOESTE – Campus Francisco Beltrão

Gularte, Edinéia Brunhera

G971 A política de desenvolvimento sustentável do território rural Sudoeste do Paraná. / Edinéia Brunhera Gularte. – Francisco Beltrão, 2013.

120 f.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Aurélio Saquet.

Dissertação(Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Francisco Beltrão.

1. Política Pública. 2. Agricultura Familiar. 3. Território - Sudoeste do Paraná. 4. Desenvolvimento rural I. Saquet, Marcos Aurélio. II. Título.

CDD – 338.18162

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – NÍVEL DE MESTRADO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TERRITÓRIO
RURAL – SUDOESTE DO PARANÁ

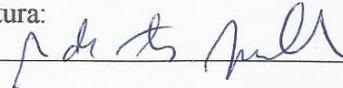
Autora: Edinéia Brunhera Gularte

Orientador: Prof. Dr. Marcos Aurélio Saquet

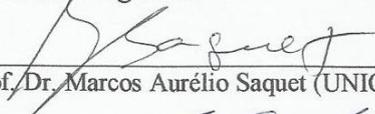
Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida por Edinéia Brunhera Gularte e aprovada pela comissão julgadora.

Data: 03 10 6 1 2013

Assinatura:



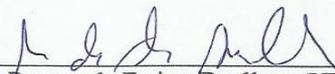
Comissão Julgadora:



Prof. Dr. Marcos Aurélio Saquet (UNIOESTE – F.B)



Prof. Dr. Luciano Zanetti Pessoa Candiott (UNIOESTE – F.B)



Prof. Dra. Rosana de Freitas Boullosa (UFBA)

AGRADECIMENTOS

A minha família, em especial os meus pais, Mario e Elma e a minha irmã Kátia, que me apoiaram e incentivaram durante essa caminhada.

A meu companheiro Bruno Vansetto, pela compreensão, força e ajuda durante os momentos difíceis e nos trabalhos de campo.

A meu orientador Marcos Saquet, pelo apoio, contribuição, compreensão e amizade.

Aos integrantes do GETTER e colegas do mestrado pelos momentos de descontração e pelas palavras de incentivo.

A coordenação, professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNIOESTE, que de alguma forma contribuíram para a realização desse trabalho.

A professora Roseli Alves dos Santos pelo incentivo em iniciar essa caminhada e aos professores Adilson Alves, Luciano Candiotta e Rosana Baullosa integrantes da banca de qualificação e exame final, pelas valorosas contribuições.

Ao CNPQ pela ajuda financeira de 2012-2013, período de dedicação exclusiva e determinante para o desenvolvimento dessa pesquisa.

Por último, mas de fundamental importância a todos os entrevistados que nos acolheram despendendo de seu tempo para ajudar nesse trabalho.

RESUMO

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais - PRONAT é uma política implantada pelo Governo Federal em 2003, propondo a efetivação de um modelo descentralizador de desenvolvimento, baseado na sustentabilidade e nas unidades territoriais, entendidas como áreas mais abrangentes que a escala municipal e que possuem semelhanças históricas e econômicas. O PRONAT reconheceu inúmeros territórios em todo o país, pois esses seriam as melhores unidades de planejamento e execução das iniciativas capazes de promover o desenvolvimento. Diante disso, nosso objetivo é analisar a proposta presente nessa política através de estudos bibliográficos e de documentos, e verificar através de estudo de caso, no Território Sudoeste do Paraná, a implantação dessa iniciativa, assim como o funcionamento e a articulação das ações executadas nesse território a partir do estudo de três projetos implantados pelo Grupo Gestor do Território do Sudoeste do Paraná (GGETESPA). Através da análise e da coleta de dados, percebemos que essa política enfrenta dificuldades principalmente operacionais e que o Território Sudoeste do Paraná criou, a partir dessa política, um espaço de debate entre as entidades atuantes na região, financiando vários projetos, no entanto, a articulação e a operacionalização dessas iniciativas possuem várias fragilidades, conforme demonstramos na presente dissertação.

Palavras Chaves: Política Pública, Desenvolvimento, Território, Agricultura Familiar.

ABSTRACT

The National Policy of Sustainable Development of Rural Territory – PRONAT is a policy implemented by the Federal Government in 2013, it proposes the execution of a decentralizing model of development, based on the sustainability and in the territorial units, understood as wider areas than the municipalities and with historic and economic similarities. The PRONAT has recognized many territories throughout the country, because such territories would be the best planning and implementation unities from the initiative able to promote development. In light of this, our aim is analysing the current proposal on this policy through bibliographic studies and documents, and checking it through cases study, in the Territory of Southwest of Parana, the implementation of this initiative, as well, the operation and the articulation of the implemented actions on this territory form the study of three projects implemented by the managing group of Southwest Territory (GGETESPA). Through the analysis and data collection, it has been realized that such policy has been facing operational difficulties, and that the Territory of Southwest has created, a forum of discussion from this policy, however, the articulation and the implementation of such initiatives hold some fragilities, according to what has been shown in the current essay.

Key-words: Public Policy, Development, Planning end Family Farming

LISTA DE QUADROS E BOXES

BOX 01 Estratégias de Formação de Políticas Públicas	40
BOX 02 Elementos para uma Abordagem do Desenvolvimento Territorial.....	44
BOX 03 A Abrangência dos 120 Territórios Reconhecidos pelo Programa Territórios da Cidadania.....	50
BOX 04 Diretrizes Gerais de Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais.....	54
BOX 05 Entidades Participantes do GGETESPA no ano de 2011.....	60
BOX 06 Objetivos do GGETESPA.....	62
QUADRO 01 Relações dos Projetos, Recursos e Entidades Executoras dos Projetos Aprovados pelo, 2004 -2008.....	63
QUADRO 02 Síntese das Entrevistas com a Coordenação do GGETESPA.....	67

LISTA DE FOTOS

FOTO 01. Estantes e Livros da Biblioteca do Centro de Formação.....	75
FOTO 02. Mesas de Estudo da Biblioteca do Centro de Formação.....	76
FOTO 03. Computadores do laboratório de informática do Centro de Formação.....	76
FOTO 04. Camas do alojamento do Centro de Formação.....	79
FOTO 05. Guarda roupa do alojamentos do Centro de Formação.....	79
FOTO 06. Salas de aula com cadeiras de madeira.....	80
FOTO 07. Salas de aula com cadeiras estofadas.....	80
FOTO 08. Vista do auditório do centro de formação.....	81
FOTO 09. Auditório do Centro de Formação parte frontal.....	81
FOTO 10. Refeitório do Centro de Formação.....	82
FOTO 11. Centro de Controle Biológico.....	87
FOTO 12. Sala com as estufas.....	88
FOTO 13. Sala com condicionador de ar.....	88
FOTO 14. Sala com uma das estantes metálicas e materiais utilizados no laboratório.....	89
FOTO 15. Estantes metálicas com amostras de produção dos parasitóides.....	89
FOTO 16. Classificador de sementes da UBS de Capanema.....	96
FOTO 17. Secador de sementes da UBS de Capanema.....	96
FOTO 18. Equipamento de pré-limpeza da UBS de Capanema.....	97
FOTO 19. Galpão da COOPAFI Marmeleiro.....	100
FOTO 20. Esteira no galpão da COOPAFI Marmeleiro.....	100
FOTO 21. Galpão Concedido para a COOPAFI Dois Vizinhos.....	101
FOTO 22. Equipamentos da UBS de Dois Vizinhos.....	102
FOTO 23. Equipamentos da UBS de Dois Vizinhos.....	102
FOTO 24. Semeadeira de precisão do BAG de Pato Branco.....	104

LISTA DE SIGLAS

ACESI – Associação do Centro de Educação Sindical
AFASP – Associação dos Agricultores Familiares do Sudoeste do Paraná
AMSOP – Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná
APROVIVI – Associação dos Vitivinicultores de Verê
ARCAFAR – Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil
ASSEC – Associação dos Secretários de Agricultura do Sudoeste do Paraná
ASSESOAR – Associação de Estudos, Orientação e Assistência Técnica
ATER – Assistência técnica e Extensão Rural
BAG – Banco Ativo de Germoplasma
CAMDUL – Cooperativa Agrícola Mista Duovizinhense
CANGO- Companhia Agrícola Nacional General Osório
CAPA – Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor
CEDRAF – Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável e Agricultura Familiar
CFR – Casa Familiar Rural
CITLA – Companhia Clevelândia Industrial Territorial LTDA
CLAF – Cooperativa de Leite da Agricultura Familiar
CMDRS – Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
COOPAFI – Cooperativa de Comercialização da Agricultura Familiar Integrada
COOPERFAC – Cooperativa de Agricultura Familiar de Capanema.
COOPERIGUAÇU - Cooperativa Iguaçu de Prestação de Serviços
COOPERSOL- Cooperativa de Comercialização de Marmeleiro e Coronel Vivida
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CRAPA – Coordenação Regional de Associações de Pequenos Agricultores
CRESOL – Sistema de Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária
CUT – Central Único dos Trabalhadores
ECAs – Escola Comunitária de Agricultores
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência técnica e Extensão Rural
FETRAF-SUL – Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
FIDA – Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrário
FMI – Fundo Monetário Internacional
FUNASA – Fundação Nacional de Saúde
GGETESPA – Grupo Gestor do Território Sudoeste do Paraná
GETSOP – Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INFOCOS – Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário
JAC – Juventude Agrária Católica
MAB – Movimento do Atingidos por Barragens
MASTES – Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná
MCR – Micro Crédito Rural
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST – Movimento dos Trabalhadores Sem terra
PEP - Premio de Escoamento de Produção
PIB – Produto Interno Bruto
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONAT – Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais
PROVAP – Programa de Valorização da Pequena Produção Rural
PTDRS – Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território Sudoeste do Paraná
PTC – Programa Territórios da Cidadania
SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SISCLAF – Sistema de Integração Solidária das Cooperativas de Leite da Agricultura Familiar
SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural
STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUASA – Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária
SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UBS – Unidade de Beneficiamento de Sementes.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	03
CAPÍTULO 1 ASPECTOS DE FORMAÇÃO DO SUDOESTE DO PARANÁ.....	16
1.1 AS ENTIDADES DA REGIÃO SUDOESTE DO PARANÁ.....	21
1.1.1 Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural.....	22
1.1.2 O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Francisco Beltrão.....	25
1.1.3 A Cooperativa de Comercialização da Agricultura Familiar Integrada.....	30
1.1.4 A Associação Regional das Casas Familiares Rurais da Região Sul.....	31
1.1.5 As Cooperativas de Leite da Agricultura Familiar.....	33
1.1.6 O Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária.....	35
1.1.7 Fórum Intergovernamental e da Sociedade do Sudoeste do Paraná.....	37
CAPÍTULO 2 AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL.....	39
2.1 POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO GOVERNO LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA.....	45
2.1.1 Programa Territórios da Cidadania.....	49
2.1.2 Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais.....	51
CAPÍTULO 3 GGETESPA - GRUPO GESTOR DO TERRITORIO SODOESTE DO PARANÁ.....	57
3.1 PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TERRITORIO SUDOESTE DO PARANÁ.....	70
CAPITULO 4 ANÁLISE DOS PROJETOS IMPLANTADOS PELO GRUPO GESTOR DO TERRITÓRIO SUDOESTE DO PARANÁ.....	74
4.1 PROJETO DE ESTRUTURAÇÃO DO CENTRO DE FORMAÇÃO EM AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SUDOESTE DO PARANÁ.....	74
4.2 PROJETO DE ESTRUTURAÇÃO DO CENTRO DE CONTROLE BIOLÓGICO DO SUDOESTE DO PARANÁ.....	84
4.3 PROJETO DE SEMENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR DO SUDOESTE DO PARANÁ.....	92
4.3.1 Unidade de Beneficiamento de Sementes de Mangueirinha	94

4.3.2 Unidade de Beneficiamento de Sementes de Capanema.....	95
4.3.3 Unidade de Beneficiamento de Sementes de Marmeleiro.....	99
4.3.4 Unidade de Beneficiamento de Sementes Dois Vizinhos.....	101
4.3.5 Banco Ativo de Germoplasma em Paro Branco.....	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	105
Referências.....	109
APÊNDICE A.....	118
APÊNDICE B.....	119
APÊNDICE C	120

INTRODUÇÃO

O espaço rural brasileiro tem passado por muitas mudanças nas últimas décadas e algumas delas são geradas pela interferência das políticas públicas implantadas pelo Estado. Um exemplo da força de atuação e transformação gerada pela intervenção do Estado através de suas políticas é o processo modernização agrícola desencadeado a partir de década de 1960, também conhecido como “Revolução Verde” (SANTOS, 2008).

Segundo Bianchini (2000), a intervenção do Estado na agricultura é marcada pela presença de incentivos à produção destinada para exportação, onde os grandes proprietários eram os beneficiados, processo que passa por alterações durante as décadas de 1960 e 1970 quando o Estado procura implantar a modernização agrícola e incentivar, além dos grandes e médios, os pequenos produtores a se integrarem ao mercado.

As décadas de 1960 e 1970 foram marcadas pelo grande incentivo governamental à modernização da agricultura com a criação de pacotes tecnológicos destinados aos agricultores. É durante esse período, como demonstram Redin e Fialho (2010), que surge, em 1964, o Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR, e, em 1973, são criadas, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA e a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMBRATER. A primeira empresa, ficou responsável por realizar pesquisas relacionadas à novas tecnologias e técnicas que viabilizassem o aumento da produção e, a segunda, a implementar essas melhorias através da divulgação, da assistência e da extensão rural.

O SNCR, como destacado por Redin e Fialho (2010), era um programa de crédito destinado principalmente para o aumento da produção e para o melhoramento tecnológico que tinha como principal alvo os pequenos produtores rurais. No entanto os entraves burocráticos levaram os recursos para as “mãos” dos agricultores mais capitalizados. “Nesse sentido, a agricultura familiar a qual necessitava de maior apoio das políticas públicas foi praticamente excluída dos melhores benefícios concedidos pelo crédito rural” (Idem, p. 5).

Sobre as políticas públicas instituídas pelo Estado brasileiro até a década de 1980;

No que se refere aos reais beneficiários das políticas públicas foi, em grande parte, o agricultor patronal e os empresários do setor industrial, uma vez que ambos possuíam aporte para tal. O primeiro porque possuía ativo imobilizado e recursos para garantir o uso do crédito e o segundo, por ser o fornecedor das inovações (máquinas e implementos agrícolas, insumos, etc) para a atividade agrícola. A agricultura familiar quando era impulsionada a produzir a partir do crédito tinha enormes problemas de acesso, pois não era

considerado como capaz de honrar seus compromissos com o Banco. Para conseguir acessar vistorias eram feitas nas propriedades, contratos de produção de commodities, e ainda dependendo das circunstâncias até a assinatura dos agricultores que dispunham de maquinários agrícolas, como a colheitadeira de soja, eram necessários para o pequeno produtor pudesse acessar e, o gerente do banco liberar o crédito (REDIN e FIALHO, 2010, p.6).

As décadas de 1980 e 1990, segundo Bianchini (2000), são marcadas pela diminuição gradativa das políticas estatais, devido a incorporação dos ideais neoliberais e da crise econômica em que o Brasil se encontrava. O reflexo disso foi o aumento das dificuldades e incertezas dos agricultores. O cenário econômico desse período foi marcado pela alta da inflação, desregulamentação dos preços, baixo crescimento econômico, privatizações das empresas estatais, abertura comercial e endividamento do país (Singer, 1999).

Segundo Redin e Fialho (2010), durante a década de 1990, além da diminuição dos incentivos públicos, houve o fechamento de algumas empresas estatais ligadas ao setor agrícola como a EMBRATER, o Banco Nacional de Crédito Cooperativo e o Instituto Brasileiro do Café. A retração das políticas públicas, juntamente com a abertura comercial, agravou a crise no setor agrícola, o que forçou o governo a estipular algumas políticas de regulamentação do mercado e incentivos, como o Prêmio de Escoamento de Produção (PEP), a Cédula do Produtor Rural e o Contrato de Opção de Venda, entre outros.

A partir do início da intervenção do Estado no processo de modernização agrícola brasileiro, na década de 1960, é possível fazer a distinção de quatro períodos:

1) 1965–1985: modernização conservadora. A agricultura se modernizou, mas não alterou sua estrutura fundiária; 2) 1985–1995: desmonte das políticas agrícolas e liberalização dos mercados; 3) 1995-2002: retomada da política de crédito com juros controlados, mas com recursos privados; desenvolvimento de mecanismos privados de escoamento e estoques da produção; 4) 2003 até agora (2007): fortalecimento da política de crédito e pequena retomada de outros mecanismos, principalmente dos direcionados à agricultura familiar (seguro agrícola, seguro de preços, compras institucionais, assistência técnica etc.) (NUNES, 2007, p.3).

É em meio ao panorama da falta de assistência governamental, na década de 1990, que os movimentos sociais começam a fazer reivindicações em busca de assistência, renegociação das dívidas e de crédito, culminando em vários movimentos em defesa dos pequenos agricultores, dos quais ganhou destaque nacional o “*Grito da Terra*”, organizado pelo movimento sindical e que, segundo Bianchini (2000), exerceu pressão política fundamental para a origem do PROVAP - Programa de Valorização da Pequena Produção Rural, em 1994, e do PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, em 1996.

O PRONAF, é um marco nas políticas públicas, segundo Bonal e Maluf (2011), esta foi a primeira política setorial do governo federal a contemplar uma categoria específica de agricultores, além disso, foi a partir da reformulação da linha PRONAF Infra-Estrutura, em 2003, que surgiu a política de implantação dos território rurais, que é o foco desse nosso estudo.

A década de 1990 foi um período de transformação nacional, que marcou o cenário das políticas públicas agrícolas, pela inserção da categoria agricultura familiar. Segundo Schneider (2006), as políticas voltadas para os pequenos proprietários foram canalizadas a partir da categoria da agricultura familiar, que teve sua ascensão relacionada a dois motivos;

De um lado pelo campo político, a adoção da expressão parece ter sido encaminhada como uma nova categoria-síntese pelos movimentos sociais do campo, capitaneado pelo sindicalismo rural ligado a CONTAG (confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura)[...].

De outro lado, a afirmação da agricultura familiar no cenário social e político brasileiro está relacionado à legitimação que o estado lhe emprestou ao criar, em 1996, o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar)[...] (SCHNEIDER, 2006, p.16).

Não há consenso sobre o conceito de agricultura familiar no meio acadêmico. Dessa forma apresentaremos aqui a definição oficial apresentada a partir da lei 11.326/2006, que é adotada nas políticas públicas.

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011)

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

A categoria dos agricultores familiares torna-se importante para o nosso estudo à medida que temos como foco o estudo da instituição do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais – PRONAT, na Região Sudoeste do Paraná, onde se instituiu o Território Sudoeste do Paraná, em 2003, que possui como grande característica a predominância de pequenos estabelecimentos rurais e da agricultura familiar.

O objetivo da nossa pesquisa se concentra no entendimento do PRONAT, com recorte temporal de 2003, ano de sua criação, até 2010, durante o mandato do presidente Luis Inácio

Lula da Silva, e da sua ação na Região Sudoeste do Paraná, através das ações implantadas pelo Grupo Gestor do Território Sudoeste do Paraná – GGETESPA. Pretendemos identificar os agentes participantes desse grupo e as bases teóricas que orientam as suas iniciativas e se essas alcançam o propósito do desenvolvimento territorial sustentável na região.

A metodologia de estudo está baseada na revisão bibliográfica da temática, consulta de documentos e realização do trabalho de campo com as entrevistas baseadas num roteiro pré-definido com os membros da coordenação do GGETESPA, os representantes das entidades envolvidas com os projetos selecionados para estudo e com os agricultores atendidos por esses projetos.

Para analisar as ações do GGETESPA, foram realizadas entrevistas com os representantes da coordenação executiva do grupo, com a intenção de compreender a relação e/ou influência estabelecida entre as discussões e decisões tomadas no grupo com as práticas das instituições de origem que eles participam, as prioridades e os objetivos do GGETESPA e as dificuldades enfrentadas pelo GGETESPA; também verificamos a visão geral do funcionamento dos projetos implantados e se estes atendem aos objetivos definidos.

Para a compreensão das ações efetivadas pelo GGETESPA, foram escolhidos três projetos implantados pelo grupo, realizando a análise dos projetos e verificando, na prática, seu funcionamento através das entrevistas com os representantes das entidades responsáveis pelos mesmos; também realizamos trabalho de campo nos locais que estes foram implementados e entrevistas com os agricultores atendidos.

Os projetos selecionados foram escolhidos com base em quatro critérios: a) o fato de terem sido aprovados em anos diferentes; b) contemplarem áreas diferentes; c) serem de responsabilidade de entidades distintas; d) atenderem mais de um município. Os três projetos são: *Sementes da Agricultura Familiar do Sudoeste do Paraná*; *Estruturação do Centro de Controle Biológico do Sudoeste do Paraná*; e *Estruturação do Centro de Formação em Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável do Sudoeste do Paraná*.

As entrevistas com os agricultores tinham a finalidade de verificar a implementação e o cumprimento dos objetivos dos projetos. No entanto, foram realizadas entrevistas com os agricultores beneficiados por apenas um dos projetos, o de Sementes da Agricultura Familiar. A princípio, existiu o planejamento de entrevistar dez agricultores por município de instalação dos equipamentos adquiridos com o projeto; no entanto, devido a muitos das cooperativas onde estavam os equipamentos adquiridos com o recurso do território estarem fechadas, conseguimos entrevistar apenas 14 agricultores em três, dos nove municípios iniciais. Os outros dois projetos, *Estruturação do centro de controle biológico do Sudoeste do Paraná* e

Estruturação do centro de formação em agroecologia a desenvolvimento sustentável do Sudoeste do Paraná, possuem apenas uma sede, nesse caso, procuramos entrevistar trinta agricultores por projeto, em pelo menos três municípios diferentes, no entanto os dois ainda estão em fase de implantação.

O objetivo das entrevistas, junto aos agricultores, além da verificação da implementação e dos objetivos dos projetos, foi analisar a interferência que esses projetos exerceram sobre suas vidas, se de fato a proposta de “desenvolvimento territorial” foi concretizada, beneficiando a população, fortalecendo a identidade e o empoderamento territorial. Além disso, buscamos compreender qual a relação que esses agricultores possuem com o GGETESPA.

Em nosso estudo, tentamos compreender, além das práticas realizadas pelo GGETESPA em termos de organização, articulação e investimentos dos recursos, a relação dos conteúdos dos projetos com a proposta teórica que orienta o desenvolvimento territorial. Para isso, torna-se importante fazer uma pequena reflexão sobre território e desenvolvimento, como orientação inicial para as análises pretendidas.

Quanto ao conceito de território, destacamos a obra *Por Uma Geografia do Poder*, de Claude Raffestin. Para ele é importante diferenciar território de espaço sendo assim, “[...] o território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível [...]” (RAFFESTIN, 1993, p. 143), ou seja, o espaço antecede o território, sendo o segundo construído através da ação humana - agente, sobre o espaço, preexistente. “[...] O território nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia ou informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder [...]” (Idem, p. 144).

Como o território é compreendido por Raffestin (1993) como resultado da ação da sociedade sobre o espaço e considerando a existência de vários atores, que podem ser pessoas, organizações, empresas e governos, surgem então as relações, os fluxos, as redes, as malhas e os nós, ou seja, existe uma interação entre os agentes sociais. As relações são em sua gênese portadoras do poder, “[...] o poder é parte intrínseca de toda a relação”(p.52) e ainda, “O poder se manifesta por ocasião da relação. É um processo de troca ou de comunicação quando, na relação que se estabelece, os dois pólos fazem face um ao outro ou se confrontam[...]”(p. 53), O poder, na sua concepção, é essencial pois está presente na formação e na organização do território, assim como as malhas, as redes e os nós, sem os quais não existiria o território, pois não haveria organização social.

Do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos que “produzem” o território. [...] Todos nós elaboramos estratégias de produção, que se chocam com outras estratégias em diferentes relações de poder.(RAFFESTIN, 1993, p.152-153)

Para Raffestin (1993), os territórios estão organizados de acordo com as relações, que são fontes de poder e o poder, por sua vez, gera as malhas ou tessituras, assim “A tessitura é sempre um enquadramento do poder ou de um poder. A escalada da tessitura determina a escala dos poderes” (p. 154). As malhas são formadas pelas redes, que significam movimento e pelos nós que são os pontos de encontro ou de destino das redes.

As redes podem ser “abstratas ou concretas”, ou seja, podem ser visíveis, como uma rodovia, ou não visíveis, como as redes de comunicação; o importante é compreender que, para Raffestin, indiferente de qual seja a forma ou abrangência das redes, “Uma rede é um sistema de linhas que desenha tramas” (p.156), ela liga pontos, os nós, e essa ligação é feita através e para o poder, delimitando sua ação; “Toda rede é uma imagem ou, mais exatamente, do poder do ou dos atores dominantes” (p.157). São as redes que ligam e comunicam, construindo a estrutura básica para a formação e manutenção dos territórios. Cada território possui especificidades geradas a partir do (re) arranjo de atores, redes e poderes.

Na visão de Haesbaert (1997 e 2006), o território também é compreendido como uma construção social, relevando na sua abordagem o sentimento identitário da população com o local onde mora.

Desta forma, o território deve ser visto na perspectiva não apenas de um domínio ou controle politicamente estruturado, mas também de uma apropriação que incorpora uma dimensão simbólica, identitária e, porque não dizer, dependendo do grupo ou classes sociais a que estivermos nos referindo, afetiva.[...](HAESBAERT, 1997, p. 41).

Para Rogério Haesbaert o território é formado a partir das relações sociais, de dominação, de poder, pelas redes e por fatores culturais. Para ele o território é uma interação do social com o político, o econômico e o natural.

A respeito dos fluxos existentes dentro e para além de um território, Haesbaert (2006) entende as redes como parte fundamental na organização territorial e seriam elas as responsáveis pelo processo de territorialização e desterritorialização, que ele chama de “redes introvertidas e extrovertidas”.

Saquet (2007) também aborda a questão conceitual de território e faz uma importante análise do tema na literatura italiana e brasileira; em sua concepção, assim como os autores anteriormente citados, destaca-se a importância das relações de poder, da identidade e das

redes como elementos primordiais do processo de constituição territorial e de sua manutenção.

Os elementos basilares do território, ou seja, as redes de circulação e comunicação, as relações de poder, as contradições e a identidade, interligam-se, fundem-se uma nas outras numa trama relacional (multitemporal e multiescalar) indissociáveis (SAQUET, 2007, p. 158).

Para Saquet (2009), os territórios são construídos a partir de processos históricos de apropriação do espaço geográfico. O espaço e o território são compreendidos como indissociáveis, no entanto, são diferentes, as relações que formam os territórios possuem diferentes formas, tempos e escalas estando relacionadas entre si e com os elementos construtores do território.

Um território é produzido, ao mesmo tempo, por relações políticas, culturais e econômicas, nas quais as relações de poder inerentes às relações sociais estão presentes num jogo contínuo de dominação e submissão, de controle do espaço geográfico. O território é apropriado e construído socialmente, fruto do processo de territorialização, do enraizamento; é resultado do processo de apropriação e domínio de um espaço, cotidianamente, inscreve-se num *campo de poder*, de relações socioespaciais (SAQUET, 2004, p.128-129).

O território é construído a partir da apropriação do espaço pelas relações sociais, destacando-se a importância da identidade, da afetividade e das relações cotidianas dos sujeitos com o local onde vivem; assim também há importância para a questão econômica, política e cultural.

Desta maneira, o processo de apropriação e produção territorial pode ser compreendido reconhecendo-se as relações espaço-tempo, o domínio ou controle político, a apropriação simbólico-identitária e afetiva e, concomitantemente, a dinâmica econômica [...] (SAQUET, 2007, p. 130).

O autor dá ênfase ao processo espaço-tempo, ou seja, para as temporalidades existentes num território, estas são históricas e multidimensionais e possuem ritmos distintos, podendo, assim, existir, num mesmo território, vários “tempos coexistentes” que se relacionam e formam a singularidade de cada território. Em Saquet (2004, p. 140), o autor considera a existência de duas dimensões temporais, a partir da teorização de Milton Santos: a histórica que representaria a “sequência no acontecer, de processos históricos em movimento constante de superação, em que o *velho* não é suprimido mais superado”; e o *tempo da simultaneidade, da coexistência* que representa os ritmos desiguais a que os fenômenos estão expostos dentro de um mesmo território ou em territórios diferentes. Essa desigualdade

temporal possibilita “compreender as desigualdades que se cristalizam no tempo histórico e no espaço geográfico”(Idem, p. 140).

Outro autor que destacamos na compreensão do território é Souza (2008 e 2009), que também enfatiza a importância do poder, das redes e da política na construção do território. Ele traz em sua abordagem a questão da apropriação do espaço pelos grupos sociais e do sentimento de identidade local como aspectos da territorialidade.

O que ‘define’ o território em primeiro lugar é, o poder em primeiríssimo lugar, o poder – e, nesse sentido, a dimensão política é aquela que, antes de qualquer outra, lhe define o perfil. Isso não quer dizer, porém, que a cultura (o simbolismo, as teias de significado, as identidades...) e mesmo a economia (o trabalho, os processos de produção e circulação de bens) não sejam relevantes ou não estejam “contemplados” ao se lidar com o conceito de território[...]”(SOUZA, 2009, p.59).

Em Souza (2008) as redes ganham destaque juntamente com o poder como fatores primordiais na implantação dos territórios: as redes e as relações de poder constituem e delimitam os territórios.

Aqui, o território será um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre “nós” (o grupo, os membros da coletividade ou “comunidade”, os insiders) e os “outros” (os de fora, os estranhos, os outsiders) (SOUZA. 2008, p . 86)

Em Souza (2008, p.81), encontramos o reconhecimento da existência de diferentes escalas e temporalidades territoriais, reafirmando que os territórios são fruto de relações e de movimentos, sendo assim os territórios podem ser ‘construídos e desconstruídos’ em diferentes escalas (abrangência dos territórios) e com diferentes temporalidades (podem ser construídos ou durarem dias, anos etc..), além disso, nem todos os territórios têm caráter permanente, que como o próprio autor exemplifica é o caso de alguns camelos e das áreas de prostituição ocupadas apenas em alguns horários ou dias. “Territórios, que são no fundo antes relações sociais projetadas no espaço que espaços concretos [...]” (Souza, 2008, p. 87), espaços sobre os quais se firmam as relações sociais que formam o território.

A partir do exposto podemos observar que os territórios são construídos temporalmente a partir das relações sociais, do poder e das redes, que constroem e reconstruem, as especificidades, a identidade e a organização de cada território, seguindo essa lógica pensar o desenvolvimento de um território perpassa a análise e a mobilização de todos os seus agentes, mais que isso é necessário saber que tipo de desenvolvimento está se

buscando e qual o objetivo final desse processo. A partir disso torna-se imprescindível a análise do conceito de desenvolvimento sustentável que a vertente adotada pelo PRONAT.

O estudo do conceito de desenvolvimento passa pela compreensão de que este designa um processo social e como tal passa por modificações ao longo do tempo. A grande incorporação do termo leva a algumas dificuldades para sua definição, considerando que este foi relacionado a inúmeras formas de ações políticas, privadas, sociais, ambientais, econômicas, entre outras e, como destaca Schneider (2007), o seu uso não é relacionado a uma definição específica, mas, sempre se subentendendo como um processo de melhora, evolução, superação, designando um movimento de caráter positivo para a sociedade.

Gómes (2006, p. 130) destaca a existência de duas teorias sobre o início da disseminação do uso do termo desenvolvimento. A primeira já mencionada estaria relacionada ao discurso de posse do segundo mandato do presidente dos Estados Unidos da América, Harry S. Truman em 1949, quando este fez menção a existência de países desenvolvidos e subdesenvolvidos, iniciando assim a “corrida pelo desenvolvimento”, e a segunda, aponta que o início dessa popularização estaria ligado a um conjunto de iniciativas e ações implantadas no século XIX, “pelo Império Britânico nas suas colônias e, nessa mesma época, na Europa Central e Oriental, com as políticas de industrialização que buscavam recuperar o atraso que sofriam alguns desses países (‘atrasados’)” (Idem, p 130).

Favareto (2006, p.33) destaca que o termo desenvolvimento adquiriu diferentes interpretações ao longo do tempo e uma das mais populares leva o seu entendimento “como sinônimo de crescimento ou, numa pequena variação, o desenvolvimento é o resultado do crescimento”; outra forma de interpretação toma esse como um mito e está baseada na obra de Celso Furtado, e uma terceira, que não daria validade ao termo, vê este como uma “ilusão ou argumento ideológico falseados das intenções das políticas cunhadas a este título”. O autor ainda cita os adjetivos incorporados ao desenvolvimento, como local, sustentável, humano, como novas formas de modificação de sua interpretação.

Quanto a origem do desenvolvimento, Favareto (2006) afirma que esse possui mais de vinte e cinco décadas e está associado ao surgimento de outros termos como evolução e progresso em uma tentativa de explicar “o movimento histórico da sociedade e seu sentido” (p. 35), e que este passou por transformações importantes desde o seu surgimento quando estava associado ao termo evolução o que pendurou até o século XX, quando passa ser assimilado ao progresso e ao crescimento, adquirindo um caráter mais econômico; essa fase vai durar até as décadas de 1960 e 1970 quando surge uma forte crítica social sobre o processo do desenvolvimento econômico, das quais o desenvolvimento adquire duas novas

vertentes: a primeira relacionada às questões ambientais que ficou conhecida como desenvolvimento sustentável e a segunda relacionada a diminuição da pobreza e das desigualdades conhecida como desenvolvimento humano.

[...] o final do século XX assistiu a uma explosão de significações sobre a idéia de desenvolvimento, onde a crise e a crítica social que se fizeram em torno dela, se seguiram tanto uma polissemia, como tentativas de conceituação. O que marca esse novo momento são dois aspectos: a idéia de desenvolvimento perde a adesão total e natural a idéia de crescimento, e mudam os portadores sociais das idéias sobre o desenvolvimento. Ela deixa de ser um monopólio da ciência e vai passar a freqüentar os discursos de militares, de movimentos sociais, de organizações sociais, de grupamentos políticos diversos. (FAVARETO, 2006, p. 49).

Para Favareto (2006) as mudanças na concepção e na associação do desenvolvimento estão ligadas ao momento pelo qual passa a sociedade, como no auge do capitalismo quando surge a concepção do desenvolvimento econômico. Durante a década de 1960 e 1970 quando adquirem corpo as questões ambientais, o aumento das desigualdades e da pobreza, surge o *desenvolvimento sustentável* e o *desenvolvimento humano*.

Favareto (2006, p. 50) destaca que o desenvolvimento deve ser compreendido “não só como estágios ou etapas alcançados ou alcançáveis pela sociedade humana, mas como o processo mesmo pelo qual essa evolução se faz; além disso, essa evolução é algo que remete sempre a uma trajetória de longa duração.” Sobre a conceituação do tema, o autor destaca a dificuldade em explicar esse processo por se tratar de longos períodos, o que resulta em uma literatura fragmentada sob as linhas do desenvolvimento, das quais as mais conhecidas são o *econômico*, o *humano* e o *sustentável*.

Oliveira (2002) faz um apontamento histórico sobre o conceito de desenvolvimento e reconhece que existem distintas concepções, porem, quase todas compartilham de uma semelhança, “o desenvolvimento, em qualquer concepção, deve resultar do crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida” (p. 38). Destacando durante sua análise que é preciso identificar desenvolvimento como um amplo processo de modificação, de crescimento e melhoria das condições econômicas e sociais.

As iniciativas e mesmo interpretações de desenvolvimento devem, nessa visão, ser sempre encaradas de maneira séria, com planejamento, pois se trata de um processo muito abrangente que deve envolver todos os aspectos da vida. “Pensar em desenvolvimento é, antes de qualquer coisa, pensar em distribuição de renda, saúde, educação meio ambiente, liberdade, lazer dentre outras variáveis que podem afetar a qualidade de vida da sociedade” (OLIVEIRA, 2002, p.43).

Passamos a compreender o desenvolvimento como um processo gerado na sociedade, no qual se busca atingir novas capacidades, possibilidades e condições que permitam a superação de dificuldades existentes, no âmbito social, econômico, cultural, ambiental e político. O desenvolvimento é construído no curso social, sendo assim, acontece em direções diferentes conforme as necessidades de cada sociedade.

Para Veiga (2008) de forma semelhante ao que aponta Favareto (2006), existem três correntes teóricas que respondem a questão sobre o que é desenvolvimento; a primeira, é a baseada na comparação de desenvolvimento com crescimento econômico; a segunda, nega a concepção de desenvolvimento compreendendo que este “não passa de reles ilusão, crença, mito, ou manipulação ideológica” (p. 17), destacando autores que se enquadram nessa corrente, Gilbert Rits, Oswaldo de Rivero, Majid Rahnema, Giovanni Arrighi e Celso Furtado; e a terceira, mais complexa, está ligada a compreensão do processo que leva ao desenvolvimento, que o autor denominada de “caminho do meio” que encontraria em Amartya Sen seu grande referencial.

Seguindo o apontamento feito por Favareto (2006) e Veiga (2008), sobre a fragmentação dos estudos do desenvolvimento e sua revitalização conceitual, com novas adjetivações, vamos voltar nossa análise para a compreensão do desenvolvimento sustentável, que nos dará base teórica para a compreensão da Política Nacional de *Desenvolvimento Sustentável* dos Territórios Rurais.

Segundo Veiga (2008), o desenvolvimento sustentável surgiu a partir das críticas ao modelo de desenvolvimento pautado no crescimento econômico, que visava apenas o crescimento, o lucro e a exploração, que com o aumento das desigualdades, da pobreza e da degradação ambiental, comprovou que o crescimento econômico não é o fim que leva por si ao processo de desenvolvimento.

Ninguém duvida que o crescimento é um fator muito importante para o desenvolvimento. Mas não se deve esquecer que no crescimento a mudança é quantitativa enquanto no Desenvolvimento ela é qualitativa. Os dois estão intimamente ligados, mas não são a mesma coisa (VEIGA, 2008, p. 56).

Segundo Favareto (2006) as críticas iniciadas na década de 1960 e 1970 levaram ao surgimento da concepção do desenvolvimento sustentável que se firmou na agenda internacional a partir da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, em 1972, onde surge a noção de *ecodesenvolvimento*, e apontava para a necessidade de repensar a relação sociedade-natureza. Em 1987, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento publica um documento intitulado *Nosso Futuro*

Comum ou *Relatório da Comissão Brundtland*, no qual foi lançado o termo desenvolvimento sustentável; esse “movimento” segundo o autor, atinge seu ápice com a realização, em 1992, da Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, também conhecida como ECO 92, da qual resultaram a Carta da Terra e a Agenda 21.

A definição de desenvolvimento sustentável lançada na pela Comissão Brundtland foi: “um processo que permite satisfazer as necessidades da população atual sem comprometer a capacidade de atender as gerações futuras” (LEFF, 2009. p. 19).

Para Buarque (2002) o desenvolvimento sustentável perpassa pela interação entre a sociedade e a natureza, e está ancorado em três categorias.

A elevação da qualidade de vida e a equidade social constituem objetivos centrais do modelo de desenvolvimento, orientação e propósito final de todo o esforço de desenvolvimento a curto, médio e longo prazo.

A eficiência e o crescimento econômico constituem *pré-requisitos* fundamentais, sem os quais não é possível elevar a qualidade de vida com equidade – de forma sustentável e contínua-, representando uma condição necessária, embora não suficiente, do desenvolvimento sustentável.

A conservação ambiental é um *condicionante* decisivo da sustentabilidade do desenvolvimento e da manutenção a longo prazo, sem o qual não é possível assegurar qualidade de vida para as gerações futuras e a equidade social de forma sustentável e contínua no tempo e no espaço (BUARQUE, 2002, p. 67).

Segundo Buarque (2002), o desenvolvimento sustentável é um processo a ser alcançado a médio e longo prazo, que implica num processo de transição redefinindo a base da sociedade em pelo menos três pontos, “padrão de consumo da sociedade, base tecnológica vigente no processo produtivo e estrutura de distribuição de renda”(p. 69).

Leff (2009) questiona se é possível existir sustentabilidade dentro do sistema capitalista, baseado no lucro e na exploração desordenada e observa que: “diante da crise ambiental, a racionalidade econômica resiste à mudança, induzindo com o discurso da sustentabilidade uma estratégia de simulação e perversão do pensamento ambiental” (p. 24).

Para Leff (2009), o verdadeiro sentido dos movimentos ambientais são as lutas pela autonomia cultural e ambiental, a resistência a exclusão social e ao modelo vigente de desenvolvimento, e a busca pela diminuição da pobreza, da opressão e da exclusão social.

Desta forma, Leff (2009, p. 50) defende que o sentido do desenvolvimento sustentável tem que ser maior que a “necessidade de dar bases ecológicas para os processos produtivos”, com o incremento de novas tecnologias menos poluentes, mais eficientes e menos degradantes.

O desenvolvimento sustentável adquiriu, dessa forma, além das inúmeras especificidades da unidade territorial anteriormente destacada, uma abordagem de desenvolvimento abrangente, que se baseia no melhoramento das condições sociais, econômicas e políticas com viés sustentável, ou seja, acrescenta ao propósito do processo territorial a esquematização de um processo sustentável ecológica, social e biologicamente.

A partir dessa breve conceituação buscamos encontrar as bases para a compreensão da Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais que será apresentada no segundo capítulo dessa dissertação.

O primeiro capítulo está dedicado à caracterização da região Sudoeste do Paraná, de sua história e organização social, com a apresentação das entidades que estão envolvidas diretamente com os três projetos estudados. O terceiro capítulo foi dedicado ao estudo do Território Sudoeste Paranaense, sua formação, organização, recursos e a análise do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território Sudoeste do Paraná, documento publicado em 2007 e que contém as diretrizes e as linhas de atuação do GGETESPA.

O quarto capítulo foi dedicado à análise de três projetos escolhidos, com a apresentação das informações coletadas com as entrevistas feitas com representantes das entidades e com os agricultores e a comparação destas com a proposta de cada projeto; por fim acrescentamos as considerações finais, nas quais, na análise geral, buscamos fazer uma comparação entre os projetos, as práticas e a proposta das políticas de desenvolvimento territorial.

1. ASPECTOS DE FORMAÇÃO DO SUDOESTE DO PARANÁ

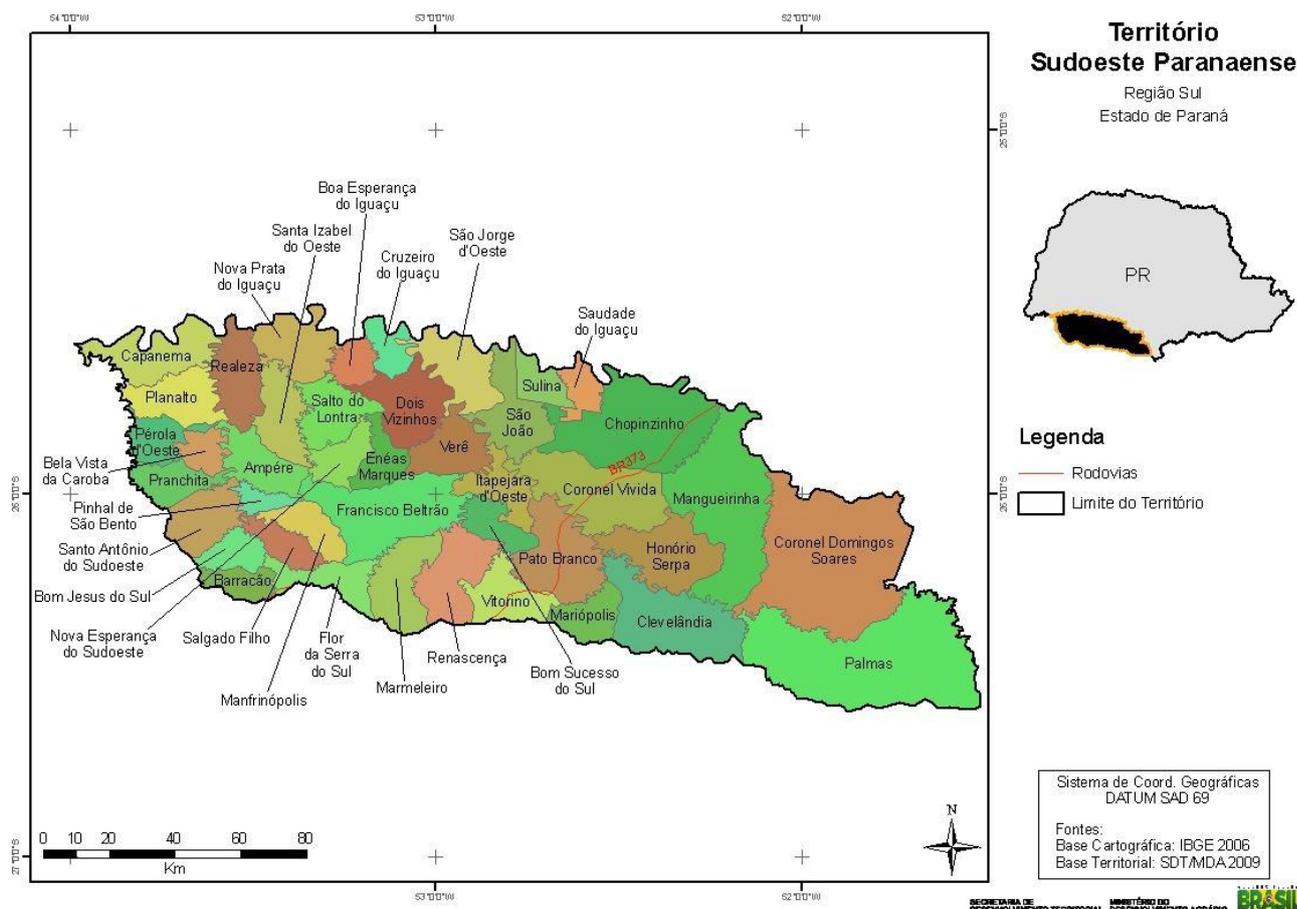
A mesorregião Sudoeste do Paraná é formada, de acordo com o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, por 37 municípios, entretanto a AMSOP – Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná, adota outra configuração com 42 municípios; Como esta última é a formação adotada por grande parte das entidades, dos movimentos sociais e pelo GGETESPA – Grupo Gestor do Território Sudoeste do Paraná, também será adotada aqui para caracterizar a região

A partir dos dados disponibilizados pela AMSOP (2010), a população da região Sudoeste do Paraná é de 587.505 habitantes, possuindo mais da metade dos municípios (23) população abaixo de 10 mil habitantes; 14 municípios possuem uma população entre 10 e 20 mil habitantes; 3 possuem população entre 20 e 50 mil habitantes e 2 apresentam população entre 70 e 80 mil habitantes. Juntando a essa análise os dados sobre a densidade demográfica do ano de 2008, 32 municípios possuem densidade de até 40hab/km² e dos 10 restantes, apenas três possuem densidade acima de 80hab/km²: Dois Vizinhos, Francisco Beltrão e Pato Branco (fonte: <www.amsop.com.br> Acesso em junho de 2012).

Convém lembrar que o MDA adota como municípios rurais os que possuem população de até 50 mil habitantes e com densidade de até 80hab./km², ou seja, apenas três municípios da região, Dois Vizinhos, Pato Branco e Francisco Beltrão, não se enquadrariam como municípios essencialmente rurais: No entanto, analisando a média da região, os números ficariam bem abaixo dos estipulados pelo MDA; a média de população por município é de pouco mais de 14.000 habitantes e a densidade demográfica fica em 34,85 hab/km².

Segundo o portal do sistema de informações territoriais no Sudoeste do Paraná, a população rural é de 174.926 habitantes, 29,77 % do total e a população urbana compõe-se de 412.570 pessoas, representando 70,23 % da população total, (Fonte: <<http://sit.mda.gov.br/download.php?ac=obterDadosBas&m=4107405>> Acesso em junho de 2012).

Quanto ao PIB per capita da região, os dados disponibilizados pela AMSOP revelam um crescimento passando de R\$ 6.236,93, em 2002, para R\$ 10.912,74 reais, em 2010. O Índice de Desenvolvimento Humano apresentado pela região, em 2000, foi de 0,76, considerado médio, embora estivesse abaixo do índice estadual, que, nesse mesmo ano, foi de 0,787, o sexto maior do Brasil.



Mapa 01 – Municípios do Território Sudoeste do Paraná

Fonte: <<http://sit.mda.gov.br/mapa.php>>. Acesso em julho de 2012.

A ocupação sistemática do Sudoeste do Paraná tem início com sua colonização, promovida oficialmente por meio do incentivo do Estado, a partir da década de 1940, e que gerou um fluxo de migrantes vindos principalmente dos estados de Santa Catarina e do Rio Grande do sul, descendentes dos migrantes europeus principalmente italianos e alemães, que haviam se deslocado para o Sul do Brasil no século XIX.

Segundo Santos (2008), o fluxo migratório de colonos vindos do Sul do país aumentou a partir de 1930 devido à efetivação da política conhecida como “Marcha para o Oeste” instituída pelo governo de Getúlio Vargas, que visava à ocupação de áreas estratégicas no interior do território brasileiro, principalmente as fronteiras. Além disso, nesse período, já havia ocorrido o esgotamento da fronteira agrícola no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, o que forçou os colonos a se deslocarem para novas áreas.

Segundo Alves (2008), a propaganda espalhada pelo Sul do país dizia que havia solos férteis e que as terras desta porção do Paraná seriam distribuídas de graça para os colonos, ao contrário da colonização das outras áreas comercializadas. Essas condições atraíram muitos

migrantes de onde a expansão agrícola já se havia esgotado, forçando a migração de colonos com poucos recursos.

Embora existisse a distribuição gratuita das terras, a realidade da região era de precariedade nos transportes e nas comunicações, como destaca Santos (2008), o que dificultava muito a vida dos colonos. Para promover essa colonização, em 1943, o governo federal criou a Companhia Agrícola Nacional General Osório - CANGO, que seria, a partir de então, a responsável pela instalação dos migrantes; cabia a ela destinar cada família para seus lotes e fornecer a elas as condições mínimas de infra estrutura, assistência médica e ferramentas para a produção.

Segundo Lazier (1997, p. 40-41), a CANGO construiu a primeira serraria, escola, hospital, trouxe o primeiro médico e um dentista, “construiu a primeira selaria, marcenaria, olaria, cerâmica, ferraria e oficina mecânica” para oferecer as condições mínimas de permanência aos colonos na região. Por isso, a CANGO é considerada fundamental para o processo de colonização do Sudoeste paranaense.

Alves (2008) também destaca a importância CANGO para a instalação dos migrantes no Sudoeste do Paraná, e que a capacidade de organização da instituição não era suficiente para atender todos que se deslocaram para esta região e muitos se instalaram sozinhos negociando seus lotes de terras com os chamados caboclos.

Os caboclos instalados, nestas terras eram, segundo Santos (2008) e Alves (2008), provenientes de outras áreas do Paraná, dos campos de Palmas, da região de conflitos do Contestado e do próprio Rio Grande do Sul; possuíam uma organização social baseada na pesca, na caça, na coleta e plantavam pequenas áreas para subsistência. Os caboclos estabeleciam pequenos fluxos de comércio com a Argentina, por exemplo, erva-mate e suínos que eram trocados por outros produtos.

Essa população é importante na história de ocupação da região Sudoeste do Paraná, pois, juntamente com os indígenas, os caboclos foram as primeiras pessoas a desbravarem estas terras, reconheciam o território e já haviam formado os primeiros caminhos, as “picadas”, que facilitaram posteriormente a fixação dos migrantes na década de 1940.

Alves (2008) descreve que a interação entre colonos e caboclos foi pacífica, e como os estes não viam a terra como mercadoria e sim como bem de subsistência, não se sentiram ameaçados pelos novos “vizinhos”. No entanto, o crescimento do número de habitantes e o modo de produção capitalista inviabilizaram o modo de vida desta população que, em parte, abandonou seus antigos costumes, continuando instalada em seus lotes ou buscando novas terras.

Mesmo com todas as dificuldades encontradas pelos colonos, de acordo com Alves (2008), os primeiros anos da ocupação foram amenos, sem grandes conflitos. A fixação era realizada sob a forma de acordos, seja entre colonos e caboclos ou entre os próprios colonos que iam instalando-se em parte auxiliados pela CANGO. No entanto, os trabalhadores rurais não possuíam a documentação dos terrenos que ocupavam, nem mesmo os alojados pela CANGO, o que mais tarde geraria um forte conflito pela posse da terra.

Segundo Alves (2008), a maioria das terras que formam hoje a região Sudoeste do Paraná e que, na época, correspondia às colônias Missões e Chopin, estava sob disputa judicial há muitos anos e por isso nem mesmo os colonos fixados pela CANGO possuíam a documentação de seus lotes. Em 1950, mesmo com várias denúncias de irregularidades, a posse das terras teria sido passada para a Companhia Clevelândia Industrial Territorial LTDA – CITLA que, mesmo tendo seus direitos contestados na justiça, utilizou-se de influência política para instalar-se na região e passou a exigir dos colonos aqui instalados o pagamento pelas terras que estavam ocupando.

A atuação da CITLA pode ser, conforme Gomes (1986), dividida em dois momentos: o primeiro, de 1951 a 1955, no qual a companhia não exerceu pressões para afirmar que era a detentora da posse da terra e estabeleceu conflitos com a CANGO; o segundo período inicia-se em 1955, com a troca do governo do estado quando a CITLA, juntamente com a COMERCIAL – Companhia Comercial Agrícola Paraná LTDA e a APUCARANA – Companhia Imobiliária Apucarana LTDA, que também se instalaram na região aproveitando-se dos contatos políticos, começam uma nova forma de negociação mais ofensiva com os colonos, forçando-os a assinarem contratos de compra dos lotes por eles ocupados o que termina, em 1957, com a “revolta dos posseiros”.

Gomes (1986) menciona que, na primeira fase, de 1951 a 1955, a forma de reação dos colonos, quanto à atuação das companhias e a incerteza sobre a posse da terra da região, foi reivindicatória, com a organização de uma “comissão permanente”, em 1951, que deveria representar os interesses e defender os direitos da população local.

Já o período que se seguiu, após 1955, é lembrado pela repressão violenta dos agricultores, realizada através de “jagunços”, das companhias. Os colonos eram obrigados a assinar contratos e pagar o que, segundo a companhia, deviam a ela. Como os agricultores conheciam a situação da disputa judicial em que se encontravam as terras, tinham receio de assinarem os contratos, pagarem e não receberem a documentação.

Como havia resistência por parte dos colonos em assinarem os contratos com as companhias, estas foram ficando cada vez mais violentas, o que gerou grande revolta popular,

principalmente porque a polícia, o governo estadual e federal não tomavam providências em relação aos acontecimentos. Então, a população resolveu por si mesma defender-se, o que levou, em 1957, a se revoltar e cercar as principais cidades, tomando as sedes das companhias.

Santos (2010) ressalta que a Revolta dos Possseiros, como ficou conhecido o levante armado de 1957, representa, além da luta pela posse da terra, a luta do poder local pela organização social já vigente; a classe dominante, representada pelos comerciantes, também participou do levante, defendendo seus interesses políticos e sociais.

Após a revolta dos posseiros, os colonos ainda continuavam sem a posse definitiva das terras, portanto ainda eram posseiros; em 1962, o governo federal instala o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná – GETSOP, que começa o processo de regularização das propriedades, com a demarcação dos lotes de terra e com a emissão dos títulos de posse dos mesmos.

O GETSOP atuou na região durante dez anos, e embora tenha sido fundamental no processo de regulamentação da propriedade das terras, Alves (2008) destaca que esse processo foi realizado sem a observação de critérios comuns, sendo dirigido de forma *populista*; levando-se em conta as áreas ocupadas, conversando com os vizinhos e decidindo onde seriam os limites. Dessa forma, alguns lotes ficaram muito reduzidos enquanto outros ficaram bem maiores.

O reflexo da demarcação feita pelo GETSOP, conforme Alves (2008), é a inviabilidade de muitas propriedades, o que gerou, já em 1984, um apontamento de que 40% dos agricultores eram considerados sem terra, originando mais tarde o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná – MASTES.

O processo de territorialização na região Sudoeste do Paraná foi marcado por alguns momentos distintos, iniciados ainda com a ocupação livre, pelos caboclos e indígenas; depois, com a ocupação oficial, a partir de 1940, e com a atuação do GETSOP, que define a estrutura fundiária. A forma de produção familiar como um processo de construção da identidade da população da região contribuiu para o surgimento de formas de organização da agricultura a partir de associações, sindicatos e cooperativas. Estas instituições ajudaram a fortalecer a identidade e a proximidade social, transformando a região em um território da agricultura familiar.

As primeiras formas de organização dos agricultores foram a Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural - ASSESOAR e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que merecem destaque devido a sua importância histórica na organização social dos agricultores.

Também serão apresentadas seis entidades que fazem parte do GGETESPA, destacando que a ARCAFAR – Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil, COOPAFI – Cooperativa de Comercialização da Agricultura Familiar, a ASSESOAR – Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural e a CLAF – Cooperativa de Leite da Agricultura Familiar, fazem parte dos projetos implementados pelo colegiado territorial estudados no quarto capítulo, a CRESOL, pela importância e abrangência que tem tomado nos últimos anos, e o Fórum Intergovernamental e da Sociedade do Sudoeste do Paraná, por sua ligação com a formação do GGETESPA.

1.1 AS ENTIDADES DA REGIÃO SUDOESTE DO PARANÁ

Conforme Kiyota (2007), a organização social do Sudoeste possui uma rica experiência histórica compartilhada por agricultores e representantes das entidades, organizações, ONGS, associações e cooperativas existentes. A trajetória da organização dos agricultores do Sudoeste do Paraná iniciou-se com as dificuldades enfrentadas no período da colonização. Posteriormente, a criação da ASSESOAR e do STR ajudaram na formação de novas formas de organização e representação dos agricultores familiares da região.

As experiências na organização e na luta pelos direitos e enfrentamento das dificuldades dos agricultores familiares constitui-se em uma importante bandeira pela qual um conjunto de organizações, associações, ONGS, cooperativas, entre outras trabalham, fortalecem-se e constroem uma experiência política baseada no desenvolvimento dessa categoria de agricultores.

A experiência de articulação entre uma parcela considerável das entidades da agricultura familiar pode ser verificada em 1996 quando foram iniciadas as atividades do Fórum Intergovernamental e da Sociedade do Sudoeste do Paraná, do qual participaram organizações governamentais e não governamentais na busca de um planejamento coletivo das ações a serem executadas para atender as demandas dos agricultores da região, experiência que deu sustentação para a formulação do território sudoeste paranaense, em 2003, e demonstra a existência de condições para o estabelecimento da cooperação entre algumas entidades da região.

Esse histórico de organização e a proximidade entre as entidades atuantes na região Sudoeste poderá ser vista desde seu surgimento, conforme apontamos nos próximos itens, que retratam um pouco da história e da atuação, das entidades anteriormente citadas, das quais

principalmente a ASSESOAR e o STR, mantêm uma articulação muito grande com as demais, através de assessorias, cursos e projetos, entre outros.

1.1.1 A Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural – ASSESOAR

A Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural – ASSESOAR, foi fundada por jovens agricultores católicos e por padres belgas - que pregavam na região – profissionais liberais de Francisco Beltrão, ligados à Juventude Agrária Católica – JAC, na data de 10 de fevereiro de 1966 (Fonte: <http://assesoar.org.br/?page_id=25> acesso em maio de 2012).

Segundo o Referencial Teórico-Metodológico da Instituição (2009), a mesma foi fundada sob os princípios de garantia de direitos e de dignidade para os agricultores. Na primeira década e meia, ganham destaque os cursos de formação para *ministros auxiliares das comunidades* e de catequese, e o trabalho com a juventude baseados nos dogmas católicos e na participação social, organizativa e política.

Desde sua fundação, a ASSESOAR foi incumbida da tarefa de dinamizar o processo orientado para levar os leigos católicos do meio rural a se comprometerem, por um lado, com a ação pastoral desenvolvida pelas Paróquias identificadas com a causa dos direitos dos pobres e, por outro lado, com um processo que proporcionasse mudanças no sistema de produção agrícola adotado pelos agricultores familiares descapitalizados a fim de proporcionar a todos melhores condições de vida e um relacionamento de preservação do meio ambiente (VERONESE, 1998, p. 165).

No final da década de 1970, as ações da instituição passam por modificações, de acordo com o disposto em seu Referencial Teórico-Metodológico, a ASSESOAR assume-se como *Associação de Agricultores(as)*; a partir de então passa a ser uma organização autônoma que estabelece parcerias com a igreja e com as demais entidades. Nessa fase, centra seu trabalho na organização dos agricultores (em Sindicatos Rurais, Associações de Produtores, etc.), realiza trabalhos de formação e conscientização popular sobre o processo de modernização agrícola à formação das lideranças ligadas à agricultura familiar.

Segundo Torrens (1993) no início os trabalhos realizados pela ASSESOAR estavam baseados na estruturação de grupos de famílias, nas práticas pastorais e no desenvolvimento de cursos para a capacitação e a formação de lideranças. Gradativamente a instituição foi redirecionando suas práticas, voltando-as principalmente para a organização dos agricultores no plano econômico e político.

Torrens (1993) destaca o papel desempenhado pela ASSESOAR nos debates e na articulação das oposições sindicais (1972), o sistema cooperativo, os direitos sociais, a migração dos trabalhadores rurais e o acesso a terra. Durante a Década de 1980 surge o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra do Sudoeste do Paraná – MASTES, e juntamente com a movimento sindical a ASSESOAR passa a prestar assistência ao movimento de luta pela terra.

Desde o momento em que emergiu um trabalho voltado para a ação sindical ou para a luta pela terra, houve um considerável aumento de demanda de assessoria para orientar a organização dessas lutas. Nesse sentido, a ASSESOAR assumiu um papel de suma importância na região, pois cabia a essa entidade auxiliar no processo organizativo dos grupos que se constituíam e na formação político-religiosa das lideranças que se destacavam nesse trabalho. Essa entidade constituiu-se na principal responsável pela redefinição da linha de atuação de diferentes sindicatos na região Sudoeste e pela organização regional do MST (TORRENS, 1993, p. 14).

Consoante Torrens (1993, p 14), a ASSESOAR passa a desempenhar a importante função política servindo como mediadora entre o “movimento sindical rural, a CPT – Comissão Pastoral da Terra e o MST – Movimento dos Trabalhadores sem Terra pois prestava serviço de assessoria a todas essas organizações”. Além desses a entidade passa a assessorar outras formas de organização.

Torrens (1993) descreve que a ASSESOAR passa a se distanciar do MST na metade da década de 1980 devido a ampliação e do fortalecimento do movimento, de forma semelhante ao que ocorreu com o movimento sindical após a criação de CUT – Central Única dos Trabalhadores, em 1986, direcionando seu trabalho para a assessoria dos agricultores e das organizações. Nessa mesma década a instituição ajuda na articulação dos movimentos populares nas reivindicações pré Constituinte, contra as imposições dos bancos sobre os empréstimos, contra a política agrícola, melhoria nas condições de atendimento nos serviços públicos, entre outros.

Torrens (1993, p. 52) aponta que, até 1990, a ASSESOAR exercia um papel de apoio e participava da direção dos movimentos sociais e a partir deste ano em Assembléia Geral, “definiu-se que a entidade passaria a desempenhar um papel de apoio e de assessoria, não devendo assumir funções de direção dos movimentos”.

Por suas características históricas, durante os anos de formação e consolidação dos diferentes interesses dos agricultores familiares no Sudoeste, a ASSESOAR se constituiu na principal mediadora política dos conflitos agrários protagonizados por este segmento social. Para tanto, é importante destacar que a ASSESOAR contou com a efetiva colaboração

de inúmeros agentes religiosos (padres, freiras, irmãs, ministros de eucaristia)[...]. A ação dessa entidade esteve voltada, desde o início, para garantir a autonomia aos setores que se dispusessem a se organizar de modo independente, tal como o MST, os STRs ou as associações (TORRENS, 1993, p. 54).

Segundo Alves (2008) a história da ASSESOAR pode ser dividida em quatro fases: primeira, de 1966 até 1978; segunda, de 1979 á 1990; a terceira, de 1991 a 2000 e a quarta, após 2000.

Consoante Alves (2008), o período entre 1991 e 2000, é marcado pela implantação das Escolas Comunitárias de Agricultores - ECAs, pela formação das centrais de associações e das coordenações de associações, a colaboração na constituição do Sistema CRESOL, a produção orgânica e a implantação do projeto Vida na Roça (1996). Ainda sobre a terceira fase o autor destaca que a entidade desenvolve seus trabalhos baseados em duas linhas: “a) aprofundamento de questões referentes à agricultura familiar e b) a incorporação do discurso do desenvolvimento sustentável” (idem, p. 134-135).

A quarta fase apontada pelo autor inicia-se em 2000 e tem como características a implantação do curso de pós-médio e de especialização em desenvolvimento e movimentos sociais, trabalho junto ao MDA com a implantação do território Sudoeste e a formação de professores do campo. Para Alves (2008), embora a entidade ainda não reconheça essa nova fase, sua principal característica é a maior visibilidade dos processos de formação de agricultores.

A entidade mantém um leque amplo de parcerias, desde organizações de agricultores, organizações governamentais e Universidades a nível Regional, Estadual e Federal com as quais realiza várias atividades. Entre elas, citamos: Organização da Produção, Comercialização e Industrialização dos Produtos dos Pequenos Produtores; Elaboração de uma Proposta Alternativa de Crédito; Construção de uma Proposta de Planejamento e Gestão das Unidades Familiares de Produção, das Associações e das Centrais; Realização do Diagnóstico Regional; Formação de Dirigentes e Técnicos; Direitos Sociais (Previdência); Ramos de Atividades; Luta pela Terra; Construção de Uma Nova Proposta de Educação Rural (ECAs/CFRs).

Atualmente, o objetivo central da ASSESOAR é catalisar ações de desenvolvimento regional multidimensional (saúde e saneamento, lazer, relações interpessoais, sustentabilidade, educação, cultura, produção, alimentação, bem estar e movimentos feitos por agricultores que buscam seus direitos) na perspectiva da agricultura familiar. Esse objetivo se reflete numa estratégia de parcerias, envolvendo diversos agentes regionais, dentre os quais se

mencionam: prefeituras, sindicatos rurais, associações de produtores, organismos estatais de pesquisa e extensão rural, grupos de agricultores organizados e frequentemente, também, organizações internacionais.

A ASSESOAR continua, também, atendendo grupos de agricultores, atuando nesse caso mais como assessora que como parceira. Esses grupos com, aproximadamente, 10 agricultores, formam a unidade mínima de atendimento pela ASSESOAR.

A estratégia de atendimento consiste no levantamento da situação e das expectativas de cada agricultor componente do grupo. A seguir, buscam-se informações para subsidiar a definição de um roteiro de atividades, visando atingir as expectativas dos agricultores, considerando suas reais possibilidades e limitações. Em todas as fases os agricultores participam das discussões e decisões.

1.1.2 Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Francisco Beltrão - STRs

Segundo Pirin (2006, p. 131), “o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STRs) do município de Francisco Beltrão foi fundado no ano de 1963, com 504 sócios, de acordo com levantamentos documentados na sua sede”. A ata de fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Autônomos de Francisco Beltrão data do dia 23 de junho de 1963, com o encaminhamento do pedido de registro e conseqüente investidura sindical assim como a aprovação dos estatutos sociais, e a organização da eleição da diretoria e o valor das mensalidades para sócios.

Assim, a carta de reconhecimento foi deliberada no ano de 1964, quando o sindicato já tinha 1.600 sócios. Posteriormente, em 1971, com o decreto-lei Nº. 1.166 que definiu como “trabalhador rural” tanto os associados rurais quanto os pequenos proprietários rurais, o Sindicato dos Produtores rurais autônomos de Francisco Beltrão passou a se denominar Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STRs) (PIRIN, 2006, p. 133).

O sindicato foi organizado com várias delegacias espalhadas pelo município, sendo situadas nas comunidades mais povoadas, devendo conter no mínimo 50 sócios para cada delegacia. Segundo Pirin (2006), existiam delegacias em alguns municípios vizinhos como Nova Esperança, Salto do Lontra e Jaracatiá (Enéas Marques).

O momento histórico vivido no país era o da ditadura militar, representada pelo alto controle social exercido pelo governo e do sindicalismo oficial, caracterizado por seu caráter assistencialista, atrelada ao Estado. Assim, os estatutos sociais eram padronizados pelo

Ministério do Trabalho e previdência Social. Dessa forma, não demorou para o STR de Francisco Beltrão enquadrar-se à realidade nacional.

Em seus primeiros anos, o STRs atuou de forma cautelosa devido ao período da ditadura militar instalada no país e ao seu atrelamento ao Estado. De acordo com Pirin (2006), na sede do sindicato havia um consultório odontológico e o funcionamento de uma Casa Rural que possuía um agrônomo. O STRs permaneceu sob o comando da mesma diretoria até o ano de 1970, tendo como principal característica o assistencialismo e a subordinação ao Estado.

Somente no fim década de 1970, com o governo militar demonstrando certo enfraquecimento, começam a se organizar as oposições sindicais, incentivadas pela ASSESOAR e por um conjunto de missionários ligados a Teoria da Libertação da Igreja Católica. Iniciam os movimentos de conscientização dos agricultores por um movimento sindical mais ativo e que defendesse seus interesses, além da discussão da proposta de modernização agrícola e a política de crédito rural que vinha sendo implantada pelo estado. E, segundo Torrens (1993), essas discussões e conscientização mantiveram os agricultores articulados nas oposições sindicais da região.

Foi com a organização da ASSESOAR e dos religiosos, segundo Rafagnin (2005), que se formou a primeira chapa de oposição sindical no município, com a tentativa de concorrer às eleições de 1972 e 1975, porém não conseguiram a aprovação da delegacia regional do trabalho em 1972, e do ministério do trabalho, em 1975. Somente em 1978 a oposição conseguiu concorrer e assumiu a liderança do STRs de Francisco Beltrão.

Com as eleições de 1978, o sindicato ganhou uma nova cara, tornou-se [...] “um pólo de referência do movimento sindical rural em toda a região Sul, na medida que foi o primeiro STRs a ser conquistado pelos segmentos afinados com as proposições do chamado ‘novo sindicalismo’”(TORRENS, 1993 p.13).

A partir de 1978, o sindicato de Francisco Beltrão, além de se tornar referência, passa também a agir de forma diferente, apoiando os agricultores em seus problemas cotidianos e em suas lutas por melhoria das condições de vida e de trabalho.

Segundo Rafagnin (2005), o STRs passou por três fases; a primeira que vai da fundação até as eleição de 1978, marcada pelo assistencialismo e atrelamento ao Estado; a segunda, de 1978 a 1985, marcada pelo sindicalismo reivindicatório, e a terceira, a partir de 1985, “é a do sindicalismo propositivo que, além de reivindicar, passa também a elaborar e apresentar propostas concretas às demandas.”

Foi após essa primeira vitória da oposição sindical em Francisco Beltrão em 1978, que novas iniciativas foram tomadas também em outros sindicatos da região, formando, posteriormente, uma articulação entre diversos sindicatos do Sudoeste e também do Sul do Brasil.

Com as mudanças na base sindical começaram também as mudanças na ação do sindicato que deixa seu caráter de submissão e assistencialismo e passa a defender, organizar e representar os agricultores.

Segundo Pirin (2006), uma das primeiras reivindicações foi em favor dos suinocultores, que estavam enfrentando problemas com a alta dos insumos e o baixo preço de venda dos suínos. Como as primeiras reivindicações não foram atendidas, o sindicato de Francisco Beltrão, juntamente com os sindicatos de municípios vizinhos organizou paralisações e posteriormente, o bloqueio de rodovias.

Outra discussão foi em relação ao seguro agrícola, pois, segundo Pirin (2006) no ano de 1982, os agricultores, sentindo-se prejudicados com o indeferimento de seus pedidos de seguro agrícola, procuraram o STRs, que teve de atuar junto ao governo e ao Banco do Brasil para que os casos fossem revistos.

Um novo pólo de tensão foi criado com a luta contra a política dos bancos devido aos juros cobrados sobre os empréstimos e a política de preços mínimos aplicada pelo governo. Devido a inúmeras manifestações em 1988, conseguiu-se a anistia das dívidas por financiamentos bancários.

Nesse período, foram realizadas diferentes formas de mobilização em relação à política agrícola: assembleias gerais de agricultores em treze municípios da região, passeatas, audiências com prefeitos, para a entrega de documentos com a pauta de reivindicações, bloqueio de rodovias bancos e prefeituras, com caminhões e máquinas agrícolas, dentre outras formas de pressão política capazes de sensibilizar as autoridades públicas estaduais e federais, para atender a pauta de reivindicações apresentadas para estes governos (TORRENS, 1993, p.18).

As lutas aconteceram também em defesa da propriedade da terra. De acordo com Torrens (1993), essa luta formou o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste (MASTES), que levou à ocupação de áreas como a da Fazenda Annoni, em 1983 e a Fazenda Imaribo, em 1984.

No Sudoeste o sindicalismo passa a desempenhar mais um papel, o de apoio ao movimento dos agricultores sem terra, juntamente com a ASSESOAR, que passa a prestar assistência aos movimentos de luta pela posse da terra. Por certo período, a luta dos sem terras

passou a ter um papel muito importante nos sindicatos, passando á frente até mesmo das reivindicações dos agricultores familiares. Somente com a criação do MST, em 1984, com o crescimento e fortalecimento desse movimento é que os sindicatos passam a ter novamente como pauta maior as reivindicações dos agricultores, deixando um pouco de lado o movimento dos trabalhadores sem terra que, agora, já tinham força e organização própria.

A Central Única dos Trabalhadores- CUT foi criada em agosto de 1983, fruto de várias reuniões e propostas de unificação das lutas dos trabalhadores. Segundo Pirin (2006) a central sindical em defesa das diferentes classes de trabalhadores tinha como uma de suas principais funções, articular e organizar as lutas dos trabalhadores em todo o país.

A partir da criação da CUT, vários sindicatos passaram a integrar-se à central, formando o chamado sindicalismo cutista, que se espalhou por todo o país, com a causa de defesa dos trabalhadores. O STRs de Francisco Beltrão também vinculou-se ao sindicato cutista

De acordo com Pirin (2006), no final dos anos 1980, as reivindicações dos agricultores foram quanto à melhoria no atendimento à saúde e à previdência social e pelos direitos das mulheres agricultoras. Foi através destas reivindicações, também incorporadas pelos STRs e pela CUT, que em 1988, com a nova Constituição, determinou o direito a aposentadoria por idade para os agricultores.

A década de 1990 foi marcada pela política neoliberal, caracterizada pela abertura comercial e as privatizações, e pela crise econômica, iniciada nas décadas anteriores e traziam ao país a inflação descontrolada, o baixo crescimento econômico e a diminuição do incentivo para a agricultura.

Nesse período surge a expressão “agricultura familiar”, e a partir das reivindicações dos sindicatos e da CUT, principalmente na região Sul, em prol desses agricultores, o governo lança uma linha de crédito especial para a então “nova classe” de trabalhadores, o PRONAF- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

A emergência do “agricultor familiar” enquanto um personagem social sinaliza também um movimento de renovação do discurso das organizações de trabalhadores do campo em relação à importância da agricultura familiar no Brasil, e seu papel econômico, social e ambiental, na geração de emprego e renda, na produção de alimentos e no processo de um desenvolvimento rural sustentável (CORDEIRO; SCHMITT e ARMANI, 2003 *apud*, PIRIN, 2006, p. 34-35).

Essa articulação dos sindicatos em favor da agricultura familiar levou a vários encontros principalmente na região Sul do Brasil, onde a agricultura familiar está muito presente, sendo, em 1997, realizado o I Encontro da Agricultura Familiar.

Devido às semelhanças encontradas na região Sul do Brasil - principalmente entre as regiões, Sudoeste do Paraná, Oeste de Santa Catarina e Noroeste do Rio Grande do Sul - quanto à similaridade da população e modo de organização agrária, nos três estados houve articulação entre os movimentos sindicais, em prol das lutas dos trabalhadores familiares.

E foi essa articulação que criou em 2001, no 1º Primeiro Congresso de Agricultura Familiar da Região Sul, a FETRAF-SUL/CUT- Federação dos Agricultores da Agricultura Familiar, que passa a desempenhar o papel de representar e defender os agricultores familiares e articular os sindicatos cutistas do região sul do país.

Atualmente, o STRs atua no atendimento aos agricultores familiares e trabalhadores assalariados em questões trabalhistas, informações sobre políticas públicas, elaboração de cartas de aptidão, contratos trabalhistas, declaração de Imposto Territorial Rural (ITR), declaração de imposto de renda, realização de cursos e desenvolvimento de projetos em parceria com outras entidades.

Um mecanismo de relação do STRs de Francisco Beltrão dá-se pela sua inserção na Associação do Centro de Educação Sindical - ACESI, fundada em 09 de junho de 1996; de acordo com seu estatuto, surgiu da necessidade dos sindicatos terem uma instância que como pessoa jurídica, poderia buscar recursos junto a órgãos públicos e outras instituições, para sustentação da proposta de Educação Sindical.

Conforme demonstramos em Gularte e Santos (2009), a ACESI é composta pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Sindicatos da Agricultura Familiar, Associações de Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sudoeste do Paraná filiados à Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar- FETRAF-SUL/CUT.

A ACESI tem um papel de articulação entre os sindicatos e as associações em eventos de formação, abrangendo todas as áreas relacionadas com as atividades da categoria, tais como elaboração de projetos, pauta de reivindicações, eleições sindicais, informações sobre leis, resoluções, portarias e decretos, além de desenvolver ações de formação que possibilitem a participação das mulheres e jovens nos movimentos sindicais, manter atualizados os dados da realidade socioeconômica da região, manter cadastro organizado dos filiados e convênios e parcerias com órgãos públicos, instituições, Universidades, organizações internacionais e movimentos populares.

1.1.3 Cooperativa de Comercialização da Agricultura Familiar Integrada - COOPAFI

A Cooperativa de Comercialização da Agricultura Familiar Integrada – COOPAFI foi criada em 2003 a partir das discussões e das dificuldades encontradas pelos agricultores para comercializarem seus produtos. Essa cooperativa foi fundada com o intuito de formular uma rede de comercialização e organização em prol da comercialização agrícola, principalmente de gêneros alimentícios produzidos nas pequenas propriedades rurais.

O Sistema Coopafi surgiu do processo de conscientização gerido pelo movimento associativista desenvolvido pelas organizações da Agricultura Familiar, com base na necessidade de organização do setor comercial das várias iniciativas existentes na região Sudoeste e nas outras regiões do Estado (fonte: <<http://www.unicafesparana.org.br/comercializacao.php>>. Acesso em junho de 2012).

A COOPAFI, como descrevem Ferraz, Brandão e Pase (2008), foi criada a partir de experiências já existentes no Sudoeste do Paraná como a Coordenação Regional de Associações de Pequenos Agricultores – CRAPA, a Cooperativa de Agricultores Familiares de Capanema – COOPERFAC, a Cooperativa de Comercialização de Marmeleiro e Coronel Vivida COOPERSOL e as de Francisco Beltrão e de Dois Vizinhos – COOPAAF.

A COOPAFI realiza a venda direta ao consumidor através dos centros de comercialização conhecidos como “Mercados do Produtor”, ou através da organização de feiras, além de manter convênios com programas governamentais como os ligados ao Programa de Alimentação Escolar, Fome Zero e o Programa de Aquisição de Alimentos, entre outros. Além disso, as cooperativas integradas também efetuam a compra de sementes, insumos e mudas; por ser feita em grande quantidade, é possível negociar os preços, o que diminui o custo para cada associado; há projetos para o acompanhamento e monitoramento dos agricultores que estão integrados visando ao melhoramento e ao abastecimento dos produtos para a comercialização.

Segundo Ferraz, Brandão e Pase (2008), a vantagem do Sistema COOPAFI, composto pelas cooperativas de cada município e por uma central, é o fortalecimento da rede de comercialização já que a central possui um sistema que permite a cada cooperativa informar e procurar dados em tempo real sobre os produtos disponíveis, o que facilita a venda em maiores quantidades. Além disso, a cooperativa conta com um sistema de logística e marketing e de assistência.

Atualmente o Sistema Coopafi possui quase vinte cooperativas articuladas em uma cooperativa central situada em Francisco Beltrão, que coordena o setor contábil, administrativo e político, com vários projetos em desenvolvimento como organização e expansão do sistema; ampliação da atuação nos mercados locais com produtos industrializados; estruturação de uma identidade através da organização das marcas dos produtos e inserção no mercado de Curitiba (fonte: <<http://www.unicafesparana.org.br/comercializacao.php>>. Acesso em junho de 2012).

A existência de uma cooperativa regional que presta assistência às unidades municipais e mantém um sistema que possibilita o acesso às informações das demais unidades facilita a formação de estoque, o redirecionamento de produtos e a venda em grandes quantidades.

1.1.4 A Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil- ARCAFAR _ SUL

As escolas rurais, segundo Franck (2007), surgiram na França através da preocupação de agricultores com o processo de formação de seus filhos diante da inexistência de uma forma alternativa e adaptada à realidade desses jovens. Os agricultores buscaram junto à igreja uma alternativa, e esta iniciou um processo de ensino, “por correspondência”. Os jovens ficavam duas semanas estudando em casa e uma, na igreja, discutindo o que haviam estudado; durante o período que os jovens ficavam na igreja eram os pais que se responsabilizavam por seus gastos.

Franck (2007) afirma que a experiência das Casas Familiares Rurais - CFRs foi trazida para o Brasil nos anos 1980, num projeto vinculado a SUDENE- Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, espalhando-se posteriormente para outras áreas, principalmente no Sul do Brasil.

A primeira Casa Familiar Rural- CFR do Sul do país, segundo Borges *et al.* (2011), foi implantada em 1987 nos municípios de Santo Antônio do Sudoeste e Barracão, no Paraná, após a realização de encontros e palestras sobre essas instituições com os agricultores e a comunidade local que apoiaram a ideia. Após essa primeira experiência, as CFRs espalharam-se pelos três estados do Sul brasileiro.

Uma casa familiar rural é uma instituição dentro de um município ou dentro de uma região destinada à formação diferenciada dos jovens agricultores. Busca oferecer a formação técnica, humana e gerencial aos jovens do meio rural cujas famílias obtêm seu sustento através do trabalho na agricultura, na pesca ou na agropecuária. Ela é regida por uma associação de produtores rurais, geralmente, formada pelos pais dos alunos da escola, que trabalham

com um método de educação direcionado à realidade dos jovens, permitindo-lhes uma qualificação que proporcione uma maior interação e apropriação de técnicas de aperfeiçoamento da agricultura familiar (BRASIL, 2003, *apud*, Franck, 2007, p. 61).

As CFRs são administradas por uma associação formada pelos próprios pais dos jovens educandos, são mantidas por doações das famílias envolvidas e através de entidades e organizações privadas e governamentais. No estado do Paraná, as casas familiares recebem o reconhecimento e o auxílio do governo estadual, além disso a maioria delas tem convênio com instituições locais a exemplo do que ocorre na CFR de Francisco Beltrão: conforme Franck (2007), o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a ASSESOAR, a igreja, a prefeitura, as secretarias de Agricultura e Educação estiveram presentes desde o início do projeto de implantação.

Com o crescimento das Casas Familiares Rurais pelos três estados do Sul, surgiram dificuldades de articulação, comunicação e formação dos profissionais que atuam nas CFRs. Dessa necessidade surgiu, em 1991, a ARCAFAR – SUL - Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil, no município de Barracão- PR, onde permanece até hoje. A associação tem por objetivo:

[...] a coordenação de um trabalho filantrópico a fim de promover, desenvolver e oportunizar aos jovens agricultores, de ambos os sexos, a permanência no meio em que vivem proporcionando uma formação integrada com a sua realidade. Pretende, assim, oferecer condições para a inserção desses jovens na sua comunidade e com isto proporcionar novas oportunidades, geração de renda, inclusão social, qualidade de vida, cidadania e dignidade (fonte: <www.arcafarsul.org.br>. acesso em maio de 2012).

A ARCAFAR está presente em 204 municípios da região Sul atendidos pelas 70 casas familiares rurais e 2 casas familiares do mar. No estado do Paraná são 42 casas e na região Sudoeste, 17 unidades.

A associação presta serviço de apoio a todas as CFRs por meio de cursos de formação de monitores, dirigentes de associações, jovens, famílias, governantes, buscando a valorização da agricultura familiar e incentivando a criação de novos centros de formação

A missão da ARCAFAR é:

Representação, assessoramento e qualificação das Associações das Casas Familiares Rurais e do Mar, buscando o desenvolvimento sustentável e solidário da agricultura familiar e da pesca artesanal, pela Pedagogia da Alternância, para a Educação do Campo, em benefício da sociedade (fonte: <www.arcafarsul.org.br>. acesso em maio de 2012).

O trabalho realizado pelas casas familiares busca, através da pedagogia da alternância, fortalecer os laços familiares, levar maior conhecimento e aperfeiçoamento das técnicas para o espaço rural. O trabalho realizado por essas instituições é alternativo ficando os jovens uma semana nas CFRs e duas com suas famílias, aplicando o que aprenderam; durante esse período, eles têm o acompanhamento dos monitores e da família, esta parte também integrando do processo de formação.

As principais conquistas alcançadas pela ARCAFAR no processo de formação são o melhoramento na qualidade de vida, o fortalecimento da identidade dos jovens e das famílias, maior interação com a comunidade, formação capaz de promover melhorias técnicas, pessoais e culturais e permanência do jovem no local onde vive. Atualmente, cerca de 86% dos jovens formados pelas CFRs permanecem no seu meio, desenvolvendo suas atividades com qualidade de vida (fonte: <www.arcafarsul.org.br>. acesso em maio de 2012).

1.1.4 Cooperativas de Leite da Agricultura Familiar – CLAFs

A expansão da produção de leite na região Sudoeste do Paraná vem acontecendo em ritmo significativo e, segundo Escher (2011), a região já é a segunda maior produtora do estado, tendo como característica a ocupação das terras menos favoráveis à agricultura e estabelecendo-se como uma forma de reprodução para os agricultores.

As CLAFs foram criadas através da mobilização das entidades do Sudoeste do Paraná que, juntamente com os produtores de leite, buscavam uma alternativa para a comercialização e principalmente para o melhoramento dos preços do produto. Segundo David (2009), existia uma preocupação que se estendia além da comercialização do leite e propunha a ampliação da atividade da cooperativa para o fornecimento de insumos e medicamentos, o recolhimento do leite e auxílio em outras etapas como nos financiamentos, no melhoramento da cadeia produtiva e na formação dos agricultores associados.

Segundo Escher (2011), em 1997, após grandes discussões, foi criado pelo Fórum das Entidades do Sudoeste do Paraná um “grupo de trabalho” através do qual foram fortalecendo-se a idéia de uma cooperativa de leite. Em 1998, “após a realização de uma série de eventos de capacitação, incluindo vários intercâmbios e seminários, foram constituídas as quatro primeiras Cooperativas de Leite da Agricultura Familiar - CLAF's (Idem, p. 8); as primeiras sedes estavam nos municípios de Marmeleiro, Dois Vizinhos, Renascença e Nova Prata do Iguaçu.

As CLAFs, em seu âmbito municipal, atuam prioritariamente na organização das famílias produtoras de leite, orientando-as na organização da produção, visando à melhoria da qualidade do leite, das condições de trabalho e redução dos custos de produção, através da utilização de técnicas adequadas de produção e comercialização conjunta do leite, alcançando condições mais justas de negociação e remuneração do produto *in natura* (DAVID, 2009, p. 17).

Além desses trabalhos, como aponta o estudo de Constantino (2010), realizado nas cooperativas de Ampére, Dois Vizinhos e Itapejara D'Oeste, as CLAFs oferecem aos seus cooperados produtos como ração, sementes, medicamentos, produtos para higienização de ordenhas e resfriadores e, em alguns casos, revendem esses equipamentos a preços mais atrativos dos praticados no mercado, prestam assistência técnica e buscam estabelecer convênios com outras entidades como a CRESOL.

Em 2003, diante da necessidade de organização e do enfraquecimento dos “grupos de base”, formados por agricultores e agentes que lideravam as CLAFs, era preciso um grupo que pudesse articular as estratégias de cada cooperativa e incentivar os grupos de base. É nesse cenário que, segundo Escher (2011), surge a Sistema de Integração Solidária das Cooperativas de Leite da Agricultura Familiar – SISCLAF.

A SISCLAF passou a funcionar como uma central que prestava serviços de articulação política, e estratégica de comercialização para todas as CLAFs. “A Central SISCLAF acabou assumindo dois papéis teoricamente distintos, mas intimamente entranhados na prática: (1) a representação política das cooperativas de leite e (2) a execução operacional das suas atividades econômicas conjuntas” (ESCHER, 2011, p.11).

Segundo Ferraz (2009, p. 17), de acordo com seu Estatuto, a SISCLAF tem como objetivo;

[...] prestar serviços administrativos, de assessoria técnica, de organização, de industrialização, de comercialização da produção agropecuária, de formação, em benefício aos interesses de suas cooperativas associadas. A construção e a gestão de políticas de fortalecimento da agricultura familiar estão baseadas na agroecologia e na interação solidária.

A SISCLAF exerce um papel complementar ao trabalho das cooperativas municipais; além de prestar assistência, ela é responsável também pela comercialização da maior parte do leite coletado, que é armazenado nas duas unidades de resfriamento instaladas em Itapejara d'Oeste e Bela Vista da Caroba.

De acordo com David (2009), os dirigentes das cooperativas apontam como principais conquistas da CLAF: melhora na remuneração e diminuição da diferença paga aos produtores por quantidade de leite entregue; centralização do produto através das plataformas de

recebimento via central e aumento da força de negociação, devido a melhora do preço; implantação do pagamento do leite por qualidade do produto; fornecimento de insumos a preços mais baixos; informatização das cooperativas; parcerias com órgãos públicas e privados, além da organização local num sistema de ajuda mútua.

A SISCLAF vem estabelecendo vários convênios com outras entidades que atuam na região e fora dela como com o Sistema de Cooperativas de Produtores de Leite da Agricultura Familiar – SISCOOPLAF; como descreve Escher (2011), os convênios estabelecidos com o PRONAT, com as Prefeituras e com outros departamentos federais, além das emendas parlamentares que garantiram, a partir de 2004, o processo de estruturação do sistema.

Segundo Escher (2011), a mobilização tanto dos recursos vindos do PRONAT, por meio do GGETESPA, como os demais convênios e principalmente as emendas parlamentares mostram a força da organização e mobilização das entidades da região para o fortalecimento da agricultura familiar.

1.1.6 O Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária - CRESOL

A falta de crédito junto às instituições financeiras e ao governo foi alvo de várias reivindicações de pequenos agricultores de diferentes partes do Brasil, durante as décadas de 1980 e 1990; devido a essa necessidade organiza-se, na região Sudoeste do Paraná, um fundo rotativo gerenciado por algumas instituições:

O sistema CreSol surgiu após uma experiência no sudoeste do Paraná, principalmente com ONGS: a ASSESOAR (Associação de estudos Orientação e Assistência Rural), sediada em Francisco Beltrão, e a Fundação Rureco (Fundação para o Desenvolvimento Econômico Rural da Região Centro Oeste do Paraná), sediada em Guarapuava na região Centro. Iniciou-se numa experiência internacional. Esses fundos financiavam coletivamente agricultores familiares excluídos do crédito oficial (GRISA, 2003, p. 59).

Segundo artigo da ASSESOAR (2005), a proposta da criação de um Fundo de Crédito Rotativo nasceu da necessidade de um mecanismo de financiamento para os pequenos agricultores excluídos do sistema de crédito oficial. Assim, em 1997, a ASSESOAR encaminhou para a MISEREOR (Alemanha), a proposta de criação desse fundo e estabeleceu também uma comissão responsável pelo assunto, formada pela ASSESOAR, CPT, MST, CUT - Regional do Sudoeste do Paraná, CNBB e Associação de Pequenos Produtores do Sudoeste do Paraná.

Quando a MISEREOR aprovou a proposta e financiou o fundo, ficou a cargo dessa comissão estabelecer as diretrizes que norteariam as ações do fundo, prioridades, normas, fiscalização, gerenciamento, enfim, organizar a distribuição dos recursos e, em 1989, o fundo rotativo começa a funcionar.

Segundo ASSESOAR (2005), em 1993, frente ao esgotamento de ampliação do fundo rotativo assim como os trabalhos necessários para sua manutenção, formou-se um grupo de trabalho buscando ampliar as discussões sobre a necessidade de formação de uma entidade autônoma para realizar os trabalhos com o crédito, tomando como referência experiências anteriores e iniciativas de crédito em outros estados, nascendo a proposta das cooperativas de crédito com interação solidária.

As primeiras cooperativas de crédito solidário surgiram em 1996, nos municípios de Dois Vizinhos, Marmeleiro e Capanema, no Sudoeste do Paraná, e de Pinhão e Laranjeiras do Sul no Centro-Oeste do estado. Segundo Schanuel (2005), a criação de duas cooperativas na região Centro-Oeste foi obtida através da interação entre a Fundação RURECO, que também tinha experiência com fundos rotativos, com as entidades do Sudoeste do Paraná discutindo a necessidade de criação de uma nova forma de autonomia de gerenciamento para o crédito.

Em 2000, foi criada a Central Cresol Baser, responsável pela formação de dirigentes, técnicos e assessores; Contabilidade: padronização, coordenação e normatização; Auditoria interna; Crédito Rural: Acompanhamento do MCR; Plano de Safra, análise sócio-econômica; Informática – Desenvolvimento e atualização de Software; Comunicação e Marketing; Recursos Humanos” (fonte: www.cresol.com.br. Acesso em maio de 2012).

Atualmente, o Sistema Cresol é formado pela cooperativa central, pelas cooperativas singulares e bases regionais. As bases regionais têm caráter operacional e oferecem serviços de contabilidade, informação, formatação, entre outros tipos de assistência como negociações com outras instituições ou órgão públicos, para as cooperativas singulares, já estas são as que atuam diretamente com os agricultores buscando facilitar o acesso destes ao crédito, aos financiamentos e demais serviços bancários. As atribuições das cooperativas singulares são “Organização e atendimento do quadro social; Aplicação do cadastro sócio-econômico; Liberação de crédito (Pessoal e Rural); Análise de projetos de crédito e investimento; Aplicações financeiras; Controles de contas” (fonte: <www.cresol.com.br>. Acessado em maio de 2012).

Segundo Abramovay (2004), o Sistema CRESOL é a quarta cooperativa de crédito em importância no âmbito nacional, destacando-se por sua proposta inovadora, por ter no quadro de associados somente agricultores familiares. Mesmo sendo uma cooperativa de crédito,

“estabeleceram explicitamente o objetivo de lutar contra a exclusão bancária e ao mesmo tempo, de fazê-lo no âmbito de organizações financeiramente sustentáveis” (idem, p. 2).

Segundo Búrigo (2006), a partir de 1999, as cooperativas Cresol começaram a se expandir para os estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, atingindo em 2005 o número de 101 cooperativas singulares, 12 bases regionais e 2 centrais com uma abrangência de 330 municípios e aproximadamente 55 mil associados. A CRESOL estabeleceu vários convênios com instituições e programas governamentais assim como com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul e com o MDA.

1.1.7 Fórum Intergovernamental e da Sociedade do Sudoeste do Paraná

Segundo Torrens (2007), a partir de 1996, iniciou-se um processo de mobilização dos agentes regionais, principalmente os políticos, inspirados nas idéias e bons resultados alcançados por projetos de mobilização e organização social do Norte da Itália, que resultou na mobilização de várias entidades, governamentais e privadas, e associações que, em 1997, assinaram o “pacto territorial”.

Esse pacto, assinado por um conjunto de instituições e entidades do Sudoeste, pretendia articular forças sociais locais para reproduzir na região uma experiência semelhante àquela desenvolvida no Norte da Itália, onde se implantou um modelo econômico baseado na formação de pequenas cooperativas especializadas na agregação de valor à produção agrícola, na transferência de tecnologias, na certificação da qualidade dos produtos e na garantia de mercado para as famílias produtoras. Entretanto, essa iniciativa ficou reconhecida por se limitar, fundamentalmente, à esfera do poder público municipal, coordenado pela AMSOP – Associação de Municípios do Sudoeste do Paraná. (TORRENS, 2007, p. 41-42).

Após a iniciativa que resultou no “pacto territorial”, em 1998 e 1999, com maior articulação entre atores governamentais e da sociedade civil, em torno da temática da sustentabilidade e do planejamento das ações para a região firmou-se “Protocolo Geral de Cooperação e Parcerias e na assinatura da Carta do Sudoeste”, que buscou elencar a mobilização e o comprometimento social para a elaboração de “um Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sudoeste do Paraná”. Em 1998, em meio a essa discussão, surgiu o Fórum Intergovernamental e da Sociedade do Sudoeste, com o objetivo de “fomentar o desenvolvimento sustentável do Sudoeste do Paraná, a partir do meio rural, de forma estratégica, contínua e integrada, tendo como princípios a ética, a cooperação e a justiça social” (FÓRUM, 1999, *apud*, TORRENS, 2007, p. 42).

Participavam do Fórum 41 instituições de abrangência regional, tanto governamentais como não governamentais, e os 42 CMDRS da região; ainda em 1999, o Fórum elaborou o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Sudoeste do Paraná, embora houvesse um número considerável de instituições participando deste Fórum, as que participavam mais ativamente estavam ligadas aos governos municipais e estadual, as organizações sociais participavam, de forma tímida, nesse jogo de interesses. A organização do Fórum não conseguiu manter grande articulação. (TORRENS, 2007 e KIYOTA, 2007).

Torrens (2007, p. 44) aponta outras iniciativas importantes realizadas pelo Fórum;

[...] (i) a realização de levantamentos de informações, bem como de reuniões e de um Encontro Regional para debater o tema da alimentação escolar; (ii) a implantação de um centro regional de estudos e de um banco de dados para captação, geração e difusão de informações e tecnologias, com base no convênio com o Centro de Pesquisa e Apoio ao Desenvolvimento Regional (CEPAD); (iii) a viabilização do Laboratório de Análises de Alimentos; (iv) a realização do Seminário Estadual de Juventude Rural: Educação, Crédito e Desenvolvimento, que mobilizou jovens para pressionar pela aprovação do Pronaf Jovem; (v) a realização do Curso de Especialização em Desenvolvimento Rural (Latu Sensu), na atual UTFPR (ex-CEFET-PR), por meio de uma parceria com o MDA e o Projeto Paraná 12 Meses que concederam bolsas para 29 participantes do curso.

Segundo Kiyota (2007), mesmo com a relativa desarticulação do Fórum, o plano nele elaborado serviu de base para a organização das ações de várias instituições da região, além do surgimento de alguns projetos elaborados em parceria entre as instituições dele participantes. A autora destaca a experiência dos municípios da microrregião de fronteira que realizaram, em 2002, “o Seminário de Desenvolvimento Rural Sustentável dos Municípios de Fronteira”, que resultou no consórcio intermunicipal dos municípios da microrregião de fronteira “visando à infra-estrutura de comercialização da agroindústria familiar da cana-de-açúcar (Idem, p 114)

Kiyota (2007) e Torrens (2007) apontam que a experiência iniciada com a articulação do Fórum foi fundamental no processo de formação política do território Sudoeste do Paraná, considerando-se inegáveis suas contribuições. O consórcio dos municípios da fronteira foi um dos primeiros a conseguir recursos para um projeto supramunicipal no Pronaf Infra-estrutura e Serviços; além disso, quando surgiu, em 2003, a substituição dessa linha do financiamento pelo PRONAT, esta foi a primeira configuração apontada pelo MDA para formar o Território Sudoeste do Paraná.

2. AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Nas últimas décadas, as políticas públicas brasileiras para o campo passaram por alterações. No entanto, é a partir do início da década de 1990 que foram realizadas algumas das mudanças que resultaram na elaboração de políticas de desenvolvimento territorial, desta forma vamos iniciar com uma exposição sobre esse período.

Como destaca Santos (2010), as políticas de desenvolvimento rurais no Brasil podem ser classificadas em três períodos: “ [...] Democráticos (1945 a 1964), Ditadura Militar (1964 a 1985) e Nova República após 1985.”[...] (p. 23). Segundo a autora, o primeiro período foi marcado por gestões de políticas voltadas para os interesses das elites capitalistas; o período da Ditadura, tem como característica a centralização do poder, as metas de desenvolvimento controladas pelo Governo e a política de modernização agrícola e, a partir de 1985, começam a se fortalecer os movimentos pela descentralização política, gerados no bojo da redemocratização, a partir da qual começam a surgir iniciativas conceituais e práticas que permitiram novas políticas públicas de desenvolvimento.

Segundo Mattei (2010), no período que segue à promulgação da Constituição de 1988, inicia-se o reordenamento estatal e o processo de descentralização das ações estatais, juntamente com a posse do primeiro presidente eleito após a ditadura militar, Fernando Collor de Melo, que iniciou a implantação do ideário neoliberal, atingindo esse pressuposto político grande difusão no mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso com a abertura do mercado e a privatização de empresas estatais.

O processo de descentralização política - iniciado na década de 1980 - é importante, pois, além de reestruturar a forma de interação entre as escalas governamentais, também influenciou o modo como a sociedade vai relacionar-se com as políticas estatais.

A partir daí foram criados diversos planos, programas e políticas, orientadas pela proposta de descentralização e desconcentração administrativa, tendo, como pano de fundo, os conselhos gestores idealmente criados para compartilhar responsabilidades na formulação, implementação e fiscalização dessas políticas e, ainda, para serem espaços de participação da sociedade civil nas tomadas de decisões relativas às políticas públicas e mais especificamente no controle social dos usos dos recursos públicos (ROCHA e FILIPPI, 2008, p. 4-5).

No que se refere à emergência da descentralização política brasileira, Mattei (2010) esclarece que o processo está relacionado principalmente com a crise do Estado e de sua ineficiência em resolver os problemas nacionais centralizadamente, associado ao crescimento

da pressão popular visando maior espaço para dialogar e reivindicar ações políticas condizentes com suas necessidades.

[...] o processo de descentralização contempla três ordens básicas de questões não excludentes entre si: a descentralização é concebida como uma resposta do estado à sua própria crise fiscal, que conduz a incapacidade de resolver suas funções centralizadamente; é concebida também como forma de democratizar políticas públicas, visando a aumentar a participação social, especialmente dos beneficiários das mesmas; e a descentralização representa novas formas de articulação entre o público e o privado (MATTEI, 2010, p. 20).

O autor ressalta que alguns fatores históricos do Estado brasileiro impedem, de certa forma, o processo descentralizador e que este, por sua vez, favorece o processo de desenvolvimento, pois possibilita maior discussão, controle e planejamento das ações políticas. Em seu livro, Mattei apresenta um quadro com os princípios das políticas públicas intituladas “de cima para baixo”, quando construídas sem a participação social, e as “de baixo para cima”, construídas a partir da descentralização política, com a participação social.

	<i>De cima para baixo</i>	<i>De baixo para cima</i>
<i>Princípio</i>	<i>Centralização/ Rigidez</i>	<i>Descentralização e flexibilidade</i>
<i>Planejamento</i>	<i>Ênfase nos controles</i>	<i>Ênfase na negociação</i>
<i>Metas</i>	<i>Pré-estabelecidas</i>	<i>Reformuladas passo-a-passo</i>
<i>Processo</i>	<i>Burocrático, sem estímulo à participação</i>	<i>Construído socialmente</i>
<i>Instrumentos</i>	<i>“Pacotes prontos”</i>	<i>Mobilização de experiências locais</i>
<i>Método de decisão</i>	<i>Autoritário, atores principais são externos</i>	<i>“Orquestração” de interesses com participação relevante dos atores internos</i>
<i>Relação com o Estado</i>	<i>Mantém o clientelismo e a cultura paternalista</i>	<i>Compromisso das comunidades locais e acompanhamento das ações propostas</i>
<i>Implementação</i>	<i>Ações setoriais</i>	<i>Favorece ações intersetoriais</i>
<i>Relação com o poder local</i>	<i>Contraditório e excludente</i>	<i>Colaboração e participação</i>

Box 1 - Estratégias de Formação de Políticas Públicas

Fonte: CAMPANHOLA, 1998 *apud*, MATTEI, 2010, p. 24.

O processo de descentralização afeta diretamente as políticas públicas e, principalmente, as voltadas para o processo de desenvolvimento, sendo as baseadas no

processo descentralizado, as que podem se encaixar na realidade da população. Além disso, esse tipo de política pode possibilitar a maior participação social.

No que se refere ao âmbito econômico, segundo Schneider (2007), os primeiros anos da década de 1990 apresentaram uma continuidade do panorama da década anterior conhecida como “a década perdida”, caracterizada pela grande instabilidade econômica e pelos altos índices inflacionários, baixo crescimento, endividamento externo e insatisfação popular.

Esse cenário vai passar por mudanças a partir de 1993 no mandato do presidente Itamar Franco, com a formulação do Plano Real e a adoção de uma nova política macroeconômica. Quanto à implantação do Plano Real, Matei (2010, p. 37-38) cita que:

[...] foi introduzida uma nova moeda, o Real, e implantado o regime de metas inflacionárias, com a adoção de políticas monetárias, especialmente da taxa de juros, como parâmetro para controlar a inflação e manter a economia dentro de padrões estáveis, além de um amplo processo de liberação comercial e financeira e de privatização de empresas estatais.

Segundo Schneider (2007, p. 8), a partir de 1994 quando assume a presidência Fernando Henrique Cardoso – FHC, inicia-se, além do processo de estabilidade monetária, a “privatização e a abertura da economia nacional ao capital estrangeiro, aliado às mudanças nas formas de ação do Estado, que passam a preconizar um papel mais regulatório do que intervencionista, caracterizado pelo surgimento das agências de regulação”. O autor destaca que, durante essa década, mesmo com a estabilidade econômica e monetária os níveis de crescimento econômico continuaram baixos.

Schneider (2007, p. 9) destaca que, durante a década de 1990 entraram em vigor muitas das regulamentações estabelecidas pela Constituição de 1988, entre as quais merecem destaque a descentralização política e financeira, quando os municípios e estados adquirem maior autoridade e responsabilidade sobre as ações e gastos municipais e estaduais, e a implantação dos direitos sociais nela aprovados, como a aposentadoria dos trabalhadores rurais, “a demarcação de terras indígenas e áreas remanescentes de quilombolas, a regulamentação do uso de terras públicas para atividades extrativistas, o combate ao trabalho infantil, entre outras”.

Existem ainda, segundo Schneider (2007) mais dois pontos relevantes sobre a década de 1990: o surgimento e o fortalecimento das organizações sociais, frutos do novo período institucional e social vivido no país e a emergência das questões ambientais nas discussões e nos projetos de desenvolvimento nacional.

Em relação às mudanças sociais do período, Mattei (2010) destaca as lutas sociais no campo e na cidade, em especial as sociais rurais que já haviam ganhado força na década de

1980, com a organização pelo fim da ditadura militar, pelas eleições diretas, com as discussões sobre a garantia de direitos na constituinte de 1988, a luta pela reforma agrária, por políticas voltadas para os pequenos agricultores, o surgimento de novos atores sociais como o MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, entre outras, e o surgimento de grandes mobilizações organizadas pela CONTAG- Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura e da CUT- Central Única de Trabalhadores, em busca de apoio aos trabalhadores rurais movimento que ficou conhecido como *Grito da Terra*.

Em relação às lutas dos trabalhadores rurais na década de 1990, Mattei (2010), menciona a busca dos agricultores familiares pelo acesso ao sistema de crédito que deu origem, em 1994, ao Programa de Valorização da Pequena Produção Rural – PROVAP que, mais tarde, em 1996, foi reestruturado e deu origem ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, porém, mesmo com alguns avanços, a questão agrária andou a passos muito lentos, com baixo número de assentados e aumento dos conflitos no meio rural.

Bonal e Maluf (2009) assinalam que a implantação das políticas com enfoque territorial são resultado da reforma *político-administrativa* pela qual o estado brasileiro passou a partir da década de 1980. Os principais fatos que marcaram essa transição foram:

[...] a elaboração da Constituição democrática de 1988; a liberalização comercial e a reforma das instituições públicas federais; a resolução da crise monetária em 1994, após sucessivos planos; a reforma fiscal em 1998; a privatização de empresas públicas; o tratamento da crise da dívida. Observa-se, também, a implementação, embora muito incipiente, de políticas de ordenamento territorial e de desenvolvimento regional a partir dos anos 1990, conforme previsto na Constituição Federal de 1988 (BONAL e MALUF, 2009, p. 221).

Os autores citados acima fazem um apanhado geral desse quadro e destacam, além do processo de mudança no estado brasileiro, a influência exercida pela reorganização dos movimentos *agrícolas e rurais* e a emergência da agricultura familiar e, em nível internacional, as condições impostas por instituições financeiras internacionais (Banco Mundial e o FMI), que “indicavam” aos países que tomavam empréstimos a assumirem políticas mais descentralizadas e com a diminuição gradual da interferência do estado.

Bonal e Maluf (2009) apontam ainda que a transformação, em nível internacional do paradigma de políticas estatais está ligado à crescente crítica sobre a ótica do desenvolvimento econômico, resultando na formulação de novas estratégias para o desenvolvimento mundial.

A temática do desenvolvimento segundo Saquet e Sposito (2008), ganha centralidade nos debates da década de 1990, principalmente devido à grande amplitude que ganham os problemas ambientais. Segundo os referidos autores, nesse período, podem ser destacadas três linhas de discussão sobre a temática do desenvolvimento: a primeira aponta para uma visão da produção sem o uso intensivo de tecnologia, procurando agredir menos o ambiente e sem visar a altos níveis de produtividade; a segunda, inspirada em conotação mais capitalista, propunha a continuidade da produção em alta escala visando à produtividade e ao lucro; e a terceira corrente de pensamento tentou conciliar produção e conservação dos recursos naturais a partir do rearranjo dos vários elementos locais, conforme destacado abaixo:

Ao mesmo tempo, substantiva-se uma perspectiva de desenvolvimento na qual tenta-se conciliar a produção de mercadorias com a recuperação e a preservação do ambiente, valorizando-se o lugar; porém não de maneira desarticulada de processos mais gerais e amplos efetivados em escalas como a nacional e/ou internacional. Para tanto, a organização política e o envolvimento dos sujeitos, a formação/educação, o planejamento e gestão, as redes de cooperação, a valorização e de outros aspectos da vida cotidiana, numa concepção de desenvolvimento que envolve, necessariamente, o rearranjo das relações de poder (SAQUET e SPOSITO, 2008, p.15).

A terceira perspectiva inspirada no rearranjo das forças produtivas, do poder, da valorização dos atores locais, da identidade, dos fatores ambientais, entre outros mencionados acima, são a base da chamada abordagem territorial do desenvolvimento ou desenvolvimento territorial, que incorporou um caráter político, ao longo da década de 1990, e incluída no âmbito das políticas públicas, tentou superar o caráter setorial predominante até então.

Nessa mesma linha, Favareto (2009) destaca que a ascensão do desenvolvimento territorial ganha importância nos anos 1980 e 1990, juntamente com a descentralização do governo e com as políticas neoliberais.

Sua origem está relacionada, de um lado, ao reconhecimento de novas dinâmicas espaciais – com uma aproximação do rural e do urbano, em vez de uma dicotomia clara entre estes dois espaços, e com a negativa de que a industrialização ou a modernização agrícola seriam elementos bastantes para se alcançar o desenvolvimento regional [...] em lugar dos investimentos diretos e de corte setorial, caberia ao Estado criar condições e um certo ambiente a partir do qual os agentes privados pudessem, eles mesmos, fazer a alocação, supostamente mais eficiente, dos recursos humanos e materiais [...] (FAVARETO, 2009, p.15).

Também para Hespanhol (2008), esta discussão nasce, nos anos 1990, juntamente com a abertura econômica, a competitividade internacional e a diminuição da margem de lucros, associada a “uma nova maneira de se entender o campo”, quando este começou a ser compreendido como um lugar com singularidades que deveriam ser consideradas na

implementação das políticas públicas. “Com isso se procurou favorecer a representação dos atores sociais por meio das suas formas de organizações coletivas na elaboração e implementação de políticas voltadas ao meio rural”(Idem, p. 83).

Para Gómes (2006, p.93), a discussão em torno do desenvolvimento territorial adquire maior proporção no Brasil também a partir da década de 1990, destacando que essa “nova” concepção era baseada na experiência da região Nordeste da Itália também conhecida como “Terceira Itália”, que alcançou altos níveis de desenvolvimento, baseada em um modelo alternativo que articulava “base cultural e territorial coesa, instituições dedicadas a oferecer as condições necessárias para o sucesso do projeto, uma rica cultura empresarial, uma elevada mobilidade social e contatos fortes com o mercado global, entre outros elementos”.

Arnaldo Bagnasco e Giuseppe Dematteis, são apontados por Saquet e Sposito (2008) como duas das mais importantes referências internacionais sobre a temática do desenvolvimento territorial, inspirando os últimos a indicar alguns processos que precisam ser considerados numa abordagem territorial de desenvolvimento com mais autonomia (Box 02).

- *A articulação de classes e a constituição de redes e tramas locais e extralocais, que significam relações de poder, efetivadas em cada lugar e entre os lugares, em virtude de suas desigualdades, diferenças e especificidades.*
- *O caráter (i)material, conciliando-se os fatores e elementos culturais, políticos, econômicos e naturais.*
- *A produção de mercadorias (ou excedentes), a recuperação e a preservação da natureza exterior ao homem.*
- *A valorização das pequenas e médias iniciativas produtivas.*
- *A valorização dos saberes locais e das identidades.*
- *A consideração do processo histórico e do patrimônio de cada lugar.*
- *A produção ecológica de alimentos.*
- *A organização política local, com vistas à conquista de autonomia.*
- *A diminuição das injustiças e das desigualdades sociais.*

BOX 02 - Elementos para uma abordagem e para processos de desenvolvimento territorial.

FONTE: SAQUET e SPOSITO, 2008, p. 28.

Mendonça e Ortega (2005), assim como Santos (2010), afirmam que as primeiras políticas de âmbito territorial implementadas no Brasil são do final da década de 1990, no mandato do então presidente Fernando Henrique Cardoso, com a criação do programa *Comunidade Ativa*, com objetivo de “combater a pobreza e promover o desenvolvimento através da indução do “Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável” (DLIS)”

(MENDONÇA E ORTEGA, 2005 p. 12). Programa que seria implantado em conjunto com os estados, municípios e com o SEBRAE, nas áreas mais pobres. O DLIS incentivaria a participação social, a cooperação, a democratização na tomada das decisões, quebrando a ótica clientelista e instalando um ambiente favorável ao desenvolvimento.

O PRONAF também é classificado por Mendonça e Ortega (2005), como uma iniciativa com características territoriais, principalmente com a linha PRONAF Infra-estrutura e Serviços, porque esta linha de financiamento tinha a “pretensão inovadora de mobilizar, facilitar e regular as atividades da sociedade, complementando-a sem substituí-la” (p. 13). Além disso, buscava aumentar a participação dos agricultores familiares no planejamento e na implantação dos projetos, tentando incentivar uma forma descentralizada de desenvolvimento. Essa linha de investimentos exigia a formação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural e a elaboração do Plano de Desenvolvimento do Município.

Segundo Santos (2010), algumas dificuldades encontradas no PRONAF Infra-estrutura e Serviços, tais como a elaboração dos Planos Municipais de Desenvolvimento Rural, a liberação dos recursos, a lógica clientelista e a promoção do desenvolvimento tendo como base os municípios, entre outras, levaram, a substituí-lo pelo Programa Nacional de Desenvolvimento Territorial Sustentável – PRONAT, no ano de 2003.

2.1 POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO GOVERNO LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (2003-2010)

O debate sobre o desenvolvimento territorial, como demonstrado anteriormente, ganhou força no Brasil a partir da década de 1990 e entrou no enfoque das políticas públicas no final da década de 1990 e início dos anos 2000, mas é a partir de 2003, quando assume a presidência Luis Inácio Lula da Silva que esse enfoque vai ganhar maior destaque.

Segundo Bonal e Maluf (2009), durante os mandatos do presidente Lula, as formas de intervenção do Estado sobre o espaço rural passaram a dar maior atenção ao combate à pobreza, à agricultura familiar e ao enfoque territorial. As estratégias de desenvolvimento territorial estão sob a responsabilidade de várias escalas do poder público assim como em várias áreas de atuação do espaço rural.

As políticas públicas de desenvolvimento territorial produzidas pelo Governo Lula vieram na seqüência das políticas estabelecidas, progressivamente, desde o fim do período militar, num contexto marcado pela emergência do modelo democrático-liberal e pelos movimentos,

simultâneos, de reforma do Estado e abertura econômica cujas conseqüências modificaram o quadro da formulação das políticas públicas (BONAL e MALUF, 2009, p. 218)

Em 2003, foi criada a SDT- Secretaria de Desenvolvimento Territorial no âmbito do MDA, de acordo com SDT/ MDA (marco referencial para apoio ao desenvolvimento de territórios rurais, 2005) esse ministério atua em três linhas: “ampliação e fortalecimento da agricultura familiar, reforma e reordenamento agrário, e promoção do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais” (idem, p 5), sendo esta última a linha de atuação da SDT.

Segundo SDT/MDA (2003), a Secretaria de Desenvolvimento Territorial tem a função de fortalecer a capacidade de autogestão através do apoio às organizações e movimentos sociais e governos locais, priorizando os territórios rurais que tenham maior incidência de agricultores familiares, beneficiários dos programas de reforma agrária e de reordenamento agrário, quilombolas, ribeirinhos e pescadores artesanais.

Seus objetivos são:

a) O desenvolvimento e a dinamização das economias territoriais para gerar, distribuir riquezas e valorizar seus próprios recursos. b) A gestão social dos territórios para que haja articulação e compromisso entre a sociedade e o governo na gestão do próprio desenvolvimento. c) O desenvolvimento da pessoa humana, das instituições e organizações da sociedade valorizando laços de solidariedade e de cooperação para que haja o desenvolvimento com a inclusão de todos. d) A articulação de políticas públicas às demandas sociais para que os recursos investidos revertam em benefícios efetivos para o desenvolvimento sustentável (SDT/MDA, 2003, p. 01).

Segundo a SDT/MDA (2005), a SDT tem duas linhas de atuação: a primeira busca apoiar o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais; a segunda, fortalecer nacionalmente a rede em torno dos Órgãos Colegiados, representados pelos *Conselhos Nacionais, Estaduais e municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável*.

Os objetivos da SDT demonstram o enfoque das políticas de desenvolvimento territorial ligadas a ela, dando ênfase aos processos de diálogo e gestão social, tendo como base o território como um espaço que extrapola os limites municipais, constituído pelo processo histórico e social o que leva cada território a ter uma interação econômica, social e indenitária particular.

A abordagem do desenvolvimento territorial, de acordo com a SDT/MDA (2005), busca superar os programas setoriais e a visão economicista de desenvolvimento, dando maior destaque para a diminuição das desigualdades e da pobreza no campo, além de vislumbrar o desenvolvimento social nos territórios sem deixar de lado a proposta de sustentabilidade ambiental.

A abordagem territorial do desenvolvimento ganhou força a partir de reivindicações que buscavam maior visibilidade e participação social na formulação de políticas capazes de atenderem as necessidades dos agricultores familiares. Essas reivindicações influenciam o movimento descentralizador do Estado, tema já abordado neste capítulo. Para suprir a demanda, as políticas de desenvolvimento territorial estão organizadas de forma a facilitar o processo descentralizador dando maior autonomia à sociedade.

Segundo a SDT/MDA (2005), as políticas públicas têm adotado a abordagem do desenvolvimento territorial, pois isso permite que se interprete o campo não apenas como espaço de produção e, também, como um espaço de um tecido social, com identidade, história, e diferentes atores organizativos, que conhecem e podem interagir com a gestão e o planejamento territorial. Assim, esses atores sociais são capazes de avaliar e planejar o desenvolvimento dos territórios, pois conhecem sua realidade e dinâmica.

Trata-se, portanto, de uma visão integradora de espaços, atores sociais, mercados e política públicas de intervenção, através da qual se pretende alcançar: a geração de riquezas com equidade; o respeito à diversidade; a solidariedade; a justiça social; a inclusão social (SDT/MDA, 2005a, p. 8).

Essa proposta valorizaria as especificidades, os atores sociais e as diversidades rurais; vem ao encontro de uma carência nacional no âmbito das políticas públicas incapazes de minimizar as desigualdades e a pobreza no campo, substituindo o antigo modelo autoritário de pacotes tecnológicos e políticas prontas lançadas pelo governo, possibilitando maior diálogo entre os sujeitos dos territórios e as iniciativas federais.

As formas de representação territorial incentivadas por essas políticas precisam ser constituídas a partir dos atores sociais atuantes em cada território, seja através de conselhos gestores, colegiados seja através de comissões formadas como espaços de debate público para facilitar a gestão social e a participação dos beneficiários destas políticas.

Favareto (2009) faz um estudo sobre as políticas de desenvolvimento rural no Brasil e destaca que uma das grandes mudanças apresentadas em âmbito nacional e também na América Latina é a emergência da abordagem territorial. Segundo ele, existem no Brasil quase seis dezenas de programas que poderiam encaixar-se na abordagem territorial, embora ressalte que eles não contemplam totalmente tal perspectiva. Em sua pesquisa, elegeu, para classificar a abordagem territorial, dois aspectos: “o caráter intersetorial e a abrangência mais ampla que comunidades ou municípios” (Idem, p. 4).

Segundo Favareto (2009), no Brasil, podem ser consideradas como políticas de caráter territorial dois grupos, as com denominação territorial, e as políticas que foram formuladas

antes da abordagem territorial, porém trazem suas características mesmo não tendo esta denominação.

Gómes (2006) também aponta que as políticas de desenvolvimento territorial podem ser encontradas desde a década de 1990, embora elas não possuíssem essa denominação. O autor faz uma crítica a esse paradigma; segundo ele, a mudança de nomenclatura de desenvolvimento local para territorial não acrescenta grandes mudanças para a prática dessas políticas.

Em nível nacional, os principais programas apontados por Favareto (2009) são o Programa Nacional Desenvolvimento sustentável de Territórios Rurais – PRONAT, que fica sob responsabilidade da SDT/ MDA e o Programa Territórios da Cidadania – PTC, que tem vários órgãos envolvidos, sobre a coordenação da Casa Civil.

Ainda no âmbito do governo federal, existe uma série de outras iniciativas ministeriais que comportam ações coerentes com a abordagem territorial, mesmo sem usar essa denominação. Os exemplos mais importantes são: a Agenda XXI, sob responsabilidade do Ministério do Meio-Ambiente; o Programa das Mesorregiões, sob responsabilidade do Ministério da Integração Nacional; e as políticas sociais, sob coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social, em particular aquelas como o Programa Fome Zero de Segurança Alimentar e Nutricional e que são geridas pelos Consórcios de Segurança Alimentar e Nutricional, os Consads. Estas várias políticas têm em comum o fato de promoverem ações que afetam as populações rurais ou das regiões interioranas, a exigência de que elas sejam organizadas em planos territoriais de desenvolvimento, e a criação de fóruns regionais para sua gestão (FAVARETO, 2009, p. 13).

Em nível estadual e regional, as principais políticas destacadas por Favareto (2009), entre as 51 que ele assinala ter encontrado, são: Programa Territórios de Identidade no Estado da Bahia; Projeto Dom Helder Câmara de Combate a Pobreza, no Semi-árido nordestino, financiado pelo Governo Brasileiro através do MDA e do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrário – FIDA, e os Programas de Microbacias, dos estados de Santa Catarina e de São Paulo.

Os principais programas de desenvolvimento territorial criados pelo Governo Lula foram o PRONAT, implantado a partir de 2003, e o PTC, implantado a partir de 2008. Veremos, a seguir, alguns aspectos dos dois programas, destacando que o foco dessa pesquisa é o PRONAT. No entanto, não se pode deixar de comentar o Programa Fome Zero, de responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social, uma das políticas mais populares implantadas por Lula, que é enquadrado como uma política social, mas que unifica várias propostas abrangendo outras linhas como, por exemplo, o Programa de Aquisição de

Alimentos e Consórcios Intermunicipais de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local - CONSAD's apontados por Bonal e Maluf (2009) como programas de âmbito territorial.

2.1.1 Programa Territórios da Cidadania

Implantado pelo governo federal, em 2008, o PTC é coordenado pela Casa Civil, em parceria com a Secretaria de Relações Institucionais, Secretaria-Geral da Presidência da República, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério de Minas e Energia, Ministério da Saúde/ FUNASA, Ministério da Integração Nacional, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério do Meio Ambiente, Ministério das Cidades, Ministério do Desenvolvimento Agrário/INCRA, Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério da Educação, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério da Cultura, Banco do Brasil, Banco da Amazônia, Banco do Nordeste do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (Fonte: <www.territoriosdacidadania.gov.br> Acesso em março de 2012).

No mesmo ano de seu lançamento, o programa reconheceu 60 territórios da cidadania. Em 2009, foram incluídos mais 60 territórios, considerando os seguintes critérios: ser território rural; possuir baixo Índice de Desenvolvimento Humano; ter concentração de agricultores familiares e assentados da reforma agrária; ter concentração de populações quilombolas, indígenas e de pescadores; número de beneficiários do programa bolsa família; número de municípios com baixo dinamismo econômico; ruralidade; Índice de Desenvolvimento da Educação Básica; existência de prioridades ou políticas de governo; um número mínimo de dois e máximo de oito territórios por Unidades da Federação.

A seguir no o Box 03, demonstramos os números referentes à abrangência e aos beneficiados pelo programa nos 120 territórios da Cidadania.

Número Municípios de Beneficiados	1.852
População	42,4 Milhões
População Rural	13,1 Milhões
Agricultores Familiares	1,9 Milhão de Famílias
Assentados da Reforma Agrária	525,1 Mil Famílias
Pescadores	210,5 Mil
Comunidades Quilombolas	810 Comunidades
Terras Indígenas	317 Terras Indígenas

BOX 03 - A Abrangência dos 120 Territórios Reconhecidos pelo Programa Territórios da Cidadania

Fonte: <www.territoriosdecidadania.org.br>. Acessado em março de 2012.

Segundo publicação do Governo Federal, o objetivo do Programa é, “[...] promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável.” (Territórios da Cidadania: integrações de políticas públicas para reduzir desigualdade, março de 2009, p. 3).

O **Território da Cidadania** é um programa de desenvolvimento regional sustentável e garantia de direitos sociais voltado às regiões do país que mais precisam, com objetivo de levar o desenvolvimento econômico e universalizar os programas básicos de cidadania. Trabalha com base na integração das ações do Governo Federal e dos governos estaduais e municipais, em um plano desenvolvido em cada território, com a participação da sociedade. Em cada território, um Conselho Territorial composto pelas três esferas governamentais e pela sociedade, determinará um plano de desenvolvimento e uma agenda pactuada de ações (BRASIL. 2008, p. 02).

Segundo Machado (2011, p. 55), as iniciativas do programa dão ênfase a quatro linhas prioritárias: “nas transferências condicionadas de renda associadas às ações complementares; no fortalecimento da cidadania e dos direitos humanos; na cultura e na segurança pública; e na infra-estrutura”.

Sobre a concepção territorial, esta é compreendida como espaço social, formado a partir das relações sociais e da identidade populacional, fator favorável para a organização social e que pode facilitar o processo de planejamento e gestão das demandas atendidas pela política em questão. Além disso, o território pode ser visto como uma escala favorável ao processo de desenvolvimento, facilitando a integração sem se preocupar com os limites municipais.

O Território é formado por um conjunto de municípios com mesma característica econômica e ambiental, identidade e coesão social, cultural e

geográfica. Maiores que o município e menores que o estado, os Territórios demonstram, de forma mais nítida, a realidade dos grupos sociais, das atividades econômicas e das instituições de cada localidade. Isso facilita o planejamento de ações governamentais para o desenvolvimento dessas regiões (SDT/MDA, 2009, p. 03).

Esses territórios estão organizados de forma que cada um deles possua um *colegiado territorial*, espaço de discussão e planejamento entre os atores sociais locais e os representantes do governo para a definição das metas e prioridades a serem atendidas em cada território.

O Programa Territórios da Cidadania, assim como ressalta Favareto (2009), é o que chega mais próximo de uma abordagem territorial, pois possui participação de vários setores governamentais, o que possibilita maior área de abrangência das iniciativas e da assistência para esses territórios.

2.1.2 A Política de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais

O Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais foi criado no ano de 2003 juntamente com a Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT, na transição do Governo Fernando Henrique Cardoso para o do presidente Luis Inácio Lula da Silva. Este programa tem por finalidade promover o desenvolvimento das áreas rurais caracterizadas por projetos de reforma agrária, agricultura familiar, comunidades ribeirinhas ou quilombolas, afim de, fortalecer a estrutura social, econômica e políticas de tais áreas.

Em 2005, a SDT/MDA lançou uma “série de documentos” que serviram de apoio aos fóruns territoriais e trouxeram o referencial teórico e os fundamentos da política de apoio aos territórios rurais e, a partir deles analisarse-á a proposta do programa.

Segundo SDT/MDA (2005a, p. 7), o objetivo geral do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais é: “Promover e apoiar iniciativas das institucionalidades representativas dos territórios rurais que objetivem o incremento sustentável dos níveis de qualidade de vida da população rural.” Os objetivos específicos visam promover:

- A gestão, a organização e o fortalecimento institucional dos atores sociais dos territórios rurais, especialmente daqueles que atuam na representação dos agricultores familiares, dos assentados da reforma agrária e de populações rurais tradicionais;
- O planejamento e a gestão social dos territórios, tendo por referência os critérios do desenvolvimento sustentável, a autonomia e a participação social;

- Iniciativas territoriais que contribuam para a dinamização e a diversificação das economias territoriais tendo por referência a valorização dos recursos locais, a competitividade territorial, o crescimento e a distribuição da renda com o incremento de empregos;
- A implantação e integração de políticas visando à redução das desigualdades sociais e regionais e à geração de riquezas com equilíbrio social (SDT/MDA, 2005a, p. 07).

Os objetivos desta política já deixam claro a visão de desenvolvimento adotada, confirmando a vertente de desenvolvimento sustentável e social, procurando diminuir as desigualdades sociais através de intervenção territorial que promova o fortalecimento das institucionalidades e de seus representados através do incentivo à “geração de riquezas”; além disso, é possível identificar as prioridades de atendimento do programa que beneficia os agricultores familiares, os assentados da reforma agrária e as populações rurais tradicionais.

Após a apresentação dos objetivos, a publicação traz os conceitos fundamentais que norteiam a proposta, apresentando, então, a definição de território anteriormente apresentada como:

Um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multifuncionais - tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a acumulação, a cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam internamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (SDT/MDA, 2005a, p. 07-08).

A justificativa apresentada para a utilização da concepção territorial é que esta possibilita a descentralização política, fortalecendo os agentes de cada território assim como o *capital social*, as relações políticas e de produção, partindo da organização interna destes agentes e não mais das propostas oriundas do poder público. Definindo como capital social;

[...] o conjunto de relações (pessoais, sociais, institucionais) que podem ser mobilizadas pelas pessoas, organizações e movimentos visando a um determinado fim, o capital social tem na sua raiz processos que são, a um só tempo, baseados e geradores de confiança, reciprocidade e cooperação. Implica a habilidade de pessoas e grupos em estabelecer relações duradouras, obter recursos financeiros, materiais, cognitivos e empreender ações com a finalidade de reduzir custos das transações por meio da associação, da administração, da compra e da venda conjunta, do uso compartilhado de bens, da obtenção e difusão de informações (STD/MDA, 2005a, p. 9).

A SDT/MDA (2005a) apresenta quatro pontos que justificam a concepção territorial; a primeira, vinculada ao entendimento de que o rural não se resume ao agrícola; a segunda, refere-se a escala: a municipal muito restrita e a estadual muito abrangente para uma

intervenção política que necessita da interação social em favor das especificidades locais; o terceiro ponto seria a história do movimento de descentralização política vivida no país nas últimas décadas; e o quarto, o território é a unidade que melhor dimensiona laços de proximidade entre pessoas, grupos sociais e instituições que podem ser mobilizadas e convertidas em um trunfo crucial para o estabelecimento de iniciativas voltadas para o desenvolvimento.

O primeiro ponto dessa justificativa demonstra a visão do rural como um espaço integrado e complexo, que não se resume à atividade agrícola, pensamento que vem tomando força não apenas na academia e passa a integrar as políticas que buscam compreender as características territoriais. A própria SDT/MDA (2005a) define rural como áreas com baixa densidade demográfica e menor grau de artificialização, além de maior presença de fatores naturais, tentando romper com a dicotomia entre o rural e urbano, compreendendo que as pequenas sedes municipais, as cidades, também são importantes para o desenvolvimento rural e por isso estão compreendidas como parte de tais territórios.

A SDT/MDA (2005a, p. 16) adota uma classificação de área rural baseada na obra de Veiga (2003) e classifica os territórios brasileiros em três grupos: “urbanos”, “intermediários” e “rurais”, sendo os rurais entendidos com aqueles que apresentam densidade demográfica menor de 80hab./Km² e população média de até 50 mil habitantes por município. Seguindo esse critério, a SDT/MDA identificou a existência de “450 aglomerados municipais com características rurais”.

Outro ponto utilizado para justificar a utilização do enfoque territorial é a constatação sobre as experiências setoriais já aplicadas e que não obtiveram os resultados esperados, por isso, a necessidade de mudança, seguindo a tendência da descentralização e de políticas que visem à integração e ao desenvolvimento, segundo as especificidades locais, na tentativa de promover o desenvolvimento. E se tratando de desenvolvimento, a SDT/MDA adota como base para esse processo a análise e a promoção das seguintes dimensões;

- Dimensão Econômica: eficiência através da capacidade de inovar, de diversificar e de usar e articular recursos locais para gerar oportunidades de trabalho e renda, fortalecendo as cadeias produtivas e integrando redes de pequenos empreendimentos.
- Dimensão Sociocultural: maior equidade social graças a maior participação dos cidadãos e cidadãs nas estruturas do poder, tendo como referencia a história, os valores e a cultura do território, o respeito pela diversidade e a melhora da qualidade de vida das populações.
- Dimensão Político-institucional: institucionalidades renovadas que permitam o desenvolvimento de políticas territoriais negociadas, ressaltando o conceito de governabilidade democrática e a promoção da conquista e do exercício da cidadania.

- Dimensão Ambiental: compreensão do meio ambiente como ativo do desenvolvimento, considerando o princípio da sustentabilidade e enfatizando a idéia de gestão sustentada da base de recursos naturais, assegurando sua disponibilidade também para as gerações futuras (SDT/MDA, 2005a, p.09).

A conceituação de desenvolvimento mencionada anteriormente na Introdução deste estudo, comparada a adotada pelo programa de desenvolvimento territorial, demonstra a incorporação das dimensões sociais do desenvolvimento, a econômica, a social, a cultura, a ambiental e a política, ou seja, caracteriza-se como uma proposta ampla e popular de desenvolvimento, todavia pautada sobre a fragilidade da organização dos territórios rurais. Para alcançar tal proposta seria necessário grande articulação estatal e social (territorial), buscando construir redes de planejamento, gestão e execução de projetos, que vão muito além da estruturação e organização da agricultura, perpassando as relações e as condições das cidades incluídas nos territórios e das áreas externas a este, que também exercem influências, assim como o acesso aos bens e serviços públicos e privados dos quais a maioria da população brasileira é excluída.

Esclarecidas as principais bases conceituais que delimitam a proposta da política de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, apresentam-se no Box 04, as onze diretrizes do programa que, articuladas com as estratégias de implantação (*a articulação, órgãos colegiados, planejamento, gestão social e o desenvolvimento de competências*), deveriam levar a implantação e funcionamento desta política.

- ✓ *Adotar a abordagem territorial como referência conceitual para promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável;*
- ✓ *Compreender o território como espaço socialmente construído, lugar de manifestações de diversidades culturais e ambientais que expressam limites e potencialidades para a promoção do desenvolvimento rural sustentável;*
- ✓ *Entender o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais como um processo que articula, de maneira integrada, as dimensões sociocultural, político-institucional, econômica e ambiental;*
- ✓ *Valorizar ações que estimulem a participação da diversidade de atores sociais nos processos de elaboração, planejamento, implementação e gestão do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, considerando as dimensões de gênero, etnia, geração e raça;*
- ✓ *Adotar metodologias participativas e mecanismos de planejamento ascendente como estratégias de descentralização de políticas públicas, estimulando a autogestão dos*

territórios rurais;

- ✓ *Estimular a construção de alianças buscando fortalecer o protagonismo dos agricultores familiares nos processos de gestão social das políticas públicas;*
- ✓ *Atuar em sintonia com os vários níveis de governo, com as entidades da sociedade civil e organizações dos movimentos sociais representativos dos diversos segmentos comprometidos com o desenvolvimento rural sustentável centrado na agricultura familiar e na reforma agrária;*
- ✓ *Estimular a articulação entre as demandas sociais e as ofertas das políticas públicas, promovendo instâncias plurais e participativas, que viabilizem espaços para a discussão, negociação, concentração e compartilhamento do poder decisório;*
- ✓ *Priorizar a redução das desigualdades econômicas e sociais, atuando preferencialmente em espaços de elevada concentração de agricultores familiares, assentados da reforma agrária e acampados;*
- ✓ *Incentivar processos de fortalecimento da participação dos diversos atores nas instâncias colegiadas consultivas e deliberativas dos territórios.*
- ✓ *Incentivar o desenvolvimento sustentável considerando a importância da dimensão econômica nos territórios rurais, com ênfase na agricultura familiar e na reforma agrária.*

BOX 04 – Diretrizes Gerais de Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais

FONTE: SDT/MDA. Marco referencial para apoio ao desenvolvimento de territórios rurais, maio de 2005a, p. 12-13.

As diretrizes para a promoção do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais apontam para um processo baseado no incentivo dos agricultores com base na sustentabilidade e na gestão social, contemplando, assim, as duas grandes linhas de debates sobre o desenvolvimento sustentável e a descentralização política. A SDT/MDA (2005a) destaca quatro estratégias que devem ser sugeridas a fim de implementar as diretrizes do programa: a articulação; os órgãos colegiados; o planejamento e a gestão social; além desenvolvimento de competências.

Os resultados previstos pelo programa seriam o fortalecimento da gestão social, o fortalecimento das redes de cooperação, a dinamização econômica nos territórios rurais e a articulação de políticas públicas.

Em 2003, ano de início do programa, instauraram-se 40 territórios entre os quais está o território Sudoeste do Paraná, que será a base da análise nos próximos capítulos. Hoje, são, no

total, 164 territórios rurais reconhecidos pela SDT/MDA abrangendo 44,93% dos municípios brasileiros, 56,2 % da população rural, 45% dos agricultores familiares e 73,27 % das famílias assentadas do Brasil (Fonte: <<http://sit.mda.gov.br/download.php?ac=abterDadosBas&m>>. Acesso em junho de 2012).

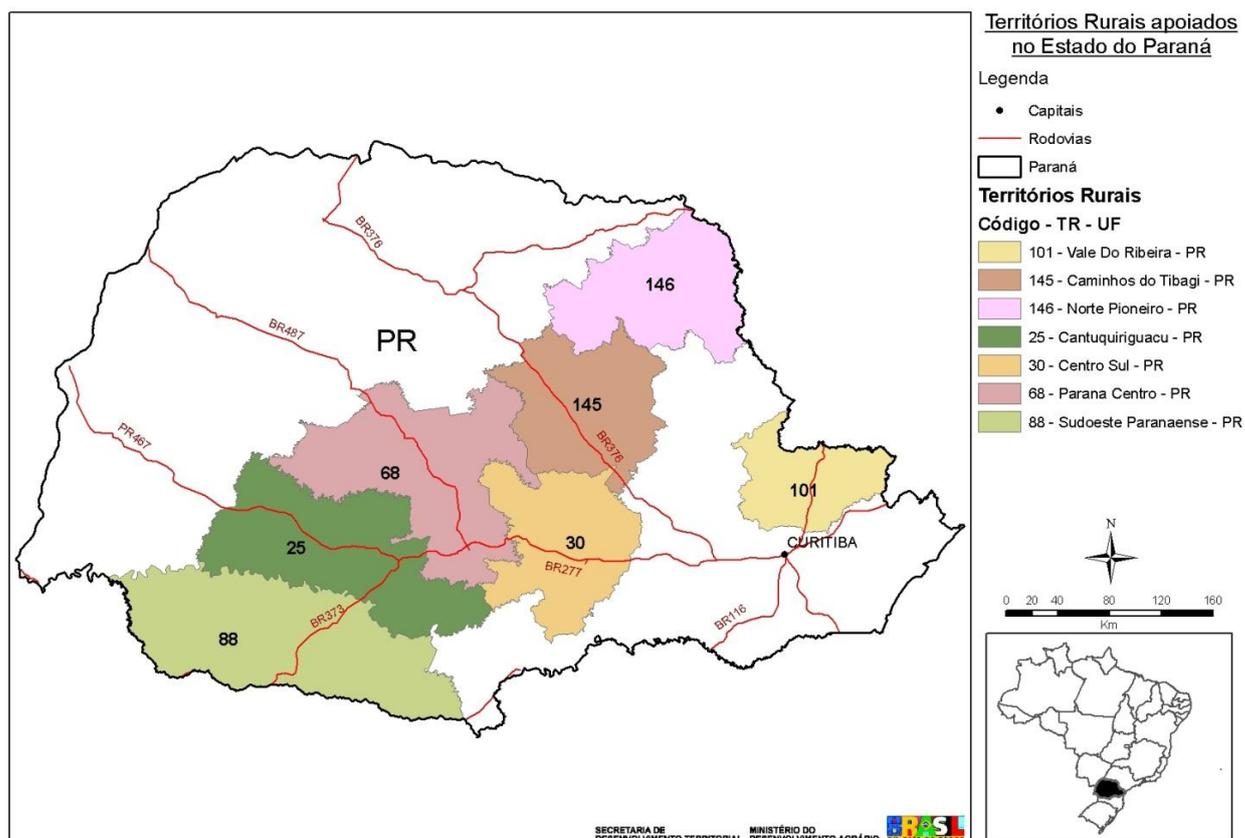
Devido à abrangência que o programa tem tomado nos últimos anos, é de fundamental importância compreender como essa proposta está atuando e se ela consegue atingir seus objetivos e metas. É buscando investigar a prática vivida na Política de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais que vamos apresentar no terceiro capítulo a organização do Grupo Gestor do Território Sudoeste do Paraná.

3 GGETESPA- GRUPO GESTOR DO TERRITÓRIO DO SUDOESTE DO PARANÁ.

No primeiro mandato do Presidente Luis Inácio Lula da Silva, foi criada a Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT, no âmbito do MDA e o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais – PRONAT, que surgiu da reformulação da linha do PRONAF Infra-Estrutura e Serviços, passando à responsabilidade da nova secretaria, sendo direcionada aos territórios e não mais aos municípios.

Torrens (2007, p. 46-47), destaca que essa reformulação da política abriu “novas possibilidades para a consolidação das dinâmicas de articulação territorial que vinham se desenvolvendo em diversas regiões do país, dentre elas a do Sudoeste Paranaense”, referindo-se a experiência do Fórum Intergovernamental e da Sociedade do Sudoeste do Paraná.

No total, o Paraná possui sete Territórios apoiados pela SDT/MDA, como podemos ver no mapa 02.



MAPA 02: Territórios Rurais Reconhecidos Pela SDT/MDA no Estado do Paraná.

Fonte: <http://sit.mda.gov.br/caderno_estadual.php?ac=buscar&territorio=®iao=&uf=PR>.

Acessado em março de 2010.

Segundo Torrens (2007, p 47), de todos os territórios reconhecidos no estado do Paraná, o Território Sudoeste do Paranaense (número 88 no mapa 02) é o que apresenta maior processo histórico de participação e organização social intensa, “tanto no âmbito da agricultura familiar quanto dos assentados de Reforma Agrária e dos agricultores que foram ‘atingidos’ por barragens hidrelétricas”.

Segundo Kyiota (2007), inicialmente, a composição do Território Sudoeste Paranaense era formada por 17 municípios. Dois anos depois foram incorporados a esse grupo mais dez municípios e existia o encaminhamento para a inclusão de mais seis. Levando em consideração a experiência do Fórum Intergovernamental e da Sociedade, comentado no primeiro capítulo, foram incorporados o total dos 42 municípios que compõem a região segundo a classificação da Associação dos Municípios do sudoeste Paranaense - AMSOP.

Os municípios integrados atualmente ao Território Sudoeste do Paraná são: Ampére, Barracão, Bela Vista da Caroba, Boa Esperança do Iguaçu, Bom Jesus do Sul, Bom Sucesso do Sul, Capanema, Chopinzinho, Clevelândia, Coronel Domingos Soares, Coronel Vivida, Cruzeiro do Iguaçu, Dois Vizinhos, Enéas Marques, Flor da Serra do Sul, Francisco Beltrão, Honório Serpa, Itapejara d'Oeste, Manfrinópolis, Mangueirinha, Mariópolis, Marmeleiro, Nova Esperança do Sudoeste, Nova Prata do Iguaçu, Palmas, Pato Branco, Pérola d'Oeste, Pinhal de São Bento, Planalto, Pranchita, Realeza, Renascença, Salgado Filho, Salto do Lontra, Santo Izabel d'Oeste, Santo Antonio do Sudoeste, São João, São Jorge d'Oeste, Saudade do Iguaçu, Sulina, Verê e Vitorino.

O Grupo Gestor do Território Sudoeste do Paraná - GGETESPA foi criado em 2004, conforme indicação do PRONAT, na qual deveria existir um órgão ou instituição responsável pela coordenação e pelos encaminhamentos em cada território. Podem participar do GGETESPA, organizações de abrangência regional ou intermunicipal que tiverem interesse na temática. Para a inclusão ou afastamento a entidade deve encaminhar um pedido formal, que será avaliado em reunião da assembléia (colegiado) do grupo gestor.

Segundo o regimento interno, o GGETESPA é o órgão coordenador do território e possui caráter propositivo, normativo, deliberativo e avaliativo sendo formado por cinco divisões internas; assembléia; coordenação executiva; câmaras temáticas; assessoria e articulador(a) territorial.

A assembléia é composta pelos representantes das instituições participantes do GGETESPA, eles se reúnem a cada dois meses ou extraordinariamente quando convocados, a assembléia é a instancia máxima; é necessário para a validade da assembléia a participação mínima de 50% dos representantes que a compõem, e para as deliberações é necessário a

aprovação da maioria simples, exceto, para alterações no regimento interno, aquisição e alienação de bens, quando são necessários dois terços dos votos.

As reuniões da assembléia assim como, das câmaras temáticas são abertas ao público. No entanto, os únicos com direito a voto são os representantes das entidades. Consta no Regimento Interno que as entidades que faltarem a mais de três reuniões consecutivas, sem apresentar justificativas, poderão ser automaticamente substituídas.

A Coordenação Executiva é formada por quatro membros, dois representantes das instituições governamentais e dois das não governamentais, esses ocupam os cargos de coordenador geral, secretario executivo, coordenador de gestão do PTDRS e coordenador de projetos, durante quatro anos. Cabe à coordenação executiva:

- I – Representar o GGETESPA nos eventos e espaços na sociedade;
- II – Planejar, organizar e coordenar as atividades políticas e administrativas;
- III – Preparar as reuniões da assembléia com o auxílio da assessoria e articulador(a) territorial;
- IV - Secretariar ou designar pessoa para lavrar as atas das reuniões do GGETESPA;
- V – Manter os membros representantes atualizados sobre o funcionamento de outros conselhos no âmbito estadual e federal;
- VI – Propor e/ou elaborar estudos e projetos relativos a organização, articulação e temas não contemplados pelas câmaras temáticas relativas ao desenvolvimento territorial;
- VII – Dar publicidade e visibilidade às realizações do GGETESPA;
- VIII – Prover suporte estrutural às atividades do articulador(a) territorial;
- IX – Elaborar anualmente o relatório de atividades, juntamente com a assessoria e articulador(a) territorial;
- X – Exercer outras atribuições que lhe forem conferidas pela assembléia do GGETESPA (Regimento Interno do GGETESPA, 2009, p. 6).

As câmaras temáticas são órgãos auxiliares, que devem possuir um coordenador, que é o responsável pelos encaminhamentos, organização de relatórios e listas para a coordenação executiva. As câmaras têm como função elaborar projetos de acordo com a sua área de atuação, ajudar no planejamento territorial, participar do processo de qualificação e execução do disposto no PTDRS, analisar propostas encaminhadas pela assembléia e pela coordenação executiva e avaliar a viabilidade e o impacto dos projetos implantados pelo território.

A assessoria tem a função de ajudar nos processos internos do grupo, dar suporte a gestão, na comunicação com as câmaras temáticas, na estruturação e na revisão do PTDRS .

O coordenador territorial deve acompanhar as reuniões das câmaras temáticas e da assembléia, mobilizar as entidades participantes do grupo, acompanhar o processo de avaliação dos projetos, articular e mobilizar a qualificação do PTDRS.

A composição atual do grupo gestor conta com a participação de 25 entidades, sendo 13 governamentais e 12 não governamentais, relacionadas no Box 05. Podemos observar entre as entidades governamentais, maior diversificação quanto a área de atuação, que abrange o poder público municipal, a prestação de assistência técnica, os institutos de pesquisa e as universidades, já as entidades não governamentais são envolvidas diretamente com a agricultura, excluindo-se dessa forma representações da população das áreas urbanas, comerciantes e consumidores, entendidas pela política governamental, como agentes integrantes do processo de desenvolvimento territorial.

Entidades Governamentais	Entidades Não Governamentais
1-ACAMSOP - Associação das Câmaras Municipais do Sudoeste do Paraná	1- ACESI/FETRAF- Associação do Centro Educação Sindical/ Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
2-AMSOP - Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná	2- CMDR- Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural da região de Pato Branco
3-ASSEC - Associação dos Secretários Municipais de Agricultura da região de Pato Branco	3- ARCAFAR - Associação das Casas Familiares Rurais
4-ASSEMA - Associação da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente da região de Francisco Beltrão	4-ASSESOAR - Associação de Estudos Orientação e Assistência Técnica
5-EMATER - Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural	5-CAPA - Centro Apoio ao Pequeno Produtor
6-SETP – Secretaria Estadual do Trabalho, Emprego e Promoção Social.	6-COOPAFI - Cooperativa da Agricultura Familiar Integrada
7- Núcleo Regional de Educação	7-COOPERIGUAÇU - Cooperativa Iguaçu de Prestação de Serviços
8-IAPAR - Instituto Agrônomo do Paraná	8-CRESOL/BASER: Cooperativa de Crédito com Interação Solidária
9-INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	9-CMDR- Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural – Região de Francisco Beltrão.

10-SEAB - Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento	10-MAB - Movimento dos Atingido por Barragens
11-UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná	11-MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
12-UTFPR: Universidade Tecnológica Federal do Paraná	12-SISCLAF - Sistema de Cooperativas de Leite da Agricultura Familiar
13 – UFFS - Universidade Federal Fronteira Sul.	

BOX 05 - ENTIDADES PARTICIPANTES DO GGETESPA NO ANO DE 2011.

FONTE: PTDRS, 2007 e 2011.

Quanto a participação das entidades no grupo gestor, podemos observar que a grande maioria são fixas, sendo que das 24 instituições que estavam presentes na elaboração do Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território Sudoeste do Paraná - PTDRS, em 2007, 20 continuavam presentes na reelaboração desse, em 2011.

Segundo Kyiota (2007), até o ano de 2005, existiam entidades titulares e suplentes e não havia a indicação dos representantes de cada instituição; como isso dificultava as discussões, pois a cada reunião aparecia uma pessoa diferente, foi instituído, em 2006, que não existiriam mais entidades suplentes, assim a maioria delas se tornou titular e cada uma deveria nomear seus representantes, um titular e um suplente, para o período de um ano, podendo ser prorrogado.

De 2004, ano de sua criação até hoje, o grupo continua atuando com o intuito de fortalecimento da agricultura familiar, no entanto, as estratégias de ação passaram por modificações em 2010-2011, quando foi reelaborado o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS, que contém as diretrizes, as estratégias e as linhas eleitas como prioritárias para a atuação do grupo

A proposta do grupo é promover o desenvolvimento da região Sudoeste do Paraná, a partir de um modelo alternativo, que busque modificar a matriz tecnológica, baseada na agroecologia e na agricultura familiar; ampliar a participação social e fortalecer as instituições existentes, definir as relações a partir do rural e promover o processo de autonomia (PTDRS, 2007). Os objetivos do GGETESPA, segundo o seu Regimento Interno, estão organizados no Box 06.

I – Contribuir e articular na organização das ações voltadas para o desenvolvimento territorial, considerando as suas diversas dimensões e setores, buscando a/o: a gestão participativa para o desenvolvimento territorial; a ampla participação e controle social das políticas públicas; o acesso à educação pública e gratuita; a valorização e resgate da cultura e dos saberes populares; a promoção da qualidade de vida garantindo o acesso às políticas de saúde, educação, energia elétrica, habitação, lazer, cultura, saneamento e comunicação, oportunidade de trabalho e renda e redução das desigualdades sociais; as ações voltadas ao desenvolvimento urbano e rural; o acesso à terra e a regularização fundiária; a erradicação da fome e a promoção da segurança alimentar; a diversificação das atividades econômicas; a promoção da agroecologia na agricultura familiar; a abertura de mercado para os produtos da agricultura familiar através de suas organizações e das micro e pequenas empresas; o desenvolvimento da produção agrícola, florestal, pesca e pecuária; o desenvolvimento da agroindústria familiar e do turismo rural; a valorização do patrimônio cultural e dos recursos naturais; a preservação ambiental e manejo sustentável dos ecossistemas regionais; apoiar e/ou promover a elaboração do diagnóstico e do zoneamento ecológico e socioeconômico do território; e promover, apoiar e fortalecer a equidade nas questões de gênero, gerações e etnias.

II – Articular as políticas públicas no Território, através da interlocução das instituições governamentais e não governamentais;

III – Estimular o aperfeiçoamento dos mecanismos de participação e controle social;

IV – Apoiar a adequação da legislação sanitária, ambiental, tributária e fiscal, visando fortalecer as atividades da agricultura familiar;

V – Promover a avaliação e a atualização do Plano territorial de Desenvolvimento do Sudoeste do Paraná (PTDRS) e acompanhar a implementação das ações, programas e projetos previstos neste;

VI – Articular-se com outros conselhos setoriais no âmbito municipal, territorial, estadual e federal, buscando a cooperação mútua e o estabelecimento de estratégias comuns para o fortalecimento da participação e controle social das políticas públicas;

VII – Promover a realização de estudos, debates, pesquisas e seminários sobre os temas de interesse para o desenvolvimento territorial;

VIII – Propor políticas estruturantes que favoreçam a autogestão do território;

IX – Desenvolver mecanismos de acompanhamento e avaliação das atividades relacionadas com o desenvolvimento sustentável;

X – Promover a divulgação das potencialidades e oportunidades que a região oferece, visando atrair novos empreendimentos e investimentos, de acordo com as opções estratégicas definidas para o território;

XI – Exercer outras atribuições que lhes forem definidas.

BOX 06: OBJETIVOS DO GGETESPA.

Fonte: GGESTESPA, Regimento Interno. 2009, p. 8.

Observamos a partir desses objetivos que o GGETESPA assim como o PRONAT, apresenta objetivos muito amplos, o que dificulta a organização e a centralidade das atividades, assim como a concretização das ações prioritárias, que refletem na elaboração dos projetos encaminhados à SDT/MDA.

Quanto aos projetos, sua formulação e discussão passam obrigatoriamente pelas câmaras temáticas. Segundo o PTDRS (2007), o grupo foi organizado em cinco câmaras temáticas; agroecologia e sementes; comercialização; meio ambiente; educação e ATER; fortalecimento da organização da agricultura familiar.

No PTDRS (2011) foram instituídas novas câmaras temáticas: produção, renda e abastecimento; educação pública; questão agrária, geração e acesso a energia e sucessão; meio ambiente, saneamento e saúde. Como o recorte temporal de nossa pesquisa vai de 2003 a 2010, período do mandato do presidente Lula, vamos dar maior atenção ao PTDRS de 2007.

As entidades podem participar de uma ou mais câmaras temáticas de acordo com a sua área de atuação ou interesse de contribuição, após formulado e discutido nas câmaras temáticas, os projetos vão para discussão no colegiado, onde podem receber novas contribuições e se for o caso são aprovados para encaminhamento ao CEDRAF - Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar, em Curitiba, onde é dado um novo parecer e posteriormente encaminhado para SDT/MDA em Brasília.

No quadro 01, apresentamos os projetos aprovados no Território Sudoeste do Paraná por ano, nome do projeto, recursos investidos e entidades responsáveis.

Ano	Projeto	Recursos	Execução
	Rede de Comercialização e Produção	R\$ 205.285,00	AFASP - Associação dos Agricultores Familiares do Sudoeste do Paraná e Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul
	Infra-estrutura para as CFR	R\$ 238.840,00	ARCAFAR

2004			
	Estruturação da SISCLAF.	R\$ 561.307,00	SISCLAF
	Estruturação e Comercialização de produtos agroecológicos.	R\$ 352.165,00	COOPAFI - PM de Verê, Marmeleiro, Dois Vizinhos e Capanema.
	Capacitação	R\$ 59.477,00	ASSESOAR
2005	Estruturação da Rede de Comercialização.	R\$ 147.202,00	AFASP /CRAPA Coordenação Regional de Associações de Pequenos Agricultores e PM. de Dois Vizinhos, Bom Jesus do Sul e Francisco Beltrão.
	Beneficiamento e armazenamento de grãos orgânicos.	R\$ 219.605,00	CAMDUL – Cooperativa Agrícola Mista Duovizinhense e PM. de Enéas Marques
	Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Mel.	R\$ 220.602,50	Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão
	Rede de Profissionalização de Agricultores familiares.	R\$ 90.000,00	PM. de Francisco Beltrão, Bom Jesus do Sul, Ampere, Verê, Dois Vizinhos, Bela Vista da Caroba e Enéas Marques
	Industrialização da Uva.	R\$ 270.000,00	APROVIVE - Associação dos Vitivinicultores de Verê e PM. de Ampere e Verê.
2006	Sementes da Agricultura Familiar.	R\$ 440.000,00	COOPAFI, UTFPR, PM. de Coronel Vivida, Capanema, Chopinzinho, Dois Vizinhos, Honório Serpa, Itapejara do Oeste, Marmeleiro
	Estruturação do Centro de Formação em Agroecologia.	R\$ 108.800,00	ASSESOAR e Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão
	Agroindustrialização de leite da Agricultura Familiar.	R\$ 360.000,00	SISCLAF
	Estruturação das CFR.	R\$ 174.300,00	ARCAFAR – PM. de Barracão, Santa Izabel do Oeste, Francisco Beltrão, São Jorge do Oeste e Bom Jesus do Sul
	Formação de Jovens Rurais - CEPAGRO	R\$ 185.869,70	ASSEC, ARCAFAR, PM de Coronel Vivida

2007	Sementes da Agricultura Familiar.	R\$ 222.700,00	COOPAFI, UTFPR, PM de Capanema, Dois Vizinhos, Mangueirinha e Pato Branco.
	Estruturação de Ater nas cooperativas de Leite.	R\$ 50.000,00	SISCLAF e Prefeitura municipal de Francisco Beltrão
	Expansão, formação e fortalecimento do Cooperativismo Solidário no Sudoeste do Paraná.	R\$ 108.500,00	CRESOL BASER, INFOCOS – Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário, CRESOL BASE FRONTEIRA e Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Sudoeste.
	Estruturação da Ater no Território Sudoeste.	R\$ 403.100,00	COOPERIGUAÇU – Cooperativa Igraçu de Prestação de Serviços, EMATER, PM. de Ampére, Bom Jesus do Sul, Coronel Vivida, Itapejara do Oeste, Pato Branco e Renascença.
2008	Centro de Formação em Agroecologia e Desenvolvimento – Móveis e Utensílios	R\$ 135.200,00	ASSESOAR e prefeitura municipal de Francisco Beltrão
	Centro de Capacitação em Agroecologia/ Laboratório de Homeopatia.	R\$ 135.200,00	CAPA e Prefeitura Municipal de Verê
	Centro de Controle Biológico.	R\$ 140.100,00	UTFPR Campus de Dois Vizinhos
	Capacitação e Formação em agroecologia	R\$ 288.700,00	CAPA, ASSESOAR e UTFPR
Total	23 projetos	R\$ 5.143.004,52	

QUADRO 01: RELAÇÃO DOS PROJETOS, RECURSOS E ENTIDADES EXECUTORAS DOS PROJETOS APROVADOS PELA GGETESPA, 2004 -2008¹

Fonte: Reunião do GGETESPA em 04 de março de 2010.

É possível observar nesse quadro que foram implantados projetos em pelo menos 12 linhas diferentes, variando entre o apoio e estruturação dos centros de formação, a estruturação e expansão da produção e o cooperativismo. Já quanto às entidades responsáveis pela execução desses projetos encontramos um total de 15 instituições diferentes. Das quais,

1

Nos anos de 2009, 2010, 2011 e 2012 não houve projetos aprovados, segundo informações da coordenação do GGETESPA.

as que participaram do maior número de projetos foram: a ASSESOAR e a UTFPR, com quatro projetos cada, seguidas pela ARCAFAR, a SISCLAF e a COOPAFI, que estiveram presentes em três projetos cada.

A participação das prefeituras municipais nos projetos também é significativa, estando envolvidas diretamente 20 delas, comparando a um total de 42 municípios, os recursos ainda estão concentrados. Dispondo as prefeituras por ordem decrescente, quanto a participação nos projetos teremos: prefeitura municipal de Francisco Beltrão com sete projetos; Dois Vizinhos com seis projetos; Bom Jesus do Sul com cinco; Verê com quatro; Capanema, Pato Branco, Ampére e Coronel Vivida com três cada uma; Enéas Marques, Marmeleiro, e Itapejara d'Oeste com dois; Bela Vista da Caroba, Chopinzinho, Honório Serpa, Barracão, Santa Izabel d'Oeste, São Jorge d'Oeste, Mangueirinha, Santo Antonio do Sudoeste e Renascença com um projeto cada.

Analisando a principal forma de implementação das ações do GGETESPA que seria através dos projetos, podemos observar a concentração de recursos entre as entidades e em sua distribuição por município, praticamente metade das entidades e dos municípios que formam o território ainda não foram contemplados com recursos do grupo e que estes estão concentrados principalmente no município de Francisco Beltrão, devido a maior presença de instituições com sede nesse município.

Realizamos entrevista com os quatro membros da coordenação, na busca de maiores informações sobre o funcionamento e as ações do GGETESPA. Atualmente a coordenação do grupo gestor é formada pela UFFS e seu representante será chamado de Entrevistado A, pela AMSOP, entrevistado B, FETRAF- SUL, entrevistado C e CRESOL, entrevistado D. O representante da AMSOP, não foi localizado para a realização da entrevista, então entrevistamos seu suplente, que, segundo informações dos demais membros da coordenação, participa ativamente das atividades do GGETESPA.

Quanto ao funcionamento e o cumprimento dos objetivos dos projetos, dois dos entrevistados, B e D, declararam não ter conhecimentos sobre todos os projetos pois participam do grupo há pouco tempo, os outros dois, entrevistados A e C, declararam não ter conhecimentos sobre projetos implantados que não estariam funcionando, sendo que o entrevistado A, declarou que não tem conhecimento sobre nenhum projeto que não esteja funcionando, mas existem alguns que não atendem os objetivos propostos inicialmente, onde as estruturas ou equipamentos financiados estão sendo utilizados para outros fins.

Quanto ao cumprimento dos objetivos propostos nos projetos os entrevistados A e C declararam que poucos atingem seus objetivos e os entrevistados B e D não têm conhecimentos sobre todos os projetos.

Os projetos, de forma geral, segundo o informado pelos integrantes da coordenação enfrentam grandes problemas de implementação, e esses podem estar relacionados a falta de recursos e suporte das instituições responsáveis ou a falhas em seu planejamento; o entrevistado A declarou que as principais dificuldades enfrentadas na implementação dos projetos estão relacionadas ao destino dos recursos, que são voltados para estrutura e não para o custeio, o que acaba gerando problemas financeiros. O entrevistada B declarou que a principal dificuldade é a falta de recursos, o entrevistado C a falta de assessoria técnica, a burocracia para a liberação de recursos e a dificuldade de implementação junto aos agricultores, já para o entrevistado D, a falta de prioridade das entidades para o GGETESPA e as discussões das câmeras temáticas.

No quadro 02 apresentamos uma síntese da entrevistas realizadas com os integrantes da coordenação do GGETESPA.

Instituição que representa	UFFS – Entrevistado A	AMSOP Entrevistado B	FETRAF–SUL Entrevista C	CRESOL Entrevistado D
Tempo que participa do GGETESPA	12 anos	1 ano	2 anos	1 ano
Qual principal objetivo do GGETESPA?	Formulação do processo de desenvolvimento rural sustentável gerado a partir do olhar da agricultura familiar integrado ao desenvolvimento regional.	Desenvolver iniciativas de desenvolvimento sustentável voltadas a agricultura familiar.	Organizar as demandas vindas de todos os municípios para a realização do desenvolvimento regional.	Promover efetivamente a política de desenvolvimento a nível regional a partir de todas as entidades da sociedade civil e do poder público
Os objetivos do GGETESPA têm sido alcançados?	Parcialmente, o objetivo do GGETESPA é muito amplo e existem muitas dificuldades de concepção, participação e articulação nas entidades	Totalmente não.	Existem muitas dificuldades na participação e nas câmeras temáticas.	Não. Não se conseguiu fazer uma unificação das entidades.
Os projetos aprovados	Os projetos teórico	Sim.	Sim.	Não, pois existem projetos

satisfazem a proposta de desenvolvimento territorial?	satisfazem, mas a execução e a permanência enfrentam dificuldades.			que não deslançam.
Maiores dificuldades do GGETESPA	A falta de estrutura mínima de funcionamento e de funcionários do GGESTESPA, falta de um articulador territorial.	A liberação dos recursos do governo para os projetos aprovados e encaminhados pelo GGETESPA.	A falta de recursos e de assessoria técnica para o GGETESPA.	A falta de Assessoria.
O GGETESPA consegue atingir todas as entidades participantes e a população	A maioria das entidades não internalizam as discussões do GGETESPA.	Sim, através da discussões.	Não atinge todas as pessoas, fica restrita as organizações.	Fica principalmente entre o grupo.
Os Projetos aprovados estão funcionando dentro de seus objetivos?	Poucos, a efetividade dos projetos foi pequena.	Os que conhece, sim.	Não, nem todos, os que se aproximam mais são os da linha de educação.	Não conhece todos os projetos.
Quais os maiores obstáculos para a implementação e manutenção dos projetos?	A priorização das estruturas sem o devido custeio.	Recursos.	Falta de assessoria, a burocracia para liberação de recursos e a baixa compreensão dos agricultores do processo territorial.	A baixa participação e discussão nas câmeras temáticas.
Existem projetos desativados?	Desativados não, mas existem projetos que estão sendo utilizados para outros fins,	Não conhece projetos que estejam desativados.	Desativados não.	Não tem conhecimento sobre todos.
Como está organizada a formulação e a escolha dos projetos? Quais as prioridades?	São formulados a partir das discussões das câmeras temáticas e selecionados seguindo o PTDRS e a	Formulados pelas câmaras temáticas e escolhidos por prioridades das entidades participantes do colegiado.	As câmeras temáticas fazem a discussão e apresentam ao colegiado que decide.	São escolhidos através do colegiado, de consenso ou votação.

	votação coletiva.			
As ações implementadas pelo GGETESPA dão suporte para a construção de um território rural sustentável?	Existem avanços mas o impacto na região ainda é muito pequeno	Sim. Através das discussões sobre as necessidades da região realizada pelas entidades.	Falta muita coisa, as ações implementadas ainda estão longe de dar o suporte necessário.	Hoje ainda não, pois a maioria dos recursos que vem pra região não passa pelo território.
A política governamental dá o suporte necessário para a construção de um território rural sustentável?	Não.	Não.	Não.	Em partes.
O que é necessário para melhorar o funcionamento do GGETESPA?	Maior valorização do GGETESPA pelas entidades participantes, maior articulação entre a instancia municipal e regional e a internalização das discussões e proposições do GGETESPA e do PTDRS pelas instituições.	Estrutura e mais recursos.	Maior comprometimento participação das entidades nos debates do GGETESPA e a disponibilização de mais recursos.	Priorização do território e das discussões das câmeras temáticas por todas as entidades participantes, a disponibilização de um articulador territorial e de mais recursos para o território.
Existem conflitos dentro do GGETESPA?	Não muitos, a maioria ligada a diferença de interesse entre a sociedade civil e o poder público.	Não vê conflitos.	Alguns, a maioria por diferença de concepção e rivalidade de ideias, além disso. existem as que participam efetivamente apenas por interesse em projetos.	Existe principalmente entre o poder público e a sociedade civil organizada.

QUADRO 02: SÍNTESE DAS ENTREVISTAS COM A COORDENAÇÃO DO GGETESPA.

Fonte: Trabalho de Campo, 2012.

Vale destacar nessas entrevistas o apontamento para os principais problemas enfrentados pelo GGETESPA e por suas ações e elas passam majoritariamente por três pontos: 1 – A falta de comprometimento das entidades participantes e a não internalização das propostas do GGETESPA e do PDTRS nas instituições; 2- a falta de assessoria, de um funcionário, o articulador territorial; 3 – a falta de recursos e a burocracia na liberação de recursos. Esses três pontos são também apontados como quando questionamos o que é necessário para melhorar o funcionamento do GGETESPA.

Encontramos nas falas uma descridibilidade do PRONAT, tanto que ao perguntarmos se esse programa dá o suporte necessário para a realização da proposta de desenvolvimento territorial todos responderam que não dá todo o suporte, pois existe uma burocracia muito grande na liberação de recursos que, por sua vez, são insuficientes, e que a maioria dos recursos destinados aos municípios do território vem via ementas parlamentares e não pelo PRONAT, o que dificulta a participação e o interesse das instituições. Outro ponto de descontentamento é a falta de recursos da SDT/MDA para contratar o articulador territorial, que exerce papel fundamental dentro do GGETESPA, pois é o único profissional que se dedicava exclusivamente para os trabalhos do grupo.

Podemos destacar ainda que as ações do GGETESPA ainda não conseguiram, segundo os entrevistados, obter grandes impactos e transformações no Território Sudoeste Paranaense, ficando restrita principalmente às instituições que dele participam.

3.1 PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DO SUDOESTE DO PARANÁ – PTDRS

O Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sudoeste do Paraná - PTDRS foi lançado pelo GGETESPA em 2007. Nele consta uma breve contextualização do território Sudoeste do Paraná, assim como a organização e o enfoque de atuação do GGETESPA; Segundo o próprio documento sua história de elaboração se iniciou com a mobilização das instituições entorno do debate das políticas de desenvolvimento territorial e da necessidade de construção de um plano de ação para o grupo.

O PTDRS (2007) foi elaborado a partir de uma série de reflexões, iniciadas pelos integrantes GGETESPA e por um conjunto de oficinas organizadas em dois momentos: 1) realização de duas oficinas para cada uma das microrregiões que compõem o Sudoeste, a fim de obter em um diagnóstico da realidade e, na outra, sugestões e apontamentos sobre ações

futuras e; 2) realização de três oficinas regionais com a participação de representantes das entidades de todo o território.

Um dos resultados desse processo de debates das oficinas, destacado no PTDRS (2007, p. 5), foi a definição de seis eixos de ação que deveriam ser considerados prioridade: “desenvolvimento humano e qualidade de vida; desenvolvimento econômico; recuperação e gestão ambiental, educação do campo, serviços sociais e infra-estrutura; desenvolvimento político-institucional.”

Pautados nessa decisão, o PTDRS está organizado em seis eixos de atuação sendo o primeiro, *desenvolvimento humano e qualidade de vida* que tem como estratégias de ação: trabalhar juntamente com os movimentos sociais; estimular a auto estima e a motivação da população; propiciar contato com comunidades diferentes, possibilitando a troca de informações; promover trabalhos com os jovens, construindo uma visão o campo como espaço de “reprodução da vida”; incentivar e oferecer cursos de formação e profissionalização; despertar a consciência sobre a importância da organização e da participação social.

O segundo eixo, de *desenvolvimento econômico*, foi dividido em quatro estratégias: crédito; ATER; agroindústria; comercialização. A primeira estratégia referente ao crédito propõe: vinculá-lo ao acompanhamento técnico; oferecer condições diferenciadas para quem atende as normas ambientais; destinar recursos para projetos na propriedade e para o incentivo a diversificação da produção, o auto consumo e a produção orgânica; estimular o uso do crédito para pagamento de mão de obra local, “ao invés de exigir notas fiscais de herbicida”; incentivar as agroindústrias familiares buscando recursos junto às instituições financeiras e as políticas nacionais de crédito (PTDRS, 2007, p.15).

A segunda estratégia de ação está relacionada à Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER com os princípios de criar um fundo de ATER, possibilitar a organização em rede e a capacitação dos profissionais de ATER, criar equipes municipais de ATER que possam interagir com as demais redes já existente, incentivando a comercialização a organização dos agricultores e a pesquisa referente as sementes para a agricultura familiar.

A terceira estratégia tem relação com a agroindústria e as ações indicadas são: promover a articulação em rede das agroindústrias e dos processo de comercialização, facilitando a troca de informações dentro do território Sudoeste; levantar as demandas e a produção local; promover a capacitação e o acompanhamento, com visão cooperativa e prestar assessoria de gestão e marketing; estimular a criação de marcas que tenham relação com território; facilitar a comercialização com o poder público.

A quarta estratégia é a de comercialização, que deve ser estabelecida com o poder público, priorizando os produtos agroecológicos, mobilizando e estimulando a organização de feiras locais para comercialização e a organização dos agricultores, afim de diminuir a burocracia existente nas diferentes formas de comercialização, ajudando na adaptação dos agricultores e das pequenas agroindústrias familiares ao Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA, e assessorando nas questões de marketing e logística, aproximando-os de seus consumidores.

O terceiro eixo é o da *recuperação e gestão ambiental* e apresenta como estratégia: o processo de conscientização através da educação ambiental, das pesquisas e do trabalho de ATER visando o desenvolvimento sustentável, e o uso racional do meio ambiente através, por exemplo da agroecologia e dos sistemas agroflorestais; o uso em condições especiais de crédito para os agricultores que preservam; realizar o trabalho de levantamento e a distribuição dos recursos provenientes dos *Royalties*, do ICMS e das multas ambientais, entre os agricultores, como forma de incentivo; estimular a conservação e recuperação das matas ciliares; “atuar com planejamento e gestão ambiental integrada em todo o território através das bacias hidrográficas”; vincular através da mídia, cursos, palestras, seminários, entre outros a importância da gestão, da preservação e da compensação ambiental; formar uma rede de monitoramento e informações ambientais, promover projetos com a participação das instituições e do poder público com ampla área de abrangência, dar atenção para a destinação e o reaproveitamento do lixo o destino do esgoto e buscar a diminuição do uso de agroquímicos. (PTDRS, 2007, p. 20)

O quarto eixo apresenta as estratégias de ação para a *educação do campo*: fortalecer as iniciativas já existentes; buscar repensar as políticas educacionais existentes e buscar a consolidação e ampliação destes e de novos programas; criar fóruns permanentes de discussão e análise sobre a temática; assegurar a qualificação de profissionais; e propiciar experiência com a pedagogia da alternância em escolas do meio rural.

O quinto eixo tem a ver com as *serviços sociais e infra-estrutura* priorizando a saúde preventiva, estimulando o conhecimento e o interesse pela medicina alternativa, fomentando a melhoria da qualidade de vida, dando atenção aos programas de saneamento e habitação rural, para a conservação das rodovias e das estradas rurais e pavimentação de novas estradas; potencializando as patrulhas rurais para atendimento das propriedades e a inclusão digital.

O sexto eixo é o da *organização e desenvolvimento político institucional* que busca: o fortalecimento das instituições representantes dos agricultores, através da organização destes em cooperativas, incentivando a criação de pequenas organizações nas comunidades e nas

microrregiões; fortalecer o debate entre o território, os conselhos municipais de desenvolvimento e os fóruns da agricultura; incentivar as novas instituições; debater a consolidação das organizações de consumidores; incentivar a produção de auto subsistência familiar; resgatar as sementes “crioulas” e debater a lei de patentes de cultivares.

Torrens (2007) faz uma ressalva sobre o PTDRS, chamando atenção para a falta de um diagnóstico da região, o fato dos seis eixos apontados pelo plano abrangerem um leque amplo de atuação e segundo sua compreensão necessitam de aprofundamento. Sobre a importância do PTDRS, o autor descreve:

Contudo, é preciso reconhecer que a contribuição principal da aprovação do PTDRS para o processo de construção territorial, além do aporte metodológico, reside na definição de uma referência orientadora das ações e projetos, ainda que reconhecidamente genérica e ampla, pois a partir dela podem ser apresentadas propostas bem diversificadas. Portanto, é importante que esse documento não seja percebido como algo cristalizado, mas como uma referência que precisa ser lapidada, para que se constitua efetivamente num instrumento de apoio à construção do território. Para tanto, torna-se necessário também que os atores sociais envolvidos nessa dinâmica se apropriem dos conteúdos formulados nesse Plano, sendo preciso fazer uma maior divulgação e publicização desse documento (TORRENS, 2007, p. 63).

Além dos eixos de atuação do GGETESPA, constam no PTDRS alguns desafios a serem superados pelo grupo: “a) fortalecer a institucionalidade; b) compreender qual desenvolvimento se quer e; c) definir a própria política de desenvolvimento, para saber onde chegar” (PTDRS, 2007, p. 24)

As diretrizes de atuação para as políticas do Território Sudoeste do Paraná são: a mudança na matriz tecnológica; fortalecimento das organizações; ampliação da participação; definição das relações sociais a partir do rural e promover o desenvolvimento humano com o intuito da conquista da autonomia.

O PTDRS, de forma geral, apresenta a formulação de uma política de desenvolvimento rural, e não territorial conforme já destacam Torrens (2007) e Santos (2009), isso se deve a grande participação das entidades ligadas diretamente com a agricultura familiar.

A principal dificuldade de implementação do PDTRS, conforme podemos identificar nas entrevistas supracitadas é a falta de internalização desse pelas instituições na hora de elaborarem suas ações ou planejamentos futuros, o que acaba comprometendo toda a discussão e o trabalho do GGETESPA. Assim o PTDRS torna-se apenas uma diretriz do GGETESPA e não de todo o território.

4. ANÁLISE DOS PROJETOS IMPLANTADOS PELO GRUPO GESTOR DO TERRITÓRIO SUDESTE DO PARANÁ

Neste capítulo, apresentamos a análise de três projetos implantados pelo GGETESPA, com suas propostas comparadas ao que foi de fato realizado; essa análise está pautada em entrevistas com representantes das entidades responsáveis pelos projetos no GGETESPA e com funcionários ou dirigentes que trabalham diretamente com a execução dos projetos, comparando os depoimentos e as visitas *in loco* com os documentos de cada projeto estudado.

4.1 O Projeto de *Estruturação do Centro de Formação em Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável do Sudoeste do Paraná*

O projeto selecionado inicialmente para estudo foi o de *Estruturação do Centro de Formação em Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável do Sudoeste do Paraná – Móveis e Equipamentos*, aprovado em 2007, no entanto, esse projeto faz parte de outros que buscam a construção do espaço físico e da estruturação desse centro de formação, desta forma, incluímos na análise mais um projeto, o de *apoio à Estruturação de um Centro de Formação* encaminhado em 2006, ambos destinados à compra de mobília e equipamentos através de recursos da SDT/MDA; já os recursos para a construção do espaço físico vieram por meio de ementa parlamentar e só foram concluídos no final de 2012.

Em entrevista com o representante da ASSESOAR no GGETESPA, entidade proponente dos projetos, o mesmo esclarece que os equipamentos foram comprados quando houve a liberação dos recursos, em 2008, no entanto, ficaram guardados até a liberação do espaço físico, construído pela Prefeitura de Francisco Beltrão e repassado em forma de concessão para a ASSESOAR. Atualmente, o centro de formação está estruturado com 3 salas de aulas grandes, 3 salas menores, 1 biblioteca, 1 laboratório de informática, 1 auditório, 1 refeitório e o alojamento com 22 quartos e 11 banheiros, todos equipados (fotos 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07).

Sobre o projeto de estruturação do centro de formação, de 2006, a proposta era apoiar a formação dos agricultores através da disponibilidade de um espaço dedicado a esse interesse. O objetivo geral do projeto é: “apoiar com estrutura, na área de informática e biblioteca, o processo de implantação de um Centro de formação em Agroecologia e

Desenvolvimento do Sudoeste do Paraná” (GGETESPA, 2006, p.2). Nesse projeto são propostos a aquisição de equipamentos de informática, mobília, livros e revistas, descritos da seguinte forma: 01 componentes para servidor de rede; 01 estabilizador de voltagem; 20 computadores terminais (thin Clint) com monitor e teclado; 03 computadores convencionais; 23 estabilizadores; 01 Switch para 30 portas; 01 impressora multifuncional laser; equipamentos para conexão; material de consumo, material informativo, mesas, cadeiras, estantes, fichários, arquivos, armários; e livros e revistas. Totalizando um recurso de R\$ 108.800,00 reais sendo R\$ 87.040,00 vindos do MDA/SDT e R\$ 21.760,00 de contrapartida oriunda da prefeitura municipal de Francisco Beltrão (fotos 01, 02).



Foto 01. Vista das estantes e livros da biblioteca do Centro de Formação - ASSESOAR

Fonte: Acervo pessoal, data 30/11/2012.



Foto 02. Vista das mesas de estudo da biblioteca do Centro de Formação.

Fonte: Acervo pessoal, data 30/11/2012.



Foto 03. Computadores do laboratório de informática do Centro de Formação.

Fonte: Acervo pessoal, data 30/11/2012.

Os objetivos específicos do projeto são mais abrangentes e estão voltados diretamente ao processo de formação para os agricultores e seus filhos, para que possam melhorar e organizar suas propriedades, comunidades e organizações, fortalecendo-se, através do

conhecimento de diferentes modelos de agricultura, autonomia e desenvolvimento. Além disso, o projeto visa transformar o centro de formação em um ponto de referência regional na questão da educação do campo e da agroecologia, possibilitando também o acesso à bibliografia disponível na Instituição, juntamente com a promoção do processo de inclusão digital.

O projeto é justificado pela demanda estabelecida como prioritária pelo próprio GGETESPA, presente no PTDRS (2007): agroecologia, educação e capacitação, agroindustrialização, leite e comercialização; são apresentados como argumentos, a estrutura fundiária do território com pequenas propriedades e trabalho familiar, para as quais a agroecologia pode representar uma maneira alternativa de produção e de vida.

Entendendo que o processo de formação e capacitação dos agricultores, das lideranças e dos próprios educadores é de suma importância para o desenvolvimento do território, os recursos são pedidos para a estruturação de um espaço que possibilite a realização de vários tipos de cursos voltados aos interesses dos agricultores locais. No caso desse projeto em específico, os recursos são voltados para a informatização do centro, o que é justificado para a inclusão digital da população rural, possibilitando a troca de experiências e facilitando a sistematização e a montagem de um banco de dados sobre as experiências educativas, o que poderia beneficiar não apenas os educandos mas todos os interessados se disponibilizado via internet.

São alvo de investimentos vinculados a esse projeto a aquisição de novos materiais para a biblioteca do centro de formação, facilitando o trabalho dos educadores e educandos, pois a proposta visa disponibilizar esses materiais para o público em geral que tivesse interesse e procurasse o local.

Quanto aos cursos a serem oferecidos nesse espaço, esses serão realizados em parceria com outras instituições, experiência já existente no momento da proposição do projeto, quando existiam parcerias da ASSESOAR, UNIOESTE, EMATER, UTFPR, cooperativas e o movimento sindical, entre outras.

Ainda na justificativa apresentada no projeto, consta uma pequena descrição dos cursos que eram ofertados na época e que seriam beneficiados diretamente com a estruturação e disposição de um espaço condizente com o processo educativo, sendo eles: curso de *Pós-médio em Agroecologia e Desenvolvimento*; graduação em *Pedagogia para Educadores do Campo*; projeto *Vida na Roça*, promovido desde 1996.

O projeto apresenta também a justificativa de escolha da ASSESOAR como entidade proponente desse recurso, sendo apresentada como uma instituição com importante trajetória

histórica e experiência no processo de formação e orientação dos agricultores da região Sudoeste; além disso, mesmo os equipamentos sendo alocados em uma instituição, esses serão disponibilizados para todos que tiverem interesse em utilizar o espaço.

Apresentam-se como resultados esperados: a) implantação da estrutura equipada para ambiente pedagógico; b) formação dos educandos, suas famílias e de alunos das universidades ou do ensino fundamental, médio e técnicos interessados, contribuindo para aumentar os estudos de graduação e pós-graduação subsidiados pelos materiais dispostos no centro com a construção de um banco de dados e de pesquisa da agricultura familiar.

São apresentados como estratégias para potencializar as atividades envolvendo o centro, as parcerias e o planejamento conjunto entre a ASSESOAR, as universidades, as prefeituras municipais, o Grupo Gestor do Território, os Núcleos de Educação e as demais entidades envolvidas com a agricultura familiar.

Sobre o projeto de *Estruturação do Centro de Formação em Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável do Sudoeste do Paraná – Móveis e Equipamentos*, esse é uma complementação ao projeto de 2006, encaminhado em 2007, e seu objetivo é “consolidar a estrutura do Centro de Formação em Desenvolvimento Sustentável e Agroecologia, equipando-o de forma adequada à realização de processos educativos demandados pela agricultura familiar do território Sudoeste” (p.9). Os objetivos específicos são adquirir um carro, móveis e equipamentos.

São requisitados no projeto: equipamentos para os alojamentos - 30 colchões, 3 camas de solteiro, 27 camas beliche, 20 guarda roupas, 6 berços, 6 colchões para berço; auditório - 210 cadeiras e uma tala para projeção; refeitório - 18 mesas com 6 cadeiras; salas de aula - 70 carteiras, 72 cadeiras, 2 quadros brancos; e um automóvel. Totalizando um investimento de R\$ 135.180,00 de reais, vindo R\$ 130.630,00 do MDA/SDT e R\$ 4.550,00 da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão (fotos 04, 05, 06, 07, 08, 09 e 10).



Foto 04. Camas do alojamentos do Centro de Formação.

Fonte: Acervo pessoal, data 30/11/2012.



Foto 5. Guarda roupa do alojamento do Centro de Formação.

Fonte: Acervo pessoal, data 30/11/2012.



Foto 06. Salas de aula com cadeiras de madeira.

Fonte: Acervo pessoal, data 30/11/2012.



Foto 07. Salas de aula com cadeiras estofadas.

Fonte: Acervo pessoal, data 30/11/2012.



Foto 08. Vista do auditório do centro de formação.

Fonte: Acervo pessoal, data 30/11/2012.



Foto 09: Auditório do Centro de Formação parte frontal.

Fonte: Acervo pessoal, data 30/11/2012.



Foto 10. Refeitório do Centro de Formação.

Fonte: Acervo pessoal, data 30/11/2012.

Por ser um projeto complementar ao de 2006, a justificativa e os resultados esperados são muito semelhantes, afinal tratam-se de dois projetos que buscam equipar o mesmo centro de formação. No entanto alguns elementos novos são postos no projeto de 2007: está voltado para aquisição de mobília para o refeitório, alojamentos, salas de aula, auditório e um automóvel; suas metas são sucintas; adquirir e instalar esses equipamentos, facilitando o processo de formação.

Em entrevista perguntamos ao representante da ASSESOAR se os objetivos dos projetos estavam sendo cumpridos e ele nos respondeu que,

No nosso entendimento sim, apesar que a gente ainda precisa, ta dentro no nosso plano, ta sendo discutido, ontem ainda tivemos uma discussão com o fórum nesse processo de trabalho de formação e dentro desse processo de formação garante a estrutura mínima necessária pra que o curso aconteça (representante da ASSESOAR, 30/11/2009).

Vale ressaltar que as atividades de formação e capacitação realizadas pela ASSESOAR sempre estiveram em andamento, mesmo sem o centro de formação, embora ocorressem em local alugado, e que a perspectiva é de que, com a disponibilidade desse novo espaço, possam ser realizadas novas etapas e novos cursos dispondo de uma estrutura mais adequada.

A justificativa fundamenta-se da necessidade de equipar um espaço de formação que ofereça cursos de formação e qualificação destinados principalmente para os agricultores

familiares e as entidades com eles envolvidas, afim de auxiliar no processo de desenvolvimento sustentável da agricultura familiar.

Os resultados esperados eram a manutenção dos cursos já ofertados pela ASSESOAR e seus parceiros, como o de *Pedagogia para educação do campo* e o curso *Pós-médio em agropecuária com ênfase em desenvolvimento e agroecologia* e a oferta de novos cursos certificados pelas universidades ou vinculados às instituições da região. O projeto apresenta também três estratégias para o pleno funcionamento do centro: a) investir em cursos certificados nas áreas de agroecologia, educação do campo e desenvolvimento sustentável; b) integrar o processo educativo à realidade e as necessidades locais; c) ofertar cursos com regime de alternância que melhor se adapte às necessidades dos educandos.

Os dois projetos reúnem um total de R\$ 243.980,00 reais, destinados à aquisição de equipamentos para a estruturação do centro de formação, sendo estes de grande importância para a consolidação do processo de formação e inclusão digital dos agricultores e lideranças. No entanto, conforme indicado em entrevista com o representante da ASSESOAR no GGETESPA, esses equipamentos foram utilizados a partir dezembro de 2012, após o término da construção do espaço físico que abriga o centro de formação e também a própria entidade.

Diante da não utilização dos equipamentos e do próprio centro de formação pelos estudantes dos cursos ofertados pela instituição, a terceira etapa de entrevistas que deveria se dar com os agricultores beneficiados por esse projeto não foi realizada, ficando nossa análise restrita aos projetos encaminhados para o MDA/SDT e as entrevistas com dois funcionários da ASSESOAR, das quais apresentamos a análise a seguir.

Entre as principais dificuldades apontadas pelo representante da ASSESOAR, para a concretização do projeto está a demora para a construção e disponibilidade do espaço físico, o que não impediu a utilização dos equipamentos adquiridos pelos projetos, juntamente com a falta de uma política de apoio à agroecologia e o processo educacional desvinculado da realidade dos alunos do campo.

Quanto a abrangência do projeto, o entrevistado não soube informar com precisão o número de pessoas ou municípios, mas nos explicou que os cursos ofertados em parcerias pela ASSESOAR e que agora tendem a ser realizados no centro de formação abrangem pessoas da região Sudoeste e ultrapassa essa, incluindo pessoas de outras partes do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

Outro ponto importante para a compreensão de desempenho desses dois projetos assim como das iniciativas de desenvolvimento territorial vinculadas a elas, é compreender as

relações existentes entre esses e as demais iniciativas e projetos do GGETESPA, voltados para o desenvolvimento sustentável.

Quando questionamos sobre a gestão do projeto, percebemos que esse assim como o previsto vai ser gerenciado pela ASSESOAR, mantendo as parcerias já indicadas na proposição dos recursos e que são mantidas até hoje para a realização dos cursos, quanto aos beneficiados pelos cursos a trajetória de oferta da entidade, atende a várias demandas, envolvendo com isso as diferentes instituições atuantes no território.

4.2 Projeto de *Estruturação do Centro de Controle Biológico do Sudoeste do Paraná*.

O projeto de *Estruturação do Centro de Controle Biológico do Sudoeste do Paraná* é de 2008 e tem como entidades responsáveis a Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos, a UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, o CAPA – Centro de Apoio ao pequeno Agricultor e a EMATER – Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural de Dois Vizinhos.

A sede do Centro de Controle Biológico foi construída no Campos da UTFPR de Dois Vizinhos, conforme previsto no projeto inicial; já o gerenciamento e a condução das atividades do Centro, estavam previstas para serem realizadas em parceria com as demais entidades citadas ou que estivessem envolvidas com a produção agroecológica. No entanto, quando questionamos em entrevista ao representante da UTFPR no GGETESPA, como está sendo feito o gerenciamento e o controle do projeto, esse declarou que a parte de pesquisa, manutenção e despesas são mantidas pela Universidade e que as demais entidades estão afastadas da proposta, ressaltando que o CAPA participa na parte da orientação dos agricultores e de novas demandas de pesquisa.

O projeto prevê também a disseminação dos parasitóides e das técnicas de controle alternativo de pragas e doenças. Nesse caso questionamos nosso entrevistado sobre a participação das entidades nesse processo e se ele estava sendo efetuado. Como o representante da Universidade ocupa o cargo de diretor de pesquisa e extensão do Campus de Dois Vizinhos ele nos informou que não trabalha diretamente no Centro, mas indicou o professor responsável para que esclarecesse as dúvidas ou questionamentos quanto a parte mais prática do centro. Perguntamos então a esse professor sobre a participação das entidades no gerenciamento e no desenvolvimento das atividades do Centro e ele nos falou que as

entidades estão distanciadas da proposta e que o CAPA tem estabelecido parceria para alguns palestras e cursos; quanto à operacionalização, as atividades ainda estão em fase inicial.

A proposta apresentada no projeto visava a produção de tecnologias para a produção alternativa de alimentos, que buscava apoiar e facilitar a produção agroecológicas ou com menos agrotóxicos. O projeto se apresenta como uma resposta à demanda principalmente dos produtores da soja orgânica para o controle de doenças através dos parasitoides.

O objetivo do projeto é “fomentar a produção agroecológica de alimentos através da qualificação de técnicos e produtores, da pesquisa e da produção massal de parasitoides para controle de pragas” (p.4).

Os objetivos específicos são referentes à produção de *Trissolcus basal*, parasitóide utilizado no controle de percevejos da soja, do *Trichograma sp*, parasitóide que controla pragas do tomate, milho, soja, cana-de-açúcar e pêsego. Faz parte também a distribuição, o monitoramentos dos parasitoides e a capacitação de técnicos, alunos e agricultores, bem como a realização de curso de pós-graduação.

Para atingir tais objetivos foram projetadas oito atividades e estratégias de ação: a) a primeira, refere-se a divulgação através de cursos, palestras, reuniões, material impresso sobre a utilização dos parasitoides; b) a segunda, visa identificar a demanda a partir das entidades que já estão envolvidas com a produção agroecológica e com questionários aos agricultores; c) a terceira é produzir o *Trissolcus basal*; d) a quarta produzir o *Trichograma sp*; e) a quinta corresponde à distribuição dos parasitoides que pode ser feita pelas entidades parceiras no projeto, disponibilizada para retirada no próprio centro ou enviada via postal; f) a sexta, orientar o emprego dos parasitoides através de visitas aos produtores, reuniões, palestras e cursos disponibilizados pelas entidades participantes do projeto; g) a sétima, monitorar a utilização dos parasitoides com a coleta de ovos de percevejos, testes em sementes e avaliação das populações de percevejos, nas lavouras experimentais; h) a oitava, promover pesquisas de avaliação e melhoramento.

Quanto a realização dos objetivos e das estratégias, entrevistamos o professor responsável pelo Centro que nos esclareceu que a produção do parasitóide *Trissolcus basal* foi feita apenas experimentalmente e que ele caiu em desuso; já o parasitóide *Trichograma sp* foi produzido no laboratório e teve suas técnicas de produção dominadas. No entanto, a distribuição, aplicação e monitoramento do uso dos parasitoides não foi realizada; o entrevistado ressalta que são desenvolvidos estudos que visam aumentar as informações sobre a utilização e associação desses parasitoides com outras tecnologias e que fazem parte do processo que levará a distribuição e servirá na orientação dos agricultores. A fase de formação

e capacitação está sendo parcialmente realizada através de palestras, cursos, pesquisas científicas, utilização do laboratório pelos alunos da graduação e pós-graduação, dos cursos ofertados dentro do campus de Dois vizinhos e por alunos do mestrado do campus da UTFPR de Pato Branco, mas com pouco alcance entre os agricultores.

As etapas de divulgação e pesquisa diagnóstica das demandas também não foram concluídas, até o momento da entrevista: conforme nosso entrevistado, foram realizados trabalhos diagnósticos sobre as demandas existentes mas o trabalho ficou falho e será necessário fazer um novo levantamento sobre os agricultores, levando em consideração o perfil e a forma de produção, a fim de identificar os que melhor se enquadram para receber os primeiros parasitóides.

O principal resultado esperado com esse projeto era a melhoria das condições de vida e de produção dos agricultores, porém, os agentes de controle biológico não foram distribuídos aos agricultores. Esse resultado ainda não foi alcançado. No entanto, quando questionamos o professor responsável pelo Centro, esse nos falou que, mesmo ainda não tendo sido executada a fase de trabalho com os agricultores, existe a previsão de distribuição dos parasitóides, para 2013. Garantindo a possibilidade de produzir de forma alternativa para aqueles que, muitas vezes, não têm suporte e técnicas adequadas de produção. Assim, a construção e o funcionamento do Centro representa um avanço significativo para a produção agroecológica na região.

Para a coordenadora do CAPA, o único objetivo atingido foi a realização do curso de especialização em controle biológico; ela nos esclarece também que o papel do CAPA nesse projeto é o de levantar dados e as demandas junto aos agricultores e que a parte de controle e gerenciamento é de responsabilidade da UTFPR.

As maiores dificuldades enfrentadas até o momento para efetivação das atividades do Centro foram, segundo o representante da UTFPR, a falta de recursos para a aquisição dos equipamentos de Centro, que foram complementados com recursos da Universidade. O professor responsável pelo laboratório apontou também a dificuldade de liberação de recursos para o curso de pós-graduação que veio via o CAPA, pois eles não tinham experiência nessa área mais burocrática de liberação do dinheiro público. Já na questão da produção apontou a falta de conhecimento técnico sobre os agentes de controle biológico.

O projeto previa a aquisição dos seguintes materiais: 5 armadilhas luminosas; 4 aquecedores; 2 estufas BOD; 1 cilindro para CO₂; 6 condicionadores de ar; 1 Desumidificador; 40 estantes metálicas; 1 computador pessoal do tipo desktop; 1 computador pessoal do tipo notebook; 1 aparelho projetor multimídia; além disso estava prevista

aconstrução da estrutura física do Centro de controle biológico, totalizando R\$ 140.000,00 reais, sendo 35.000,00 para a aquisição de equipamentos e 105.000,00 para a construção do espaço físico (fotos 11, 12, 13, 14 e 15).

Desses equipamentos, cinco não foram adquiridos com os recursos vindos pelo MDA, são eles, as duas estufas BOD, um dos seis condicionadores de ar, o computador pessoal do tipo notebook e o aparelho projetor multimídia. O motivo, segundo o representante da UTFPR no GGETESPA, foi a variação de valores dos produtos entre o período de tomada inicial dos preços para a elaboração do projeto realizada em 2007 e a abertura das licitações para sua aquisição, em 2009; já a estrutura física foi concluída e inaugurada em 2010 sendo composta por um prédio, dividido em cinco salas.



Foto 11. Centro de Controle Biológico.

Fonte: Acervo pessoal, data 05/12/2012.



Foto 12. Sala com as estufas.

Fonte: Acervo pessoal, data 05/12/2012.



Foto 13. Sala com condicionador de ar.

Fonte: Acervo pessoal, data 05/12/2012.



Foto 14. Sala com uma das estantes metálicas e materiais utilizados no laboratório.

Fonte: Acervo pessoal, data 05/12/2012.



Foto 15. Estantes metálicas com amostras de produção dos parasitóides.

Fonte: Acervo pessoal, data 05/12/2012.

Quanto a abrangência do projeto, os entrevistados falaram que ele se expandiu para o meio acadêmico, atendendo aos alunos dos cursos de graduação, pós-graduação e iniciação científica, da UTFPR, referente às demais entidades do GGETESPA e mesmo as incluídas no

projeto, a única com a qual tem se mantido um trabalho conjunto em relação ao Centro foi o CAPA, mas existem parcerias com outras organizações embora não sejam ligadas diretamente ao Centro e existe a expectativa de ampliação dessa rede com o início dos trabalhos de distribuição e monitoramento dos parasitoides.

Então, hoje, o CAPA, a gente tem uma relação bem estreita, e sempre que surge um problema com pragas e doenças eles nos procuram aqui e nós também abrimos um curso de educação do campo e estamos tendo contato com o MST e outras entidades, então esse curso assim não sei se essa relação é por que causa do curso ou de outras atividades mas existe sim[...] (professor responsável pelo centro de controle biológico, 05/12/1012).

Perguntamos também sobre a articulação desse projeto com outras iniciativas ou ações realizadas através do GGETESPA, a fim de verificar a existência de redes ou do fortalecimento das redes territoriais.

É, veja bem, ele consegue dialogar, que ao mesmo tempo que teve no CAPA um projeto pra capacitar agricultores, de certa forma o laboratório pode ser utilizado para fazer aulas praticas, ou seja, um outro projeto e que esta disponível, é para as entidades, então o laboratório não é da universidade é da região e a partir do momento que a região demandar, ela vai ser articulada mas nas demandas que digamos a gente fez la um curso de especialização em controle biológico então esse também foi um outro projeto que foi pelo do território e que dialogo muito bem por que utilizou o laboratório pra fazer a parte de pratica das atividades da especialização (representante da UTFPR no GGETESPA, 05/12/2012).

Os projetos aprovados e encaminhados via GGETESPA, devem estar em consonância com o disposto no PDTRS, então perguntamos ao representante da UTFPR, se esse projeto está dentro dos eixos elegidos no PTDRS e pela proposta de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais do MDA/SDT: ele afirmou que o projeto está de acordo com os eixos elegidos no PTDRS, na câmara temática de produção, agroindustrialização e comercialização, contemplando também a agroecologia. Quanto à adequação na proposta de desenvolvimento do MDA, a resposta também foi positiva, o entrevistado declara acreditar que o projeto corresponde a proposta do MDA e que se os objetivos ainda não foram atingidos por completo a tendência é que isso aconteça e que já existe um projeto de complementação da estrutura do Centro, que vai permitir a produção em maior escala do endopatógenos para atender os agricultores; nessa fase será necessário o fortalecimento da interação com outras entidades principalmente de acompanhamento e assistência técnica aos agricultores.

Para a entrevistada do CAPA, o projeto não atingiu a proposta de desenvolvimento territorial, pois ainda não conseguiu alcançar seu principal objetivo que é atender as demandas dos agricultores agroecológicos da região.

Procuramos identificar também o grau de interação entre esse projeto e outras iniciativas do GGETESPA tendo em vista a proposta de desenvolvimento territorial, que procura o fortalecimento dos territórios. Perguntamos aos entrevistados da UTFPR se existia alguma interação desse projeto com outros e se ele ajudou no fortalecimento das redes internas e externas existentes no território, quanto a interação com outras iniciativas, esses declararam que existem as parcerias para a realização dos cursos e palestras, principalmente com o CAPA, já em relação ao estabelecimento ou fortalecimento das redes territoriais a Universidade mantém contato com várias entidades e associações da região, como a EMATER, ASSESOAR, CRESOL, UNIOESTE, entre outras, mas o projeto do Centro tem fortalecido a aproximação entre associações, entidades e prefeituras dos municípios mais próximos a Dois Vizinhos.

Quanto à análise dos resultados alcançados, lembrando que o trabalho com os agricultores ainda não foi realizado, então vamos analisar o curso de especialização em controle biológico, oferecido na UTFPR entre 2010 e 2012.

Para a realização desse curso, a intenção como fala o professor entrevistado, era atender pessoas que estivessem engajadas com as entidades ou com a produção agroecológica regional. Para isso as pessoas interessadas deveriam ser indicadas por uma das entidades participantes do GGETESPA, no entanto, por se tratar de um curso de pós-graduação, muitos não podiam participar, pois não tinham a graduação.

O curso tinha por objetivo, conforme o disposto no Edital de seleção:

A qualificação de profissionais diplomados em cursos de graduação, para atuar na área de controle biológico; a difusão de tecnologias visando fomentar o desenvolvimento rural sustentável com produção agroecológica de alimentos através da capacitação de profissionais para o planejamento e gestão de projetos de produção e utilização de agentes de controle biológico (Edital nº 04/2009, p.1. disponível em www.utfpr.com).

O curso tinha carga horária de 380 h, excluídas as atividades de desenvolvimento do trabalho de conclusão do curso e ofertou 30 vagas das quais 3 eram destinadas a servidores da UTFPR. Consta no relatório final (2012) do curso, que 29 vagas foram preenchidas das quais encontravam-se profissionais das áreas de Ciências Agrárias e correlatas, tais como agrônomos, biólogos, engenheiros florestais, farmacêuticos, geógrafos, médicos veterinários, pedagogos, licenciados em biologia e zootecnista. Dos 29 alunos matriculados no curso de especialização seis acabaram desistindo, contabilizando um índice de desistência de 20,7%.

O relatório apresenta também uma avaliação das disciplinas ofertadas pelo curso para as quais

a grande maioria dos alunos atribuiu um bom aproveitamento e importância para o trabalho do curso de controle biológico. No total foram dezessete disciplinas ofertadas: Metodologia da Pesquisa; Pesquisa e Experimentação Agrícola; Fundamentos de Agroecologia; Desenhos e Manejo de Sistemas Sustentáveis; Controle Biológico de doenças de Plantas; Controle Biológico de plantas invasoras; Controle de pragas com uso de Entomopatógenos; Produção massal de micro-organismos para Controle Biológico; Controle de pragas com uso de parasitoides; Controle de pragas com uso de predadores; Produção massal de parasitoides e predadores para Controle Biológico; Controle de pragas com uso de ácaros predadores; Controle pragas e doenças com uso de extratos vegetais; Manejo de Ambientes no Controle Biológico; Metodologias participativas; Qualidade e regulamentação de agentes de Controle Biológico; Planejamento e Gestão de Projetos.

A avaliação final dos alunos quanto ao curso foi positiva sendo que, dos 28 participantes do levantamento feito pela UTFRP, em uma graduação de 0 a 10, dois atribuíram nota 8, seis nota 9 e vinte nota 10.

4.3. Projeto de *Sementes da Agricultura familiar do Sudoeste do Paraná*

O projeto de *Sementes da Agricultura familiar do Sudoeste do Paraná*, foi encaminhado no ano de 2007 e é uma complementação de um projeto implantado em 2006, no entanto, como se tratam de projetos com locação de recursos (máquinas e equipamentos) distribuídos em vários municípios, vamos nos ater a análise dos nove municípios inclusos no projeto de 2007.

O objetivo desse projeto é adquirir equipamentos e estrutura para as Unidades de Beneficiamento de Sementes – UBS, em seis municípios, e para o Banco Ativo de Germoplasma – BAG, locado na UTFPR, Campus de Pato Branco, juntamente com a aquisição de um automóvel, a fim de;

[...] promover maior competitividade, renda e autonomia da agricultura familiar, ampliação das parcerias, melhoramento da estruturas organizacional do setor sementeiro da agricultura familiar, garantindo as sementes como patrimônio da humanidade e precaução contra o monopólio genético (GGETESPA, 2007, p.9).

Dentro desse objetivo existe a distribuição dos equipamentos por UBS, para as quais; as unidades de Capanema, Marmeleiro, Itapejara d'Oeste, Chopinzinho, Coronel Vivida e Honório Serpa, receberam equipamentos complementares a estrutura já existente, para a

unidade de Dois Vizinhos foram solicitadas a construção de paredes e a instalação de portões e janelas, para o município de Mangueirinha foi instalada uma nova unidade de beneficiamento de sementes, para a UTFPR, campus de Pato Branco foi adquirido uma plantadeira de precisão, que complementaria o BAG, e um carro utilitário para a coleta das sementes.

Para análise desse projeto entrevistamos o representante da COOPAFI Central e os representantes das unidades de Capanema, Marmeleiro e Mangueirinha, além de agricultores atendidos nesses municípios.

Quando perguntamos se os objetivos do projeto tinham sido cumpridos os representantes das cooperativas, de forma geral, responderam que o principal objetivo, que era o da garantia das sementes crioulas não foi cumprido. Isso porque uma série de problemas descritos dificultou a utilização dessas sementes, o que acabou reconduzindo esses equipamentos para outras finalidades.

O representante da COOPAFI Central declarou;

Assim ó, nos de início, a gente teve um trabalho que foi muito interessante, essa ação pra COOPAFI, nos produzimos semente, eu não digo em todos os municípios, mas onde tinha COOPAFI, que foi em, é, Coronel Vivida, Chopinzinho, Itapejara, Dois Vizinhos, Marmeleiro e Capanema, todos os municípios, tive por dois anos, atuaram nessa estratégia de produzir semente, de beneficiar, de busca, nós fomos visitar a experiência lá se não me engano em Anchieta [...], fizemos lavouras experimental, eu tenho banco de fotos aqui [...], acontece que o projeto no segundo ano, terceiro ano, é, a pressão aumento por parte do ministério da agricultura, porque existia aquela expectativa de liberação do transgênico e ai se criou regras no MDA, para que se facilitasse a produção de sementes, o produtor que queria plantar semente crioula estava liberado, mas, no que nós imperamos? A gente teve que reavaliar, por que aquele produtor que pegou a nossa semente, quando ele planto o banco aceito, ai deu um ano que deu seca e ai o Proagro não cobriu aquela lavoura e ai nos tivemos um monte de agricultores que meio que se rebelaram contra a idéia, em função que a parte legal e parte formal não estava adequada [...]

Os desafios elencados por nosso entrevistado foram a falta de cobertura dos bancos para o seguro agrícola das lavouras cultivadas sem sementes certificadas, dificultando dessa forma o cultivo e o interesse dos agricultores, o grande salto tecnológico pelo qual as sementes têm passado nos últimos anos, tornando menos interessante economicamente produzir com sementes crioulas.

A proposta do projeto está justificada sob a discussão dos monopólios das sementes e da necessidade de organização dos agricultores frente a esses novos monopólios, para o

fortalecimento da autonomia e da agroecologia, a estruturação da UBS, possibilitaria além das sementes, produtos mais saudáveis e de maior valor comercial.

Quanto aos recursos implantados por esse projeto nossa proposta é analisar o projeto por município de implantação, no entanto, conforme o entrevistado da COOPAFI Central nos informou, em alguns municípios as unidades de beneficiamento e as próprias cooperativas estão desativadas, dessa forma decidimos citá-las e descrever os equipamentos constantes no projeto destinados a essas unidades:

1ª - Unidade de Beneficiamento de Coronel Vivida: um classificador densimétrico, pré-limpesa com polidor, balança eletrônica com capacidade para 15 Kg, uma seladora de pacotes plásticos e uma máquina de costura manual portátil, totalizando um valor de R\$ 56.900,00 reais

2ª - Unidade de Beneficiamento de Honório Serpa: Balança eletrônica com capacidade para 15 Kg, uma seladora de pacotes plásticos e uma máquina de costura totalizando um recurso de R\$ 1.900,00 reais.

3ª – Unidade de Chopinzinho: uma balança eletrônica com capacidade de 15 Kg., uma seladora de sementes e uma máquina de costura manual portátil, totalizando R\$ 1.900,00 reais de recursos.

4ª – Itapejara d'Oeste: uma balança eletrônica com capacidade de 15 Kg, uma seladora de pacotes plásticos e uma máquina de costura manual portátil, totalizando R\$ 1.900,00 reais em equipamentos.

4.3.1 A Unidade de Beneficiamento de Sementes de Mangueirinha

A *Unidade de Beneficiamento de Sementes de Mangueirinha* está situada no Reassentamento Itá 1, sob a responsabilidade da Cooperativa Agropecuária dos Reassentamentos do Sul – COOPERARSUL, para a qual foram adquiridos um secador de cereais leito fixo para 80 sacas, um medidor de umidade por evaporação, um DALA de 8000 mm X 20 com transporte mecânico contínuo de correia, uma balança mecânica com capacidade para 1000 Kg e um kit de peneiras de teste, totalizando R\$31.000,00 reais em recursos.

Entrevistamos no local, dois agricultores, e um representante da COOPERARSUL, o ex-presidente, atuante na cooperativa desde 1997, que nos explicou que as atividades da cooperativa estão paradas e que estão tentando implantar um laticínio, por isso os

equipamentos adquiridos com os recursos do projeto estão guardados, desativados, mas existe a vontade de ativá-los para retomar a produção de alimentos e para comercialização com a CONAB.

Segundo o entrevistado os equipamentos eram disponibilizados a todos os agricultores interessados e chegaram a atender pessoas dos municípios de Honório Serpa, Coronel Domingo Soares e outras comunidades de Mangueirinha. Quanto as dificuldades enfrentadas o entrevistado elencou a frágil conscientização dos agricultores diante do atual modelo da agricultura, a falta de articulação e de assistência técnica.

Quando questionamos sobre a integração dessa iniciativa com outras propostas e com os debates do GGETESPA, podemos perceber que existe uma desarticulação e que a cooperativa, como o próprio entrevistado revela, não possui mais articulação com a COOPAFI nem com o GGETESPA, apenas com a prefeitura municipal.

Em relação ao cumprimento dos objetivos e da função exercida pela iniciativa dentro do processo de desenvolvimento territorial, o entrevistado declara que o projeto já cumpriu seus objetivos, mas, que hoje, como está desativado, não os alcança mais; como é uma proposta que levou a um debate, contribuiu para a organização e a formação dos agricultores, influenciando politicamente no desenvolvimento local.

O representante da COOPERARSUL nos indicou seis agricultores que utilizavam os equipamentos, no entanto, conseguimos falar apenas com três, esses conheciam por alto as discussões do GGETESPA, o projeto e a origem dos recursos para a compra dos equipamentos da UBS, pois participaram da diretoria da Cooperativa; declararam não terem participado da elaboração ou de discussões para a elaboração dessa proposta. Os três declararam acreditar que os resultados do projeto foram positivos, pois facilitaram a limpeza e o preparo das sementes diminuindo os custos, durante o período de funcionamento da unidade de 2006 a 2010.

4.3.2 A Unidade de Beneficiamento de Sementes de Capanema

Para município de Capanema foram adquiridos um classificador densimétrico e um pré-limpesa com polidor (fotos 16, 17 e 18) totalizando R\$ 55.000,00 reais. Nessa Unidade de Beneficiamento de Sementes, conversamos com o então secretário da COOPAFI e representante da cooperativa no GGESTESPA, que participa dos mesmos a quatro anos.



Foto 16. Classificador de sementes da UBS de Capanema.

Fonte: Arquivo pessoal, data 08/12/2012.



Foto 17. Secador de sementes da UBS de Capanema.

Fonte: Arquivo pessoal, data 08/12/2012.



Foto 18. Equipamento de pré-limpeza da UBS de Capanema.

Fonte: Arquivo pessoal, data 08/12/2008.

Segundo o entrevistado a cooperativa faz a parte de organização, agendamento e atendimento de todos os agricultores interessados, indiferentemente de serem associados a ela.

Atualmente os equipamentos estão sendo utilizados para a comercialização de alimentos, principalmente com o PAA e o PNAE e não para a produção de sementes. Quanto ao cumprimento dos objetivos propostos no projeto, o entrevistado acredita que eles não foram alcançados e explicou que foram feitas as etapas de beneficiamento de sementes, trabalho de campo, mas que a aplicação dessas sementes não ocorreu, pois os agentes financiadores não ofertavam seguro para as sementes crioulas, e que a partir disso o MDA tentou fazer um cadastramento das sementes crioulas mas que isso não conseguiu integração com as agentes financiadores e os agricultores não utilizaram mais as sementes crioulas, “[...] o fomento foi feito, mas o risco de não ter o Proagro afetou as famílias[...]”.

Além dessa dificuldade de financiamento segundo o entrevistado existiam as genéticas, de germinação e de produtividades dessas sementes, do perfil das famílias que tem

mudado, pois se busca cada vez mais tecnologia e maior capitalização, além da pressão e da facilidade do mercado para a comercialização de produtos transgênicos; por tudo isso, o número de produtores orgânicos tem diminuído muito nos últimos anos.

Quanto ao enquadramento desse projeto na proposta de desenvolvimento territorial o entrevistado acredita que, através da implantação do projeto para as sementes, como era no início, não conseguiu atingir a proposta, mas como uma iniciativa voltada para a alimentação sim, pois a cooperativa e os agricultores estão lucrando mais, a relação cooperativa - agricultor foi fortalecida, contribuindo para a permanência de várias famílias no espaço rural.

Entrevistamos também oito agricultores do município que utilizam os equipamentos, destes apenas um que já participou da coordenação da cooperativa conhecia o GGETESPA, a origem do recurso para a compra dos equipamentos e dois haviam participado indiretamente das discussões e propostas para a montagem dessa estrutura, assim como acompanham através das reuniões o gerenciamento das atividades relacionadas a esses equipamentos.

Quanto aos principais benefícios trazidos pela implantação desse projeto os agricultores destacaram, secagem e seleção de grãos para comercialização e uso dentro da propriedade, adquirir sementes selecionadas de melhor qualidade. Perguntamos também se eles se sentiam satisfeitos com os resultados e se existia alguma sugestão para melhorar o processo, todos responderam que estão satisfeitos e cinco deram sugestões: 1ª) ampliar mais a atividade na COOPAFI; 2ª) melhorar o corpo técnico da cooperativa, com mais pesquisa e mais interesse dos agricultores em buscar informação; 3ª) melhorar o armazenamento dentro da cooperativa; 4ª) investir no município, na industrialização do farelo de soja; 5ª) reduzir o tempo para o pagamento dos produtos.

Questionamos os agricultores se eles se sentiam integrados a uma rede de programas que promovem o desenvolvimento, um não soube e um declarou que não se sente integrado, esse é o único dos entrevistados que não é sócio da cooperativa. Perguntamos também se os agricultores acreditavam que essa proposta ajuda a desenvolver a sustentabilidade da agricultura familiar e todos responderam que sim.

Quanto a produção dessas propriedades chama a atenção que dos oito entrevistados apenas um declarou não comercializar e não receber a assistência técnica com a COOPAFI, o que não é sócio da cooperativa.

4.3.3 A Unidade de Beneficiamento de Sementes de Marmeleiro.

A COOPAFI de Marmeleiro recebeu através do projeto, um classificador densimétrico e uma balança eletrônica com capacidade para 600 Kg, totalizando R\$ 27.700,00 reais. Nessa cooperativa entrevistamos o vice-presidente e pedimos a ele como estava o andamento do projeto, o cumprimento dos objetivos, quais as principais dificuldades, entre outras.

Primeiramente o entrevistado nos esclareceu que não trabalha na cooperativa há muito tempo, mas que participava dos debates do território através do movimento sindical, sobre o funcionamento do projeto dentro da unidade de Marmeleiro, ele declarou que os equipamentos são utilizados pelos agricultores, mas não com a finalidade de produção de sementes, e sim, em grande maioria, para atender programas como o PAA e o PNAE.

Para o entrevistado mesmo o projeto não tendo cumprido suas metas, por meio das ações realizadas, ele consegue auxiliar o fortalecimento das relações do agricultor com a cooperativa e auxilia no incremento da renda das famílias, dessa forma, ele tem auxiliado na construção do processo de desenvolvimento do território.

Quando questionamos quais foram os principais problemas enfrentados, foram citados a preferência dos agricultores por produtos geneticamente modificados e a dificuldade de certificação das sementes para garantir ao produtor o acesso ao seguro agrícola. Quanto ao número de pessoas beneficiadas pelos equipamentos adquiridos com esses recursos, o entrevistado não soube informar ao certo o número, mas considerou a existência de aproximadamente 120 sócios ativos que podem, de uma forma ou de outra, utilizar os equipamentos, os agricultores não sócios também podem utilizá-los e atualmente atende a agricultores de Marmeleiro e Renascença.

Partimos então para a última fase da pesquisa, onde visitaríamos o local onde encontram-se os equipamentos (fotos 19 e 20) e entrevistar os agricultores. Nosso primeiro entrevistado indicou alguns agricultores que utilizam os equipamentos e nos passou o endereço do barracão onde esses estariam, quando chegamos ao local indicado na Linha Padre Anchieta - Marmeleiro, verificamos que os equipamentos não encontravam-se no barracão e uma pessoa responsável pelo local nos informou que o espaço estava sendo alugado para outra empresa.



Foto 19. Galpão da COOPAFI Marmeleiro.

Fonte. Arquivo pessoal, 18/12/2012.



Foto 20. Esteira no galpão da COOPAFI Marmeleiro.

Fonte. Arquivo pessoal, 18/12/2012.

Partimos então para as entrevistas com os agricultores, fomos primeiramente em um agricultor próximo ao local onde deveriam estar os equipamentos na Linha Padre Anchieta, e esse nos informou que utilizava os equipamentos para a secagem e classificação de grãos destinados ao uso dentro da propriedade. Já em visita aos demais agricultores esses não utilizavam e alguns não sabiam da existência dos equipamentos.

Dessa forma a etapa final de investigação na unidade da COOPAFI de Marmeleiro ficou comprometida, além disso, entramos em contato novamente com a cooperativa que não possuía fotos dos equipamentos em seus arquivos.

4.3.4 A Unidade de Beneficiamento de Dois Vizinhos

Os recursos constantes nesse projeto para a UBS de Dois Vizinhos eram destinados a construção de paredes para fechar o espaço cedido pela prefeitura municipal e instalar portas e aberturas para locar os equipamentos adquiridos no projeto de 2006 (fotos 21, 22 e 23).



Foto 21. Galpão Concedido para a COOPAFI Dois Vizinhos.

Fonte: arquivo Pessoal, 13/03/2013.



Foto 22. Equipamentos da UBS de Dois Vizinhos.

Fonte: arquivo Pessoal, 13/03/2013.



Foto 23. Equipamentos da UBS de Dois Vizinhos

Fonte: arquivo Pessoal, 13/03/2013.

A COOPAFI de Dois Vizinhos encontra-se atuando incorporada a CLAF do município, conversamos por telefone com dois técnicos que não sabiam exatamente como procedeu e qual a situação da UBS, e indicaram que conversássemos com funcionários da secretaria de agricultura da prefeitura municipal.

Um dos funcionários da secretaria de agricultura e desenvolvimento rural do município, nos acompanhou até o local doado pela prefeitura à COOPAFI, na Linha Santo Isidoro – Dois Vizinhos, onde encontram-se o barracão e os equipamentos adquiridos com os recursos do território (fotos), no entanto, esse nos informou que a estrutura não chegou a ser utilizada pela cooperativa.

4.3.5 O Banco Ativo de Germoplasma em Pato Branco

O Banco Ativo de Germoplasma – BAG, está instalado na UTFPR, Campus de Pato Branco e sua finalidade segundo o constante no projeto é “reunir em único local parte da variedade genética dos genótipos (germoplasma) integrantes do sistema produtivo/sementeiro, visando evitar a erosão genética [...], para desta forma assegurar uma ampla base genética de finalidade estratégica” (p.11).

No BAG seriam armazenadas as diversas variedades de sementes, bem como seriam desenvolvidas pesquisas e cruzamentos de variedades para obter plantas mais eficientes de acordo com as necessidades dos agricultores, consta no projeto como meta desse banco fazer as coletas anuais das diversas sementes. Para a realização das pesquisas são necessários fazer o plantio de várias áreas experimentais, para as quais, seria fundamental a aquisição de uma semeadora de precisão, que foi adquirida durante essa fase do projeto com valor de R\$ 52.000,00 reais (foto 24).



Foto 24. Semeadeira de precisão do BAG de Pato Branco.

Fonte. Acervo pessoal, 22/03/2013.

Na UTFPR entrevistamos o professor responsável pelo laboratório de germoplasma, esse nos falou que os equipamentos não chegaram a ser utilizados dentro da proposta do projeto, e que esse laboratório é utilizado pelos alunos e professores da Universidade e para atender as demandas de algumas associações e instituições envolvidas com a agricultura que procuram a universidade. A sementeira assim como os equipamentos do laboratório é utilizada em estudos da universidade, segundo o entrevistado, houve uma desarticulação entre o projeto e a disponibilidade de pessoal dentro da universidade, além disso, a COOPAFI, ficou com o automóvel, que deveria fazer a coleta e o transporte das sementes, e esse não foi efetivado.

Em uma análise geral, o projeto das sementes esbarrou em questões legais, ou na falta de coerência entre a proposta do GGETESPA e a política posteriormente implantada pelo governo federal, dessa forma a iniciativa de produção com sementes crioulas ficou comprometida. Em algumas cooperativas os equipamentos adquiridos foram utilizados para outras demandas, como a da merenda escolar, já outras cooperativas não estão mais funcionando e os demais entrevistados não sabem o paradeiro dos equipamentos obtidos com os recursos do MDA.

O projeto do centro de controle biológico está sendo utilizados para fins acadêmicos de pesquisa científica e adequação das técnicas de produção dos parasitóides e os agricultores

ainda não estão recebendo e utilizado essa tecnologia. Esse projeto enfrenta certa desarticulação entre as instituições proponentes e a incoerência entre a proposta inicial e o tempo para seu desenvolvimento.

O projeto do Centro de Formação foi inaugurado recentemente, devido a demora na liberação do espaço físico destinado a alocação dos equipamentos adquiridos como os recursos do MDA, a proposta inicial de estruturação de um espaço físico foi concluída, no entanto ainda não é possível verificar sua abrangência.

Com essa pequena retomada dos três projetos, comparada as entrevista com a coordenação do GGETESPA, é possível demonstrar a falta de articulação interna da instituição, pois os entrevistados da coordenação, declararam não saber de projetos que não estão em funcionamento, sendo que os três verificados não estão em consonância com o planejamento inicial e o das sementes está parado apenas, os equipamentos estão sendo utilizados, mas para outros fins.

Existe ainda uma distancia entre a proposta do PRONAT e a efetivação dessa política pelo GETESPA, sendo que o principal alvo dessa iniciativa, os agricultores, que pelo constatado com os entrevistados, em sua grande maioria, não se identificam, ou sequer conhecem a instituição GGETESPA, o que dificulta a formação de um território integrado pela a proposta do PRONAT.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O programa de desenvolvimento territorial apoiado pelo Governo Federal procura reconhecer e valorizar áreas que possuem especificidades rurais, com uma política apoiada no fortalecimento dos atores sociais locais, na inclusão social e no desenvolvimento sustentável. A estruturação dessas políticas presume que iniciativas vindas dos próprios territórios tendem a valorizar e implantar ações que condizem com a realidade local, fortalecendo suas características sociais, “caminhando” para um nível maior de autonomia institucional e territorial. Também há o objetivo de promover um processo de desenvolvimento mais igualitário e humanizado nesses espaços reorganizados politicamente, o que exige a superação de vários anos de políticas com propostas prontas que não se adaptavam à realidade de muitos territórios.

A incorporação da proposta de apoio aos territórios rurais no Sudoeste do Paraná vem sendo feita de forma gradual buscando valorizar a agricultura familiar. Para isso estão integradas no GGETESPA um grande número de instituições envolvidas com esta causa, no entanto ainda é preciso superar inúmeros obstáculos para que essa proposta possa ser efetivada em sua plenitude.

Não podemos perder de vista que, embora os territórios rurais tenham autonomia política para realizarem suas atividades internamente, eles fazem parte de uma rede de política pública nacional e estão subordinados a esta, à seus recursos e suas normas, o que pode dificultar o andamento de algumas propostas, pois, ainda há um conjunto de normas que burocratiza os financiamentos rurais.

No Território Sudoeste do Paraná, já faz quatro anos que não são aprovados novos projetos, o que vem enfraquecendo as discussões e até as possíveis ações de organização territorial. Dessa forma, a política de desenvolvimento territorial, conforme apontado pelos coordenadores do GGETESPA, não tem dado o suporte necessário para o cumprimento da política de desenvolvimento territorial.

Os órgãos colegiados, associações ou outras formas de organização responsáveis pelos territórios são de fundamental importância dentro da organização dos territórios, juntamente a colaboração e participação das organizações civis, públicas e da própria população, um arranjo difícil, conforme verificamos a partir do estudo dos três projetos selecionados. Há interesses distintos e conflitos entre as instituições que formam o GGETESPA.

A instituição do território Sudoeste do Paraná trouxe a possibilidade de várias instituições terem um espaço para debaterem suas propostas e necessidades, aproximando-se segundo suas áreas de interesse através das câmeras temáticas e das reuniões do colegiado, no entanto, pode-se perceber, através das entrevistas com os representantes do GGETESPA, que suas ações ainda não conseguem adentrar o planejamento das instituições participantes, restringindo-se aos encontros e propostas internas ao grupo, o que dificulta ainda mais a ação e o fortalecimento do programa dos territórios rurais.

Nas entidades participantes, o PDTRS e as ações e discussões realizadas dentro do GGETESPA ficam a parte do planejamento. Segundo nosso entendimento isso ocorre porque, dentro do sistema capitalista, essas instituições precisam manter-se economicamente e as ações desenvolvidas pelo GGETESPA não garantem a elas esse que é o ponto primordial para o seu fortalecimento; uma forma de melhorar a interação é criar mecanismos de planejamento integrado entre as entidades, de forma cooperada e não concorrencial.

Por tudo isso verificamos que, mesmo sendo o Sudoeste paranaense uma região historicamente organizada em prol da agricultura familiar, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais, não conseguiu ser desenvolvida em sua plenitude, afinal essa pressupõe a organização e o fortalecimento institucional, a integração e o desenvolvimento territorial com o fortalecimento das interações políticas, econômicas e da qualidade de vida da população, especialmente, neste caso, dos agricultores familiares.

Diante dessa problemática da política, verificamos que a necessidade de fortalecimento e interação institucional é uma realidade nesse território, como o estabelecimento de redes de cooperação e ação que integram duas ou mais instituições, existentes dentro e para além da ação do GGETESPA.

A interação entre os agentes econômicos, sociais e políticos existente dentro do território é frágil, pois participam do grupo principalmente instituições voltadas para a agricultura sendo excluídos agentes que atuam nas áreas urbanas, para um planejamento integral do desenvolvimento territorial, além disso, os principais agentes políticos da área pública, que seriam os prefeitos e os vereadores estão praticamente ausentes das discussões e os segmentos da agricultura que não se identificam com a agricultura familiar ou camponesa também não participam.

A população, de forma geral, não participa e não se apropria das discussões feitas no Território, papel esse que seria dedicado às instituições formadoras do GGETESPA com a divulgação, sondagem e formulação de ações partidas dessa necessidade; essa sondagem é

feita mas pelo que percebemos em nossas entrevistas não fica claro que é de fato a população que gera as demandas encaminhadas para a discussão no Território.

Mesmo com todas as dificuldades encontradas não podemos deixar de lado o fato de que a política em si é muito ampla e que muitas iniciativas se enquadram dentro dela e que dessa forma a dificuldade em atingir a plenitude da proposta também se torna maior; existem alguns avanços conseguidos no território durante esse período com a criação de um espaço de discussão e troca de informações entre as instituições que participam do GGETESPA; além disso, a instituição conseguiu realizar vários projetos que visam o fortalecimento do território Sudoeste do Paraná, investindo nas áreas que a maioria das instituições definiu como prioritárias.

Quanto aos projetos estudados percebemos uma dificuldade burocrática muito grande na liberação dos recursos, fato que, no caso do projeto do Centro de Formação da ASSESOAR, foi o principal obstáculo para a realização de suas atividades.

Percebemos também a falta de aprimoramento na hora de fazer os projetos, pois no caso do (projeto) do *Centro de Controle Biológico*, o planejamento inadequado das atividades e das fases que deveriam ser realizadas para a produção dos parasitóides, poderá impedir o andamento previsto para o laboratório que já deveria estar totalmente implantado, atendendo a população; assim, ainda não conseguiram atingir o objetivo principal para o qual foi projetado, ou seja, distribuir os parasitóides e outras tecnologias alternativas e acompanhar as atividades nas propriedades.

No caso do projeto das sementes o principal obstáculo foi o impasse com a parte legal, principalmente a questão do seguro das plantações com sementes crioulas, no entanto, os equipamentos para beneficiamento das sementes estão, no caso de Capanema, sendo aproveitados para outra função, pois a COOPAFI, desse município, apresentou maior grau de organização.

De forma geral, os projetos estudados apresentam falhas de planejamento e de execução, são gerenciados de forma isolada pelas instituições que alocam recursos, o que não colabora para o fortalecimento das relações dentro do território; também existe a necessidade de avançar teoricamente e de construir projetos que superem a lógica da compra de equipamentos para as instituições envolvidas no GGETESPA. Além disso, é necessário que se disponibilize para o território os instrumentos necessários ao seu funcionamento como, de fato, uma experiência vinculada à política nacional de desenvolvimento territorial. Ainda há muito para se avançar, teórica, metodológica e na prática.

REFERENCIAS:

ABRAMOVAY, Ricardo. Cooperativismo de crédito: efeitos contraditórios de uma legislação restritiva. In: SANTOS, Carlos Alberto dos, (org.). **Sistema Financeiro e as micro e pequenas empresas**: diagnósticos e perspectivas. SEBRAE: Brasília, 2004, p. 151-157. Disponível em: <http://www.fea.usp.br/feaecon//media/livros/file_113.pdf>. Acesso em 10 de maio de 2012.

ALVES, Adilson Francelino. **Do desenho a implementação de projetos de desenvolvimento territorial sustentável**: interfases e negociações no projeto Vida na Roça (Paraná). Florianópolis, 2008. 234 p. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Santa Catarina.

ASSESOAR. **As Origens da Cresol**. Dezembro de 2005. Disponível em: <http://www.cresol.com.br/site/upload/downloads/64.pdf>>. Acessado em 10 de maio de 2012.

BARBIERE, José Carlos. **Desenvolvimento e meio ambiente**: as estratégias de mudança da agenda 21. 3ªed. Petrópolis: Vozes, 1997.

BRASIL: **Territórios da Cidadania**, documentos oficiais. 2008. Disponível em: <www.portal.mda.gov.br/o/877095-pdf>. Acesso em 15 de março de 2011.

BRASIL: **Territórios da Cidadania**: integração de políticas públicas para reduzir desigualdades. Março de 2009. Disponível em: <www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/pageflip/pageflip-view?pageflip_id=2221713-pdf>. Acesso em 15 de março de 2011.

BELIK, Wlateral; PAOLILLO, Luiz Fernando. O financiamento da produção agrícola na década de 90: ajustamento e seletividade. (In): LEITE, Sergio (Org.). **Políticas públicas e agrícolas no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2001, p. 95-120.

BIANCHINI, Valter. **Políticas públicas para a agricultura familiar**: desenvolvimento local rural sustentável. Curitiba, 2000. Disponível em: <http://www.deser.org.br/pub_read.asp?id=23>. Acesso em 6 de junho de 2012.

BONAL, Philippe; MALUF, Renato S. Políticas de desenvolvimento territorial e multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil. In: CAZELLA, Ademir A; BONNAL, Philippe; MALUF, Renato S. (Org.). **Agricultura familiar**: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. p. 71-110

BORGES, Graziela Scopel et al. Casa Familiares Rurais: Histórico de implantação no Sudoeste do Paraná. **Revista Synergismus científica UTFPR**, nº 06. Pato Branco, 2011. Disponível em: <<http://revistas.utfpr.edu.br/pb/index.php/SysScy/article/view/1263/822>>. acesso em 22 de maio de 2012.

BUARQUE, Sergio C. **Construindo o Desenvolvimento Rural Sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

BÚRIGO, Fábio Luis. **Finanças e Solidariedade**: uma análise do cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil. Florianópolis, 2006. 375 p. Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina.

CONSTANTINO, Ovídio José. A dinâmica de funcionamento das Cooperativas de Produtores de Leite da Agricultura Familiar com Interação Solidária dos municípios de Ampére, Dois Vizinhos e Itapejara do Oeste. In: VOLLLES, Adriana et al. (Orgs.) **Ensaio Sobre o Cooperativismo Solidário**. Midiograf, 2010. p. 375- 422.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TERRITÓRIOS RURAIS- Secretaria de Desenvolvimento territorial (MDA) S/d.

ESCHER, Fabiano. A evolução institucional do sistema de cooperativas de leite da agricultura familiar com interação solidária - SISCLAF: atores sociais, mercados a ação coletiva no Sudoeste do Paraná. Anais do **III Colóquio Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural**. Porto Alegre, de 17 a 18 de novembro de 2011.

DAVID, Ari de. **Competitividade das cooperativas do sistema de cooperativas de leite da agricultura familiar - SISCLAF**. Francisco Beltrão - PR, 2009. 75 p. Monografia (Especialista em Gestão do Cooperativismo Solidário) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná,

FRANCK, Clenir. **Entre a enxada e o lápis**: a pratica educativa da Casa Familiar Rural de Francisco Beltrão – PR. Porto Alegre, 2007. 149 p. Dissertação (mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

FAVARETO, Arilson da Silva. **Retrato das Políticas de Desenvolvimento Territorial no Brasil**. Santiago, Chile: Rimisp – Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural, 2009, 92 p. Disponível em: <http://www.rimisp.org/FCKeditor/Userfiles/File/n26_Favareto_catastro_politicas_desenvolvimento_territorial_Brasil_PORT.pdf>. acesso em 14 de março de 2011.

FAVARETO, Arilson da Silva. **Paradigmas do desenvolvimento Rural** – do rural ao territorial. São Paulo, 2006. 220 p. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) - Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/90/90131/tde-24042008-113514/pt-br.php>>. Acesso em 18 de outubro de 2010.

FERRAS, Osni Giani. **A sustentabilidade dos agricultores familiares de leite associados à CLAF nas dimensões ambiental, sociocultural e institucional**. Porto Alegre 2002. 153 .p. Dissertação (Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

FERRAS, Osni Giani; BRANDÃO, Sheila; PASE Emerson Luiz. Sistema COOPAFI: o desafio da construção de um sistema de comercialização e de apoio às agroindústrias familiares da região Sudoeste do Paraná. Anais do **XLVI SOBER – Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, de 20 a 23 de julho de 2008, Rio Branco- Acre.

GOMES, Iria Zanoni. **1957**: a revolta dos posseiros. Curitiba: Criar Edições, 1986.

GÓMES, Jorge Montenegro. **Desenvolvimento em (des)construção**: narrativas escalares sobre o desenvolvimento rural. Presidente Prudente, 2006, 439 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista.

GULARTE, Edinéia B.; SANTOS, Roseli A. Associação do centro de educação sindical ACESI. **Anais do XV ENGEO – Encontro de Geografia da UNIOESTE e XI ENGESOP – Encontro de Geografia do Sudoeste do Paraná**: Os desafios dos profissionais de geografia. Francisco Beltrão, 27 a 29 de maio de 2010a.

GULARTE, Edinéia B.; SANTOS, Roseli A. **A institucionalização das redes de poder na agricultura familiar**. Anais do II Simpósio Nacional em História Trabalho, Cultura e Poder: “Ofício do Historiador”. Marechal Cândido Rondon, 31 a 03 de setembro de 2010b.

GRISA, Sady. O sistema Cresol. In: PRETTO, José Miguel (Org.) Cooperativismo de crédito e microcrédito rural. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003. p 51- 58.

GRUPO GESTOR DO TERRITÓRIO SUDOESTE DO PARANÁ. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sudoeste do Paraná – PTDRS**. Francisco Beltrão: Grafit, 2007. 30p.

GRUPO GESTOR DO TERRITÓRIO SUDOESTE DO PARANÁ. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sudoeste do Paraná – PTDRS**. Francisco Beltrão: GGETESPA, 2011. 154p.

GRUPO GESTOR DO TERRITÓRIO SUDOESTE DO PARANÁ. **Regimento Interno do grupo Gestor do Território Sudoeste do Paraná**. Francisco Beltrão: GGETESPA, 2009. 8p.

GRUPO GESTOR DO TERRITÓRIO SUDOESTE DO PARANÁ. **Sementes da Agricultura Familiar do Sudoeste do Paraná**. 2006. 21 p.

GRUPO GESTOR DO TERRITÓRIO SUDOESTE DO PARANÁ. **Apoio à Estruturação do Centro de Formação**: Sudoeste do Paraná. 2006. 12 p.

GRUPO GESTOR DO TERRITÓRIO SUDOESTE DO PARANÁ. **Estruturação do Centro de Formação em Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável do Sudoeste do Paraná**: Móveis e Equipamentos. 2007. 16 p.

GRUPO GESTOR DO TERRITÓRIO SUDOESTE DO PARANÁ. **Estruturação do Centro de Controle Biológico do Sudoeste do Paraná**. 2008. 13 p.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos**. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2006.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo, Desenvolvimento, Geração de Renda em Pequenas Propriedades e a Questão do Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil. In: ALVES, Adilson Francelino; CARRIJO, Beatriz Rodrigues; CANDIOTO, Luciano Zanetti Pessoa (Orgs.) **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 81-93

KIYOTA, Norma. **A representação dos agricultores familiares em Espaços Institucionais de Participação Social no Sudoeste do Paraná**. Porto alegre, 2007. 206 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

LAZIER, Hermógenes. **Análise da Posse da Terra no Sudoeste do Paraná**. 2ª ed. Francisco Beltrão: Grafit, 1997.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder.** Tradução Lúcia Matilde. 7ª ed. Petrópolis: Endlich Orth, Vozes, 2009.

LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006. **Disponível em** <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm> **acesso em 15 de junho de 2012.**

MACHADO, Diego D. G. **Desenvolvimento e Território: uma análise das Políticas Públicas de Abordagem Territorial no Governo Lula (2003-2010).** Brasília – DF, 2011. 99p. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) – Universidade de Brasília.

MATTEI, Lauro. **Institucionalidade e protagonismo político: os 10 anos do CONDRAF.** 2ª ed. Brasília: Supernova Grafica, 2010.

MENDONÇA, Nilton César; ORTEGA, Antonio César. **Estratégias de desenvolvimento territorial rural: governo FHC X governo Lula.** In: Anais do X Encontro Nacional de Economia Política. Campinas, SEP, 2005. Disponível em: <www.sober.org/palestra/2/792.pdf>. Acesso em 26 de março de 2012.

MONTIBELLER-FILHO, Gilberto. **O mito do desenvolvimento sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias.** Florianópolis: Ed. UFSC, 2001.

MÜLLER, Ana Luiza. **A construção das políticas públicas para a Agricultura familiar: o caso do programa de aquisição de alimento.** Porto Alegre, 2007. 132p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

NUNES, Sidemar Presotto. Instrumentos de Política Agrícola para a Agricultura e a Agricultura Familiar no Brasil. In: **Boletim Eletrônico Conjuntura Agrícola: Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais.** Nº 159, junho, 2007. 29 p.

PIRIN, Lizandra. **Sindicalismo Rural e Agricultura familiar no Município de Francisco Beltrão - PR.** Londrina, 2006. 222f. Dissertação (Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Estadual de Londrina.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista FAE,** Curitiba, v.5, n.2, p.39-48, maio/ago. 2002. Disponível em: <www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_da_fae/fae_v5_n2/uma_discussao_sobre.pdf>. Acesso em 28 de janeiro de 2011.

RAFAGNIIN, Luciana Guzela. **As mulheres e o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Francisco Beltrão: Estudo de Caso.** Curitiba, 2005. 50f. Monografia (Especialista em Ciências Políticas) - Faculdade Internacional de Curitiba.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Atica, 1993.

RAFFESTIN, Claude. A Produção das Estruturas Territoriais e sua Representação. In: SAQUET, Marcos Aurélio e SPOSITO, Elizeu Savério (Orgs.) **Territórios e Territorialidades: Teorias, Processos e Conflitos.** São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 17-36.

RAMBO, Jorge Antonio e RUPPENTHAL, Janis Elisa. As redes de cooperação no contexto do desenvolvimento local e regional. Anais do **XXIV ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO**. 2004, Florianópolis - SC, 03 a 05 de Nov. de 2004. Disponível em: <www.abepro.org.br/.../ENEgEP2004_Enegep0706_1310.pdf>. Acesso em 23 de Janeiro de 2011.

REDIN, Ezequiel; FIALHO Marco Antônio Verardi. Política agrícola brasileira: uma análise histórica da inserção da Agricultura familiar. Anais do **48º Congresso Sociedade Brasileira de Economia e Administração e Sociologia Rural**. Campo Grande – MS, de 25 a 28 de Julho de 2010. Disponível em <www.sober.org.br/palestra/15/922.pdf>. Acesso em 9 de maio de 2012.

REFERENCIAL METOCOLÓGICO DA ASSESOAR, 2009, 15 p. In: ASSESOAR, S/D publicação própria.

ROCHA, Maria Regina Teixeira da e FILIPPI, Eduardo Ernesto. Política para o desenvolvimento dos territórios rurais no Brasil: propostas e fundamentos. In: VI seminário Internacional de Desarrollo Rural – Configuraciones de los Territorios Rurales em El Siglo XXI, Bogotá – Colômbia 2007. Disponível em: <[HTTP://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/494.pdf](http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/494.pdf)>. acesso em 18 de março de 2012.

SABOURIN, Eric. Que Política Pública para a agricultura familiar no segundo governo lula? **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 22, n. 3, p. 715-751. set./dez. 2007.

SANTOS, Adriana Timóteo. **Agricultura Familiar e Programa de Aquisição de Alimentos**: uma análise de sua implementação no município de ponta grossa. Ponta Grossa, 2010. 130 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual de Ponta Grossa.

SANTOS, Roseli Alves. **O processo de modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná**. Presidente Prudente, 2008. 246p. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Paulista “Julio Mesquita Filho”.

SANTOS, Roseli Alves. O desenvolvimento territorial como uma política de inclusão da agricultura familiar no Sudoeste do Paraná. **Anais do XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária**. São Paulo, 2009, p. 1-14.

SAQUET, Marcos Aurélio. O Território: diferentes interpretações na literatura iteliana. In: DOMINGUES, Alexandre; SPOSITO, Elizeu Savério; SAQUET, Marcos Aurélio (Orgs.) **Territórios e Desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004. P. 121-147.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e Concepções de Território**. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, Marcos Aurélio e SPOSITO, Eliseu Savério. Território, Territorialidade e Desenvolvimento. In, ALVES, Adilson Francelino; CARRIJO, Beatriz Rodrigues e CANDIOTO, Luciano Zanetti Pessoa (Orgs). **Desenvolvimento territorial e Agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 15-31

SDT/MDA. Marco Referencial para o Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais. Série documentos institucionais nº 02. Brasília, 30 de maio de 2005a. 28p.

SDT/MDA. Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil. Série documentos institucionais nº 01. Brasília, março de 2005b. 29 p.

SCHANUEL, Jorge. **Fundação Rureco e o Sistema Cresol**. 2005. Disponível em: <<http://www.cresol.com.br/site/upload/downloads/63.pdf>>. Acessado em 15 de maio de 2012.

SCHNEIDER, Sergio. Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso. In: FROEHLICH, José Marcos, DIESEL, Viviane (Orgs.) **Desenvolvimento rural: tendências e debates contemporâneos**. Ijuí: Unijuí, 2006. p.15-63.

SCHNEIDER, Sergio. Tendências e temas dos estudos sobre desenvolvimento rural no Brasil. Versão Ampliada. Trabalho apresentado no **Congresso Europeu de Sociologia Rural**. Wageningen, Holanda, 20-24 agosto, 2007. Disponível em: <<http://www.portal.mda.gov/o/884942>>. Acesso em 14 de janeiro de 2011.

SIEDENBERG, Dieter Rugard. Desenvolvimento: ambiguidades de um conceito difuso. **Revista Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, ano 2004/ janeiro – junho, vol. 2, número 003. p. 9-26. Universidade regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Brasil. Disponível em: <www.redalyc.uaemex.mx/pdf/752/75220302.pdf>. acesso em 11 de janeiro de 2011.

SINGER, Paul, A raiz do desastre social: a política econômica de FHC. In: LESBAUPIN, Ivo (Org.). **O Desmonte da Nação: Balanço do Governo FHC**. 2ªed. Petrópolis: Vozes, 1999, p.25- 44.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O Território: sobre o espaço e o poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de. GOMES, Paulo Cesas da Costa. CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 11ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. p. 77- 116.

SOUZA, Marcelo Lopes. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Elizeu Savério (Orgs.). **Territórios e Territorialidades: Teorias, Processos e Conflitos**. São Paulo: Edição Popular, 2009. p 57-72

TORRENS, João Carlos Sampaio. **Movimentos Sociais no Campo na Região Sudoeste do Paraná: Avaliação e Perspectivas**. Conselho deliberativo do Diagnostico Regional: Pesquisa do diagnóstico da pequena produção Agrícola. DESER/ dez. 1993.

TORRENS, João Carlos Sampaio. Território e Desenvolvimento: a experiência de articulação territorial do Sudoeste do Paraná. Projeto de Cooperação Técnica FAO/ MDA. Curitiba, 2007. Disponível em: <http://www.deser.org.br/publicacoes/estudosTerritoriais_2.pdf>. Acesso em 16 de novembro de 2011.

VEIGA, José Eli da. **Cidades Imaginárias: o Brasil é menos rural do que se calcula**. 2 ed. Caminas - SP: Autores Associados, 2003.

VEIGA, José Elia da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

VERONESE, Claudino Domingos. **O papel pedagógico da ASSESOAR no apoio à construção da cidadania dos ex-possesores do sudoeste do Paraná.** Ijuí, 1998. Dissertação (Mestrado em Educação nas Ciências) Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

WANNERLEY, Maria de Nazareth B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura Familiar: realidades e perspectivas.** 3ª Ed. Passo Fundo: UPF, 2001. p . 21-56.

ENTREVISTAS

ENTREVISTADO A. Grupo Gestor do Território Sudoeste do Paraná. Entrevista concedida a Edinéia Brunhera Gularte. Realeza, 23 de novembro de 2012.

ENTREVISTADO B. Grupo Gestor do Território Sudoeste do Paraná. Entrevista concedida a Edinéia Brunhera Gularte. Francisco Beltrão, 13 de dezembro de 2012.

ENTREVISTADO C. Grupo Gestor do Território Sudoeste do Paraná. Entrevista concedida a Edinéia Brunhera Gularte. Francisco Beltrão 11 de dezembro de 2012.

ENTREVISTADO D. Grupo Gestor do Território Sudoeste do Paraná. Entrevista concedida a Edinéia Brunhera Gularte. Francisco Beltrão, 29 de novembro de 2012.

ENTREVISTADO F. Centro de Formação em agroecologia e desenvolvimento regional. Entrevista concedida a Edinéia Brunhera Gularte. Francisco Beltrão, 30 de novembro de 2012.

ENTREVISTADO G. Centro de Controle Biológico. Entrevista Concedida a Edinéia Brunhera Gularte. Dois Vizinhos, 04 de dezembro de 2012.

ENTREVISTADO H. Centro de Controle Biológico. Entrevista concedida a Edinéia Brunhera Gularte. Dois Vizinhos, 04 de dezembro de 2012.

ENTREVISTADO I. Centro de Controle Biológico. Entrevista concedida a Edinéia Brunhera Gularte. Verê, 18 de dezembro de 2012.

ENTREVISTADO J. Sementes da Agricultura Familiar. Entrevista concedida a Edinéia Brunhera Gularte. Francisco Beltrão, 10 de dezembro de 2012.

ENTREVISTADO K. Sementes da Agricultura Familiar. Entrevista concedida a Edinéia Brunhera Gularte. Capanema, 08 de dezembro de 2012.

ENTREVISTADO L. Sementes da Agricultura Familiar. Entrevista concedida a Edinéia Brunhera Gularte. Marmeleiro, 18 de dezembro de 2012.

ENTREVISTADO M. Sementes da Agricultura Familiar. Entrevista concedida a Edinéia Brunhera Gularte. Pato Branco, 22 de março de 2013.

ENTREVISTADO N. Sementes da Agricultura Familiar. Entrevista concedida a Edinéia Brunhera Gularte. Dois Vizinhos, 13 de março de 2013.

ENTREVISTADO O. Agricultor atendido pelo projeto das Sementes da Agricultura Familiar. Entrevista concedida a Edinéia Brunhera Gularte e Bruno Fiorese Vansetto. Capanema, 08 de dezembro de 2012.

ENTREVISTADO P. Agricultor atendido pelo projeto das Sementes da Agricultura Familiar. Entrevista concedida a Edinéia Brunhera Gularte e Bruno Fiorese Vansetto. Capanema, 08 de dezembro de 2012.

ENTREVISTADO Q. Agricultor atendido pelo projeto das Sementes da Agricultura Familiar. Entrevista concedida a Edinéia Brunhera Gularte e Bruno Fiorese Vansetto. Capanema, 08 de dezembro de 2012.

ENTREVISTADO R. Agricultor atendido pelo projeto das Sementes da Agricultura Familiar. Entrevista concedida a Edinéia Brunhera Gularte e Bruno Fiorese Vansetto. Capanema, 08 de dezembro de 2012.

ENTREVISTADO S. Agricultor atendido pelo projeto das Sementes da Agricultura Familiar. Entrevista concedida a Edinéia Brunhera Gularte e Bruno Fiorese Vansetto. Capanema, 08 de dezembro de 2012.

ENTREVISTADO T. Agricultor atendido pelo projeto das Sementes da Agricultura Familiar. Entrevista concedida a Edinéia Brunhera Gularte e Bruno Fiorese Vansetto. Capanema, 08 de dezembro de 2012.

ENTREVISTADO U. Agricultor atendido pelo projeto das Sementes da Agricultura Familiar. Entrevista concedida a Edinéia Brunhera Gularte e Bruno Fiorese Vansetto. Capanema, 08 de dezembro de 2012.

ENTREVISTADO V. Agricultor atendido pelo projeto das Sementes da Agricultura Familiar. Entrevista concedida a Edinéia Brunhera Gularte e Bruno Fiorese Vansetto. Capanema, 08 de dezembro de 2012.

ENTREVISTADO Y. Agricultor atendido pelo projeto das Sementes da Agricultura Familiar. Entrevista concedida a Edinéia Brunhera Gularte e Bruno Fiorese Vansetto. Mangueirinha, 07 de março de 2012.

ENTREVISTADO W. Agricultor atendido pelo projeto das Sementes da Agricultura Familiar. Entrevista concedida a Edinéia Brunhera Gularte e Bruno Fiorese Vansetto. Mangueirinha, 07 de março de 2012.

ENTREVISTADO X. Agricultor atendido pelo projeto das Sementes da Agricultura Familiar. Entrevista concedida a Edinéia Brunhera Gularte e Bruno Fiorese Vansetto. Mangueirinha, 07 de março de 2012.

ENTREVISTADO Z. Agricultor atendido pelo projeto das Sementes da Agricultura Familiar. Entrevista concedida a Edinéia Brunhera Gularte e Bruno Fiorese Vansetto. Marmeleiro, 18 de dezembro de 2012.

APÊNDICE C

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS BENEFICIADOS PELOS PROJETOS IMPLANTADOS PELO GRUPO GESTOR DO TERRITÓRIO SUDOESTE DO PARANÁ-GGETESPA.

- 1) Nome:
- 2) Endereço:
- 3) Profissão:
- 4) A quanto tempo mora nesse local:
- 5) Você acompanha alguma atividade do GGESTESPA?
- 6) O que mudou após a Estruturação da SISCLAF/ Sementes da Agricultura Familiar/ Estruturação do Centro de Formação em Agroecologia/ Centro de Controle Biológico?
- 7) Você acompanha alguma atividade do GGETESPA?Qual?
- 8) Por qual desses projetos você é beneficiado?
 - () Sementes da Agricultura Familiar
 - () Estruturação do Centro de Controle Biológico
 - () Centro de Formação em Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável
- 9) Qual o principal benefício trazido?
- 10) Você participou de alguma forma da elaboração do projeto? Foi consultado para participar?
- 11) Há quanto tempo você é beneficiado?
- 12) Você acompanha de alguma forma a gestão ou a organização desse projeto?
- 13) Você sabe qual a origem do recurso financeiro e o objetivo dessa iniciativa?
- 14) Quem dá suporte aos agricultores ou às entidades? De que forma isso ocorre?
- 15) Você está satisfeito com os resultados do projeto? O que poderia ser feito para melhorar o atendimento a vocês?
- 16) Você se sente integrado a uma rede de programas que promovem o desenvolvimento?
- 17) Você acredita que esse projeto ajuda na proposta de sustentabilidade da agricultura familiar?
- 18) Esse projeto tem trazido melhoras para a sua propriedade, vida ou trabalho? Quais?